

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário
ISSN 0870-1865
8 de Abril de 1993
Preço: 120\$00
(IVA incluído)
N.º 1007
Director:
Carlos Brito

Manifestação de 2 de Abril

Em força!



Págs. 10 e 11

Jovens comunistas em Congresso



Págs. 4 a 7

Cavaco confessa falhanços e dificuldades

— *comentários do PCP à comunicação do primeiro-ministro*

Pág. 32



Pescas: PCP propõe soluções para a crise

Pág. 3



Um pedaço de paraíso

— *reportagem do «Avante!» na Moita*

Págs. 16 e 17



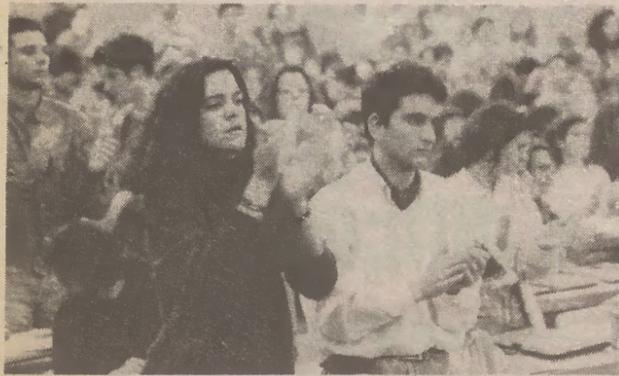
Segurança dos cidadãos, um problema na ordem do dia

Págs. 20 e 21



EDITORIAL

Péssimo serviço à instituição parlamentar



4º Congresso da JCP no Barreiro, durante do fim-de-semana

RESUMO

31
Quarta-feira

Carlos Carvalhas participa numa conferência de imprensa para divulgar um balanço da reunião do Comité Central ■ A Rádio Comercial é comprada por Carlos Barbosa, dono da Presslive, que pagou pouco mais de um milhão de contos pela estação nacional ■ O ministro das Obras Públicas divulga os projectos para a ampliação do Metropolitano de Lisboa que passará a ter, em 1999, um comprimento de 34 km, em vez dos actuais 15,7 km ■ A lei básica da futura região administrativa especial de Macau é aprovada em Pequim pela Assembleia Popular da China.

1
Quinta-feira

Pedro Caldeira dá entrada na zona prisional das instalações da Polícia Judiciária ■ Vários doentes hemodialisados foram vítimas de possível intoxicação de alumínio no Hospital de Évora ■ Luanda manifesta disponibilidade para recomençar negociações desde que sejam respeitados os acordos de Bicesse, os resultados eleitorais e as tropas regressem ao acantonamento ■ O ex-secretário-geral do Partido Socialista Italiano, Bettino Craxi, é notificado num décimo terceiro processo judicial, por suspeita de corrupção.

2
Sexta-feira

Uma delegação do PCP, chefiada por Carlos Carvalhas, é recebida pelo Presidente da República, no Palácio de Belém ■ Muitos milhares de trabalhadores participam na manifestação, em Lisboa, em defesa da Europa Social e contra o racismo e xenofobia, convocada pela Confederação Europeia de Sindicatos, com o apoio da CGTP-IN e da UGT ■ O presidente do Supremo Tribunal brasileiro ordena a confiscação dos bens do ex-presidente Collor de Melo adquiriu a partir de 1990 ■ Os líderes dos países da «Linha da Frente», reunidos em Harare, no Zimbábue, apelam aos Estados Unidos para que reconheçam oficialmente o governo de Angola, como forma de pôr termo ao conflito naquele país africano ■ Uma reunião da NATO, em Bruxelas, decide a participação militar de Portugal nas operações destinadas a impor a zona de exclusão aérea sobre a Bósnia ■ O Azerbaijão decreta o estado de emergência em todo o território.

3
Sábado

Cavaco Silva diz esperar que o diferendo entre jornalistas e a presidência da AR possa ser resolvido em breve ■ O ministro da Saúde decide transferir, do Hospital de Évora para Lisboa, os doentes hemodialisados em estado crítico ■ O parlamento dos sérvios rejeita categoricamente o plano

Vance-Owen, considerando-o inaceitável por não corresponder à composição étnica da população e à distribuição de riquezas económicas ■ O líder da delegação palestina às negociações de paz com Israel chega a Tunes para uma reunião alargada da direcção palestina ■ As questões económicas dominam a cimeira de Vancouver entre Bill Clinton e Boris Ieltsin.

4
Domingo

Carlos Carvalhas discursa no encerramento do 4º Congresso da JCP, realizado no Barreiro ■ A greve dos médicos e pessoal administrativo dos centros de saúde do Algarve regista elevados níveis de adesão ■ Os EUA concedem uma ajuda de cerca de 1,6 milhões de dólares à Rússia - um valor reduzido se comparado com os 10 mil milhões que Ieltsin pedira ■ Michel Rocard mantém a liderança do Partido Socialista Francês.

5
Segunda-feira

Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, encontra-se com uma delegação da CGTP-IN, chefiada por Carvalho da Silva ■ O Procurador-Geral da República decide pedir ao Tribunal Constitucional que se pronuncie sobre alguns artigos da Lei dos Estrangeiros ■ Cavaco Silva admite que a despoluição dos rios norte-nhos poderá custar 100 milhões de contos, que poderão vir dos Fundos de Coesão, das empresas e das autarquias ■ O líder da resistência timorense, Ma'Huno, é preso pelas tropas indonésias, em Dili ■ A Noruega inicia formalmente, no Luxemburgo, as negociações para a sua futura adesão à CE ■ O movimento de Charles Taylor sofre novo revés na Libéria ao ser expulso pela Força Oeste-Africana do porto mineiro de Buchanan.

6
Terça-feira

O primeiro-ministro, Cavaco Silva, fala ao País através da RTP; a crise económica internacional, o fim do oásis de Braga de Macedo e a confiança na «capacidade dos portugueses» são os temas abordados ■ Os partidos reagem à intervenção de Cavaco: o PS classifica o discurso de defensivo e repetitivo, o PCP considera-o mais um «folhetim dos 'pacotes' e dos milhões» e o CDS diz que o Governo passou a «jogar à defesa» ■ O PCP propõe a criação de um grupo de trabalho para resolver o conflito da AR que opõe jornalistas ao PSD, o que é aceite pelos sociais-democratas ■ Trabalhadores das alfândegas protestam contra a passagem à disponibilidade ■ A representante do secretário-geral da ONU em Angola, Margaret Anstee, confirma encontro em Abidjan entre delegações do governo angolano e da Unita, no próximo dia 12 ■ O enviado de Butros-Ghali a Dili não é autorizado a visitar Xanana Gusmão.

A propósito da crise originada pelas restrições à circulação dos jornalistas na Assembleia da República, impostas pelo PSD contra a opinião de todos os outros partidos, Barbosa de Melo, o actual

Presidente, emitiu uma nota oficiosa na passada sexta-feira.

Como na história da Assembleia da República são raríssimos os casos em que os presidentes se dirigiram directamente ao País, esperava-se que a iniciativa correspondesse a uma firme vontade de contribuir para a solução da crise.

Nada mais errado. A nota de Barbosa de Melo é um infelicíssimo documento, em que a 2.ª figura da hierarquia do Estado assume, com chocante seguidismo, as justificações, as mistificações e a imposição prepotente do seu partido - o PSD.

A nota oficiosa não contribui com quaisquer pistas para a superação da crise; pelo contrário, fecha qualquer hipótese de diálogo ao advogar a excelência do contestado regimento em comparação aos dos parlamentos dos outros países da CE, ao lançar toda a responsabilidade da situação sobre os jornalistas, ao pretender fazer crer que são regras de segurança aplicáveis a todos (o que é falso), que é como quem diz "um mero caso de polícia".

O mais grave ainda é a tentativa de Barbosa de Melo de voltar o bico ao prego com a alusão às campanhas de "outros tempos" contra a instituição parlamentar, como se não fossem o seu partido e ele próprio que são passíveis da acusação de comportamentos que lembram "outros tempos", (os da ditadura), neste caso limitando e condicionando a liberdade de imprensa, que põem em cheque a Assembleia da República e prestam um péssimo serviço à instituição parlamentar.

Era na verdade difícil descobrir iniciativas que colocassem a Assembleia da República numa situação tão caricata e tão atentatória do seu prestígio, que, por várias razões, já não é alto, como estas do regulamento das restrições aos jornalistas e a nota oficiosa com que se pretendeu defendê-lo perante o País.

Nas duas situações, há que dizer - o Presidente da Assembleia da República não está só contra os jornalistas, está também contra os grupos parlamentares e os deputados da oposição.

Nos dois casos, as posições e as opiniões dos grupos parlamentares e dos deputados da oposição foram completamente ignoradas. Os líderes parlamentares oposicionistas não foram ouvidos nem informados sobre a emissão da nota oficiosa. O actual Presidente rompeu assim com uma tradição que cobre toda a história da Assembleia.

O comportamento de Barbosa de Melo, desfasado da componente arbitral que é inerente ao cargo que desempenha, já tinha sido evidenciado em relação às controversas votações da lei da greve e ao processo legislativo do Acordo de Schengen, assumindo sem qualquer reboço as posições do seu partido. Mas esta tendência agrava-se na presente crise, onde, em vez de presidente de todos os deputados, Barbosa de Melo tem figurado como porta-voz da maioria laranja.

Mais do que uma questão pessoal, esta conduta do Presidente da Assembleia e o inseparável regulamento das restrições

à circulação dos jornalistas são sinais de que o PSD não desiste de avançar na concretização do seu projecto autoritário de dominação de

Esta conduta do Presidente da Assembleia e o inseparável regulamento das restrições à circulação dos jornalistas são sinais de que o PSD não desiste de avançar na concretização do seu projecto autoritário de dominação de todo o poder político e de mão cada vez mais pesada no controlo e na gestão da Assembleia da República.

todo o poder político e de mão cada vez mais pesada no controlo e na gestão da Assembleia da República.

Entretanto, com o boicote dos jornalistas e o silêncio de protesto a que têm estado remetidas as bancadas da oposição, a Assembleia da República está a funcionar em condições de completa anormalidade.

O País tem que saber, no entanto, que, a coberto desta anormalidade, o PSD, que tem o Presidente, controla a agenda e dispõe de maioria para votar, já aprovou e prepara-se para aprovar nos próximos dias diplomas da maior importância e gravidade em, praticamente, regime de partido único.

Entre os primeiros, contam-se matérias relativas ao arrendamento urbano, à habitação económica, ao acompanhamento pela Assembleia das políticas comunitárias, às remunerações dos magistrados. Relativamente aos segundos, salientam-se matérias respeitantes aos transportes para idosos, ao estatuto dos magistrados e inquéritos parlamentares.

O PSD tem que ser naturalmente responsabilizado por esta situação e

a legislação que está a aprovar é passível de ser impugnada pelas circunstâncias anormais em que ocorre a sua aprovação. Mas entretanto vai saindo... Os grandes penalizados não são seguramente aqueles cujos os interesses o PSD assegura e protege atentamente, isto é, os interesses do capital e das suas clientelas, mas os interesses de todos os outros, isto é, da grande maioria do nosso povo.

São incontornáveis, não só estas, mas outras perversas implicações do quadro anormal em que a Assembleia está a funcionar.

Por outro lado, o Governo anda à solta, livre de qualquer fiscalização parlamentar e tem a sua actividade amplamente publicitada na comunicação social.

O Primeiro-Ministro aproveita a situação para falar directamente ao País, ignorando a Assembleia e os deputados, como gosta de fazer, e mais ainda sabendo que dali não haverá réplica desta vez.

É uma situação que tem que ser muito seriamente considerada e avaliada.

Firme opositor (em todas as instâncias parlamentares onde teve ensejo de participar) do regulamento de restrição da circulação dos jornalistas e sempre solidário com o seu justo protesto, o PCP tem procurado contribuir com diversas iniciativas para que seja alcançada uma solução que vá ao encontro desse protesto e represente uma superação condigna da crise que actualmente vigora.

É exigível que a maioria reconsidere toda a situação criada, que sejam revogadas as medidas restritivas e as limitações ao exercício da liberdade de imprensa, que sejam restabelecidas as condições em que os jornalistas possam desenvolver condignamente a sua actividade, como componente indispensável do funcionamento da Assembleia da República.

É exigível que os jornalistas sejam ouvidos e disponham de garantias para dialogar com as instâncias da Assembleia nas condições que possam afectar as suas condições de trabalho.

Não contribuirão seguramente para um bom resultado destas exigências, ideias radicalizantes, incluindo as sustentadas de fora por deputados do PS, como a tese suicida da "colisão frontal", que pode ser muito boa para quem aposte no "quanto pior, melhor", mas que tem que ser rejeitada por quem encare a situação numa atitude de responsabilidade.

É como uma atitude de responsabilidade que deve ser apreciada a nova iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP, de que damos notícia noutra local, tendo em vista a criação de um grupo de trabalho, no âmbito da Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares para proceder à análise da situação e à procura de uma solução justa e adequada, em diálogo com os jornalistas.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 795 97 25/795 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90, 7.ª A, 1100 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial Avante! — Av. Almirante Reis — 90, 7.ª A, 1100 Lisboa — Telef. (01) 814 61 73

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Telef. (01) 814 61 73

— DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição.
Sede: Rua do Norte, 115, 1.ª, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04.

Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra Telef. (039) 71 35 77
Delegação Norte: R. Monte dos Pisos, 326, Guifões, 4450 Matosinhos Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90-7.ª A 1100 Lisboa — Telef. (01) 814 61 73

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7.ª A 1100 Lisboa — Telef. (01) 814 61 73

Composto e impresso na Heska Portuguesa, SA R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 206/85

TABELA DE ASSINATURAS

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 5.400\$00; 25 números: 2.700\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 6.786\$00

ESPAÑA — 50 números: 8.326\$00

MACAU — 50 números: 13.042\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 14.056\$00

EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 14.960\$00

EXTRA-EUROPA — 50 números: 18.760\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Telef. _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

PCP

PCP toma posição sobre crise no sector das pescas

A difícil situação no sector das pescas foi tema para uma conferência de imprensa dada na passada terça-feira pela Comissão junto do Comité Central do PCP para as Questões das Pescas. Denunciando o facto de, após 12 anos de política que tem vindo a destruir o sector, o Governo PSD estar a preparar-se para apadrinhar um conjunto de medidas que visam uma redução substancial da frota portuguesa e a aplicação de maiores restrições da pesca nacional, o PCP anunciou que irá apresentar na Assembleia da República um conjunto de medidas para responder à gravidade da situação que está criada. Na conferência de imprensa foi revelado que para o arrasto costeiro aponta-se para uma redução de 20% das embarcações existentes, enquanto, no que respeita ao conjunto das frotas do largo e longínqua, prevê-se uma redução de 15%. O texto entregue aos jornalistas na referida conferência de imprensa, e onde se resumem as posições do PCP sobre a matéria, é o seguinte:

Consequência de uma desastrosa política continuamente prosseguida pelo Governo, a situação actual das pescas em Portugal caracteriza-se por uma acentuada diminuição das capturas de pescado, por uma degradação progressiva dos recursos, pela perda de oportunidades de pesca em importantes pesqueiros exteriores, pelo abandono da actividade de numerosos pescadores e armadores, pela manutenção de uma frota envelhecida, por uma desvalorização dos preços na primeira venda sem que daqui resultem quaisquer benefícios para o consumidor.

A falta de empenhamento do Governo na defesa dos nossos recursos e meios de produção tem permitido que importantes unidades pesqueiras estejam a cair nas mãos de armadores estrangeiros, designadamente espanhóis, daqui resultando uma ocupação dos nossos recursos pesqueiros em prejuízo de interesses nacionais presentes e futuros.

Não fosse uma classe piscatória com fortes tradições na pesca e capacidade de vida no mar em condições extremamente duras e sem compensações razoáveis, e a situação seria ainda pior, o que de resto é admitido pelo próprio Governo.

Sem soluções que permitam inverter a actual situação prepara-se agora o Governo PSD para apadrinhar um conjunto de medidas que essencialmente visam uma redução substancial da frota portuguesa e a maiores restrições da pesca nacional.

Frota diminuída

Para o arrasto costeiro, que apesar de tudo é um segmento da nossa frota relativamente moderno, aponta-se uma redução de 20% das embarcações existentes.

No que respeita ao conjunto das frotas do largo e longínqua prevê-se uma redução de 15% sem que se vislumbre qual vai ser a utilização efectiva das embarcações restantes já que as quotas de pesca disponíveis, nomeadamente na área da NAFO, são francamente insuficientes para uma ocupação rentável destas embarcações.

Para a pesca de cerco, que atravessa uma profunda crise devido às dificuldades de escoamento da sardinha capturada e ao baixo preço que se tem verificado na primeira venda desta espécie, consequência sobretudo das dificuldades existentes na indústria conserveira que se encontra numa situação de pré-falência, e da ausência ou má utilização da rede de frio, nenhuma medida é apontada, prevendo-se que a curto prazo uma parte significativa desta frota seja forçada a parar por falta de rentabilidade.



Para as redes de emalhar prevê-se o aumento da malhagem e a redução do comprimento das artes, o que, conjugado com a insuficiente quota de captura da pescada (que em 1992 foi e é de apenas 3900 toneladas), são medidas cujos efeitos poderão inviabilizar esta pescaria.

Afinal, o Governo, admitindo que 1992 foi um ano péssimo para as pescas nacionais e que 1993 ainda será pior, em vez de tomar medidas sérias para alterar a situação, aponta como única solução a continuação da destruição das pescas.

Só em 1993 está previsto o abate de cerca de 200 embarcações!

Desde 1986 foram dispendidos, em paralisações temporárias ou definitivas, mais de 11 milhões de contos, dos quais, apenas para abates, foram entregues aos armadores, nos últimos dois anos, quase 8 milhões de contos, sem que se tivesse previsto para os pescadores e outros trabalhadores que perderam o seu posto de trabalho, qualquer tipo de compensação.

Importações aumentam

Gastos os milhões, nestes e noutros subsídios com critérios que visam, no fundamental, desincentivar a actividade produtiva, os resultados estão à vista. A produção, de 1986 para 1991, diminuiu cerca de 20%, as importações atingiram mais de 100 milhões de contos, a indústria conserveira está numa situação de quase falência, verificando-se uma quebra de 20% nas exportações da indústria transformadora de pescado e um agravamento de 30% na balança comercial dos produtos da pesca entre 1985 e 1991, enquanto que as subsidiadas Organizações de Produtores não correspondem minimamente aos objectivos para que foram criadas.

Os rendimentos da pesca sofrem uma quebra acentuada, com consequências na remuneração de pescadores e armadores. Está a comercializar-se na primeira venda a preços de há dez anos atrás, enquanto que no consumidor os preços continuam a subir em flecha.

Disto é exemplo o preço da sardinha que em 1991 era vendida em lota a 88\$80 enquanto que no mercado de Lisboa a mesma sardinha era vendida a 188\$90. Em 1992, os preços por quilograma passaram a ser de 59\$10 e 185\$00, respectivamente. Ou seja, a uma quebra de preço na produção de 33%, correspondeu uma diferença do preço no consumo de 51%, para mais!

Para os que pescam e para os que consomem, a situação agravou-se seriamente.



Aleixo Braz, Carlos Luís Figueira e José Vitoriano apresentam em conferência de imprensa as propostas do PCP para o sector das pescas

Em resumo, a integração na CEE, conjugada com a política de capitulação do Governo do PSD que não tem sabido ou querido resistir às imposições que nos têm sido impostas a partir de Bruxelas, não assumindo junto da CEE a defesa dos efectivos interesses e direitos portugueses, conduziu a pesca para a situação de descalabro em que se encontra.

Não deixa de ser significativo que o próprio Director-Geral das Pescas admita que não houve uma preparação conveniente em termos de mercados e de entrada de produtos de países terceiros e que seja obrigado a traçar um quadro negro, mas realista, da situação do sector, ou seja, que admita a falência da política do PSD nos últimos 12 anos!

Consequência disso, os conflitos agravaram-se sendo previsível que as lutas pela manutenção da actividade e pelo escoamento do pescado capturado a preços razoáveis, que têm vindo a verificar-se, se intensifiquem durante este ano de 1993.

Propostas do PCP

Face a esta situação, o PCP alerta para a necessidade de inverter a política que tem sido seguida nos últimos anos e, nomeadamente, para a necessidade de:

- Implementar um Plano Nacional de Pescas, articulado com as realidades regionais, de modo a valorizar a actividade produtiva e a defender recursos.

- Renegociar os acordos com a CEE exigindo não só apoios financeiros como a elevação das quotas de pesca e a obtenção de melhores posições na distribuição de quotas entre os Estados comunitários e intervir, de acordo com os interesses nacionais, na redefinição da Política Comum das Pescas.

- Implementar uma efectiva política de investigação científica que permita conhecer e defender com eficácia os nossos recursos vivos marinhos.

- Defender a pesca artesanal como sector estratégico, que desde logo se caracteriza por ser essencial para o regular abastecimento de pescado, para a existência de importantes comunidades piscatórias e para a sobrevivência do sector.

- Intervir no mecanismo de formação dos preços na primeira venda de pescado, quer incentivando e apoiando a indústria transformadora (indústria conserveira incluída), quer reorientando o apoio concedido até agora às Organizações de Produtores, no sentido de garantir o total escoamento do pescado a preços justos, quer ainda instituindo margens de lucro fixas para os intermediários.

- Publicar o Regime Jurídico de Contrato Individual de Trabalho a Bordo das Embarcações de Pesca, contribuindo-se assim para melhorar as condições de vida e de trabalho no sector, com vista à manutenção dos actuais activos, à criação de condições aliciantes ao recrutamento de novos profissionais e garantias de trabalho para os pescadores forçados ao desemprego.

- Criar mecanismos de compensação financeira, claros e inequívocos, aos pescadores que, por força de medidas de reorientação ou readaptação da actividade, percam temporária ou definitivamente os seus postos de trabalho, ou para aqueles que, em consequência de acordos internacionais ou medidas administrativas, sejam obrigados a interromper a pesca.

O PCP, através do seu Grupo Parlamentar, apresentará brevemente na Assembleia da República um conjunto de medidas legislativas para responder à gravidade da situação que está criada.

«Ser jovem comunista, agir para transformar»

4.º Congresso reafirma uma JCP forte e viva

O congresso do passado fim-de-semana analisou a situação da juventude, apontou medidas para resolver os problemas, debateu o funcionamento e a intervenção da JCP, elegeu a Direcção Nacional. Tudo isto temperado, ao longo dos dois dias, com muita alegria e uma manifesta vontade de deitar mãos à obra na construção do presente e do futuro.

Um primeiro olhar pelas seis centenas de delegados que encheram o pavilhão do Luso deixava antever o que no domingo a comissão de verificação de mandatos veio confirmar: este foi um congresso jovem. Mais de metade (51 por cento) dos delegados tinham idades até 18 anos e são estudantes do Secundário (54 por cento). Também sobressaía a forte presença feminina, que os números fixaram em 37 por cento. Pelo correr das intervenções, e deitando um olhar mais atento, percebia-se a presença de trabalhadores e trabalhadores-estudantes (que, segundo a comissão, eram 27 por cento dos delegados) e dos estudantes do superior (19 por cento).

Passado pouco tempo, até o observador mais frio se via num ambiente «marcado pela alegria, pela vivacidade, pelo convívio, pela fraternidade, pela unidade e frontalidade», nas palavras de João Frazão, no encerramento, sublinhadas pelos aplausos e por um mar agitado de bandeiras vermelhas.

Enganaram-se!...

O congresso teve lugar «após mais um período em que vários analistas e comentadores da nossa praça, durante meses e mesmo anos, anunciaram e proclamaram o fim dos nossos ideais e o rápido desaparecimento do nosso Partido», recordou Joaquim

Tavares, ao apresentar o relatório de actividades. Sendo estes os desejos de alguns, «não são os desejos dos trabalhadores, não são os de milhares e milhares de portugueses, não são os nossos, dos jovens comunistas portugueses, que têm no nosso Partido, o PCP, orgulho e uma enorme confiança».

A afirmação do dirigente da JCP - um dos que a partir deste congresso passam aos quadros do Partido - foi sublinhada por um forte aplauso. Mas, verdade seja dita, aqueles seiscentos delegados não perdiam uma oportunidade para dizer «enganaram-se!...» aos que andaram a apregoar a morte do comunismo. Para esses, deixamos uma frase de um delegado de Castelo Branco, que começou a sua intervenção dizendo: «É um gozo enorme estar aqui no meio de tantos comunistas!»

Também o internacionalismo e a solidariedade estiveram bem presentes: logo desde o início, quando Nuno Costa anunciou as delegações estrangeiras presentes (ver caixa), e ao longo dos trabalhos, na calorosa recepção que todos tiveram na tribuna (o representante da Liga da Juventude Comunista da China, inclusive, obteve mesmo uma grande ovação no final do seu primeiro parágrafo e ainda antes de ser lida a tradução!) ou nas boas-vindas que acolheram aqueles que chegaram já com o congresso a decorrer.

Debate frontal e fraterno

Num congresso atento, como este foi (apesar dos que poderiam esperar coisa diferente ao olharem *de cima* para a idade média dos delegados, - 19 anos...), mereceram resposta pronta questões pertinentes que foram levantadas ao longo dos dois dias de trabalhos (descontando a noite de sábado, que foi para o concerto dos «Sitiados»).

Com a frontalidade de posições bem diversas, a paixão de quem quer o

ção, emprego, habitação e a chamada «política de juventude», entre outras. Registámos o facto de o único documento aprovado por unanimidade ter sido uma resolução contra a Lei das Propinas e a filosofia que lhe serve de base. Quanto às vaias com que foram recebidas as referências a Couto dos Santos, só nos ficou uma dúvida: se o mais apurado foi o ministro da Educação português ou o chefe *uniteiro* Jonas Savimbi...

Fortes aplausos sublinharam os resultados da luta contra a PGA (que levou à



melhor resultado e a fraternidade de quem luta pelos mesmos ideais, discutiu-se a forma de votação e o funcionamento do congresso, o valor real dos actuais 10 mil membros da JCP, o silenciamento de que as actividades dos jovens comunistas são alvo na generalidade da comunicação social e formas de o vencer, a toxicodpendência e os meios para a combater, o serviço militar obrigatório e as condições em que ele é prestado.

Foi evidente, neste congresso, uma grande disponibilidade para a acção concreta e para a luta contra a política do Governo do PSD, particularmente nas áreas que mais directamente afectam os jovens: educa-

demissão do ministro Diamantino Durão e à tentativa que o Governo agora faz de disfarçar a prova geral de acesso ao Ensino Superior por uma prova de aferição igualmente condenável) e da resistência ao aumento das propinas.

Como documentos-base de discussão, analisados em três centenas de iniciativas preparatórias, o congresso teve um projecto de Resolução Política, a Base Programática «Ser jovem comunista, agir para transformar» (com propostas concretas para responder aos problemas e aspirações dos jovens), um projecto de resolução sobre Organização e Direcção e um conjunto de propostas de alteração

IV
CONGRESSO
JCP



Os novos dirigentes da JCP foram apresentados publicamente

dos Princípios Orgânicos da Juventude Comunista Portuguesa.

São estes documentos, aprovados com alguns votos contra (um mínimo de 5 e um máximo de 13) e abstenções (entre 16 e 55), que vão agora servir de base para a

actividade da JCP nos próximos três anos. Até ao próximo congresso, os jovens comunistas, os colectivos da JCP e a Direcção Nacional eleita no domingo de manhã (e cuja composição divulgamos nestas páginas) têm muito trabalho pela frente,

Intervenção de Carlos Carvalhas

Camaradas e amigos,

O vosso Congresso ao longo dos seus trabalhos procedeu à análise da situação da juventude, à caracterização dos seus movimentos, aos objectivos da sua luta, assim como às soluções de direcção, com vistas a ganhar esta importante força social para a intervenção, para a acção e para a luta de modo a obter respostas para os seus problemas mais prementes e contribuir activamente para o movimento geral da luta contra a política de direita.

Foi um Congresso de vitalidade e de confiança bem traduzido no seu lema: «Ser jovem comunista, agir para transformar» e também bem sublinhado na base programática aprovada onde se afirma com clareza no seu intróito: «Temos o direito e o dever de projectar a nossa vida, a nossa sociedade, o nosso país e tomar nas mãos a sua construção». «Somos jovens comunistas, amamos, pensamos, sentimos, estudamos, trabalhamos, produzimos e convivemos».

Congresso de confiança, não uma confiança cega, mas uma confiança assente no trabalho realizado, alicerçado nos valores que defendemos, na força das nossas convicções, na determinação que mostrou em vencer obstáculos, reforçar e ampliar a influência da JCP na juventude portuguesa.

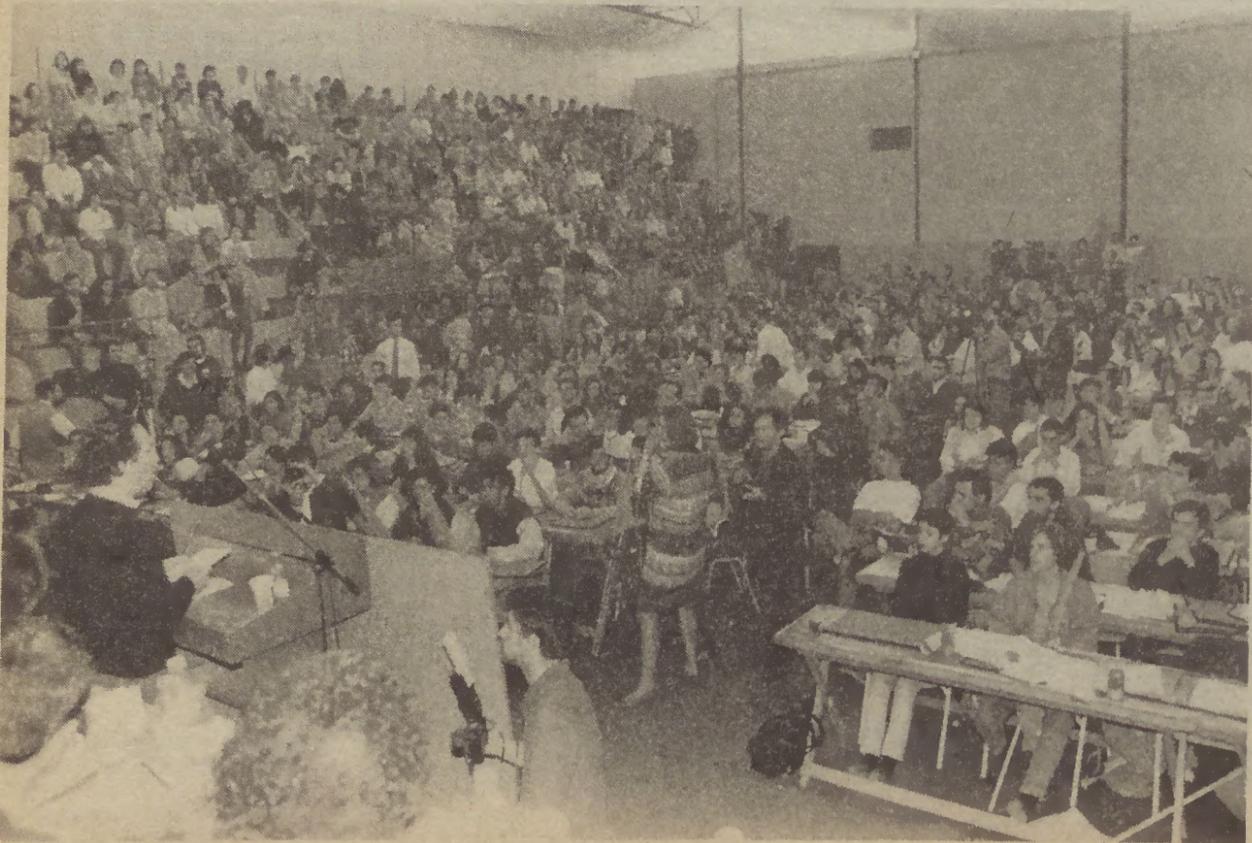
Congresso de debate, reflexão e de confiança que sem escamotear as dificuldades arma a JCP para as tarefas do presente e para as tarefas do futuro, e que constituiu uma vigorosa afirmação do empenho dos jovens comunistas na defesa dos interesses da juventude e dos trabalhadores, a sua determinação de combate pelos valores mais generosos, por um Portugal livre, independente e soberano, por um Portugal de justiça social, de paz e de solidariedade.

Ganhar a juventude para a transformação social, para a transformação criadora da sociedade portuguesa é uma grande tarefa da JCP, tendo em conta os factores de atracção, como o desporto, o convívio, a música, a arte, o viajar, o conhecer outras paragens, e também os factores negativos da alienação, os contra valores do egoísmo e do «salve-se quem puder», dos racismos e das xenofobias, e o flagelo da toxicodpendência.

Ser jovem e comunista

Aqueles que tomando os desejos pelas realidades gostariam de ver uma JCP esmagada, tolhida e desorientada ficam muito surpreendidos, ou fazem-se muito surpreendidos por, depois de terem tocado as trombetas do «capitalismo triunfante», verificarem agora que crescem as novas adesões à JCP e ao PCP, por verem a JCP como uma força dinâmica e de atracção para a juventude portuguesa.

Mas haverá razões «para tanta surpresa», haverá assim tanto mistério?



IV
CONGRESSO
JCP



no domingo à tarde

como várias vezes foi dito no Barreiro: continuar a dinamizar as lutas juvenis nas várias frentes, alargar a influência e reforçar o prestígio da JCP, participar em força nas comemorações do 25 de Abril e do 1º de Maio, bem como no grande ponto

de encontro e de convívio que é a Festa do «Avante!», e preparar desde já as eleições autárquicas do fim do ano com o envolvimento activo da Juventude CDU. Ou, resumindo, «agir para transformar», como dizia o lema do 4º Congresso.



JUVENTUDE

JUVENTUDE
COMUNISTA
PORTUGUESA

IV
CONGRESSO
JCP

No congresso participou uma delegação do PCP, integrando o secretário-geral (cuja intervenção na sessão de encerramento aqui publicamos), e os camaradas Francisco Lopes (da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central), José Casanova (da Comissão Política) e Carlos Humberto (do CC e da Direcção da Organização Regional de Setúbal). Outros dirigentes do Partido assistiram aos trabalhos, bem como antigos dirigentes e funcionários da Juventude. Entre os convidados estiveram representantes da Presidência da República, da Juventude Socialista, da Ecolojovem/«Os Verdes», da InterJovem, do Sindicato dos Metalúrgicos, do MDM, da direcção do Conselho Nacional de Juventude, da CM de Lisboa, das embaixadas de Cuba e Angola e da Fretilin. Esteve também o presidente da CM do Barreiro, Pedro Canário, que fez uma breve saudação. No congresso foram recebidas diversas saudações, nomeadamente de organizações do PCP, de associações juvenis e de autarcas da CDU

Ganhar a juventude para a transformação social

Creio que não!

De facto poderá um jovem que se informe, poderá um jovem informado ficar indiferente ou insensível perante um mundo em que 1/5 da sua população mundial não dispõe de um dólar por dia para viver; quando um pouco mais de 15% da população mundial dispõe de 78% das riquezas; quando o que se tem denominado «cooperação Norte/Sul» não tem sido mais do que uma transferência de riqueza do Sul para o Norte e quando o agravamento das desigualdades entre o «Norte» e o «Sul» encontra o seu prolongamento nas piores chagas sociais mesmo no seio dos países mais desenvolvidos?

Poderá um jovem abnegado, sensível e irreverente ficar indiferente ou acomodado, quando a exclusão social se transformou num fenómeno de massas, quando a «opulenta» Europa dos «12» conta no seu espaço com mais de 55 milhões de pobres e com mais de 15 milhões de desempregados?

O «triunfo do capitalismo» continua a verificar-se, sim, no imenso cemitério das suas vítimas, as crianças, os jovens, os agricultores e trabalhadores, condenados à «lei da selva», à «lei do mais forte», à escravatura moderna.

Para se compreender a falência do capitalismo como projecto de sociedade, não é necessário ler Karl Marx, basta dar um passeio pelo Metro de Paris ou de Londres, basta dar um passeio pelo centro de Nova Iorque, Madrid ou Lisboa, basta olhar para as possibilidades oferecidas pela revolução científica e técnica e comparar com as imagens que nos chegam de uma Somália ou de uma Etiópia.

A subnutrição, a fome, a destruição do meio ambiente, a rapina de recursos naturais, a dívida externa, as trocas desiguais no comércio internacional, o analfabetismo, a doença e a guerra assumem características endémicas, autêntico ciclo infernal do subdesenvolvimento, fruto envenenado do capitalismo e do domínio neocolonial imposto pela força do dólar ou pela força das armas.

Será assim muito surpreendente a indignação de um jovem, face a esta ordem mundial, ou de um jovem português perante a arrogância do poder, e uma política de concentração de riqueza: perante o elitismo do ensino e o recrudescimento do «poder do dinheiro», perante a hipocrisia do Governo face à acentuação das desigualdades sociais e das injustiças, face aos milhares e milhares de trabalhadores vítimas do desemprego, face aos salários em atraso, ao trabalho infantil, face aos dramas dos reformados e ao alastramento das manchas de pobreza do consumo de droga e da prostituição?

E não será natural a sua opção por uma força juvenil coerente? Por uma força que não pactua com as injustiças, que luta contra a exploração e a opressão e que inscreve no seu programa e na sua prática a transformação da sociedade,

de, que luta por uma política de juventude «que tenha por objectivos o desenvolvimento da personalidade dos jovens, a criação de condições para a sua efectiva integração na vida activa, o gosto pela criação livre e o sentido de serviço à comunidade».

Por uma força que empreende um verdadeiro trabalho político ao serviço da juventude e elabora propostas para debater, aproximar e fazer convergir, os jovens democratas para actividades específicas e para a luta por objectivos específicos.

Por uma força juvenil, a JCP, que age para transformar, uma força para quem os valores da fraternidade e da solidariedade têm conteúdo concreto.

Por uma força juvenil em que os seus membros são dedicados patriotas e consequentes internacionalistas, a JCP, a juventude do PC!

Nós pensamos que não, que não há qualquer mistério na opção dos jovens pela JCP. Por isso daqui saudamos os novos aderentes à JCP, daqui saudamos a juventude comunista e pelo seu intermédio a juventude portuguesa e todas as delegações juvenis estrangeiras presentes neste Congresso.

Mas quando certas ideias circulantes procuraram incutir a ideia de uma juventude portuguesa rendida aos «valores» do cavaquismo, indiferente aos dramas da humanidade e incapaz de se unir e lutar, nós daqui saudamos a juventude que se levantou em defesa dos direitos do povo de Timor-Leste à autodeterminação e independência, à juventude que desceu à rua na luta contra a PGA e que correu com o ministro da Educação, à juventude que tem lutado contra o aumento das propinas e tem obtido do Governo recuos consideráveis, à juventude que se manifestou na Marcha de 26 de Março, à juventude que nos campos e nas empresas insere a sua luta na luta dos agricultores e dos trabalhadores e de outras camadas sociais contra a política do PSD.

A luta pela democracia

Os comunistas portugueses não têm qualquer dificuldade em aprender com os erros e os êxitos próprios e alheios. Procurámos tirar os ensinamentos das derrotas do socialismo e do colapso da União Soviética em consequência dum modelo, estereotipado, centralizado, burocratizado e autoritário que se afastou dos valores do socialismo e que teve como resultado a alteração radical da correlação de forças na arena internacional, em que o imperialismo, nomeadamente o norte-americano, procura ditar a «nova ordem internacional».

Mas também vemos a dramática situação em que se encontram hoje os países da Europa Central e do Leste que optaram pela via do capitalismo.

A juventude deste final do século confronta-se com este estado de coisas, mas também com o peso tremendo da ideologia dominante.

É a identificação de mercado, com capitalismo; de mercado com liberdade e democracia; de capitalismo com eficiência e progresso; de direitos humanos com o individualismo e o egoísmo mais insuportável.

Nós desconhecemos a **importância do mercado** que pré-existiu às economias capitalistas e que não se pode identificar com capitalismo, **mas não aceitamos a lógica**: «30 dinheiros, negócio fechado»; **não acompanhamos**, tal como o poeta. o «tudo se compra e tudo se vende... glória, amor, carne e sangue»; **nem aceitamos o fundamentalismo**: «o mercado nada mais que o mercado e tudo correrá no melhor dos mundos», mesmo se os fracos são esmagados, se os povos inteiros são arruinados, mesmo quando em cada dia se multiplicam os excluídos e marginalizados.

Nós continuamos a recusar esse pseudomodernismo daqueles que detendo as tecnologias mais sofisticadas e tendo já um pé no século XXI continuam a tirar proveitos, recursos e vantagens noutras regiões onde os homens vivem com um atraso de largos decénios.

Nós continuamos a afirmar, basta de hipocrisia, basta de invocar os direitos do homem e consentir, sem vergonha, mesmo nos países mais desenvolvidos, a exclusão, de milhões de cidadãos e de famílias, de um nível de vida digno.

Para nós, a democracia política possui um valor intrínseco e constitui um elemento integrante e inalienável da sociedade portuguesa que é fundamental defender, preservar e assegurar.

Mas, para nós, a democracia não se resume à democracia política. Para nós, a democracia é simultaneamente uma democracia política, económica, social e cultural, uma democracia com todas estas componentes interligadas, núcleo central do projecto que apresentamos e propomos ao povo português.

Quando vemos o que se passa em Itália, na Grécia, na Espanha e na França, então vemos também o significado das políticas de direita praticadas em nome da esquerda e o significado das democracias em que no essencial o que conta é o formalismo com os cidadãos, cada vez mais afastadas dos centros de decisão e de um controlo efectivo.

Por isso, não é de estranhar o absentismo, o descrédito nas instituições, as descobertas dos casos de corrupção vindas do alto, a crise e a angústia no dia de amanhã a alimentarem todos os irracionalismos, todos os fundamentalismos, todos os racismos, xenofobias e a extrema-direita.

Os trabalhadores e os jovens sabem pela História e pela prática que as conquistas sociais foram obtidas através de intermináveis lutas sociais e políticas, que estas nunca foram

Intervenção de Carlos Carvalhas



concedidas. Mas também aprenderam que essas conquistas não são definitivas, quando a correlação de forças lhes é desfavorável, quando castas de "notáveis" ligados ao grande capital, designados por uma minoria de eleitores através de engenharias de sistemas eleitorais prefabricadas, açambarcam a representação política e fogem ao controlo dos cidadãos. Quando o poder económico domina o poder político e quando os sinais exteriores do Poder - montados em espectáculo litúrgico por grandes "sacerdotes" da comunicação social - ocultam a realidade social, e os interesses dominantes de uma elite restrita, que repartem entre si as grandes fatias do "bolo" estreitamente solidários, então floresce a corrupção e as negociatas que são abafadas até que a bomba ao retardador das explosões sociais ponha a nu a engrenagem do sistema.

Colocar os cidadãos cada vez mais afastados dos centros de decisão, embora com aparência de controlo e de intervenção é o grande desejo da classe dominante. Maastricht é um bom exemplo, como bom exemplo é a comparação da actual situação económica e social da Europa com as campanhas de propaganda feitas pela Comissão há quatro anos atrás sobre os benefícios do Mercado Único (criação de milhões de postos de trabalho) e os custos da "Não Europa". Os custos de não Europa aí estão nos critérios de convergência nominal, na recessão e nos milhões de desempregados. O resto chama-se manipulação da opinião pública.

Manipulação que o ex-Comissário belga Willy De Clerq tornou claro em relatório divulgado esta semana, aquilo que outros pensam sem o dizer: a necessidade de novas acções de propaganda, para vender a Europa de Maastricht. De, por exemplo, "recomendar permanentemente aos cidadãos os cuidados maternais que a Europa proporciona aos seus filhos", de persuadir os jornalistas a apresentarem as vantagens e os resultados da construção europeia de forma «positiva e optimista», de se convencer os apresentadores de Televisão a aderirem à causa da União Europeia! Mais claro não se podia ser.

É sabido e os jovens com o seu espírito crítico sabem-no bem, que os defensores dos privilégios e do «statu quo» nunca tiveram falta de "políticos" e de propagandistas hábeis em preconizar a submissão às divinas leis do mercado, em louvar as virtudes estimulantes das disparidades sociais, em denunciar a ameaça satânica da máquina igualitária, em ocultar os escândalos das privatizações.

Também em Portugal a democracia política, económica e social tem sofrido graves regressões e amputações, apesar dos propagandistas da teoria do "oásis" procurarem inculcar o contrário.

O governo de Cavaco Silva e a sua maioria parlamentar têm intensificado o processo de governamentalização do Estado, menorizando a Assembleia da República, procurando tutelar os jornalistas neste órgão de soberania e quebrar a independência dos Tribunais e dos Magistrados. Tem procurado limitar a acção do Tribunal de Contas, do Procurador-Geral da República, e alimentado um clima de confrontação institucional com o Presidente da República. As crescentes limitações ao regular funcionamento das instituições, e a repressão aos direitos dos trabalhadores tem andado a par com a política da concentração da riqueza e com o agravamento da crise económica, social e moral. A corrupção nos círculos do poder é já hoje indesmentível e o nível de vida regride para um cada vez maior número de cidadãos.

Os jovens têm sido particularmente penalizados pela política do PSD.

Ocupam juntamente com as mulheres a maior percentagem dos desempregados e dos empregos precários.

Encontram particulares dificuldades em relação à habitação. Encontram o sistema de ensino cada vez mais selectivo.

Os jovens portugueses continuam a auferir os salários mais baixos, a praticar os horários de trabalho mais longos e a sofrer as taxas de sinistralidade mais elevadas da Comunidade.

Nós reafirmamos, basta de injustiças e de promessas demagógicas.

Não é com pacotes eleitoralistas que se dá resposta a um jovem desempregado.

Não é com frases feitas do tipo "a sociedade tem necessidade que todos sejam bem sucedidos" que se dá resposta àqueles que tiveram insucesso na escola.

Não é com o aumento das propinas e com a subalternização do ensino público que se dá resposta aos milhares de jovens excluídos do ensino superior.

Não é com a oferta de cursos de formação profissional sem garantia de saídas profissionais que se dá resposta à instabilidade social.

Não é com a retórica moralista em época de eleições sobre a toxicodependência que se dá a resposta a milhares de jovens e famílias que vivem no drama e na angústia de não encontrarem solução curativa nos serviços oficiais tal é a míngua de meios de que estes dispõem.

Não é através da política-espectáculo que leva a segurança às escolas, que se edifica um sistema de ensino para o nosso tempo, uma escola atractiva, apaixonante, promovendo o espírito crítico e o sucesso escolar.

O negociismo na saúde, na habitação e no ensino é o grande lema do PSD.

O Governo encara o ensino cada vez mais como uma despesa a evitar e não como um investimento social a apoiar.

Daqui resulta uma política que se expressa nos indicado-



res de ensino mais atrasados da Europa, no abandono e insucesso escolar e no ataque à gestão democrática.

Por isso, camaradas, estamos confiantes que a juventude e o povo português, mais cedo do que tarde dirão em termos práticos o que disse, Frei Bartolomeu dos Mártires, no Concílio de Trento: "Eminentíssimos Cardeais, isto é, Eminentíssimos governantes, Eminentíssimo Primeiro-Ministro, o que vocês precisam é de uma iminentíssima reforma!"

A evolução do movimento juvenil e a JCP

Camaradas,

A independência e a evolução positiva do movimento juvenil, que se tem vindo a acentuar nos últimos tempos e cuja expressão é a derrota da direita na Associação Académica de Coimbra e noutras importantes estruturas estudantis, bem como as posições de contestação à política do Governo assumidas pelo Conselho Nacional da Juventude e as grandes lutas da juventude estudantil, são indicadores claros de que o Governo do PSD está mais desmascarado, de que os sentimentos democráticos e os ideais do progresso têm vindo a alargar a sua influência no seio da juventude, de que a manipulação político-eleitoral da juventude pela direita é tendencialmente mais difícil.

A enorme força social da juventude e o imenso potencial de liberdade, de transformação, de mudança e de luta que transporta são para nós, comunistas, motivo de alegria, porque contribuiu e contribui de forma importante para a alteração das opiniões da juventude, mas são também motivo de maior preocupação e responsabilidade, porque mais juventude afastada da direita significa mais jovens para esclarecer, mobilizar e organizar.

Camaradas,

A JCP aprovou neste Congresso uma base programática que traduz as mais justas reivindicações da juventude, um projecto político mais vasto de defesa e consolidação do regime democrático constitucional, de garantia e desenvolvimento da democracia política, de construção da democracia económica, social e cultural e de afirmação da soberania nacional.

Ao assumir objectivos como o ensino gratuito e de qualidade, ou o direito à plena fruição e criação cultural, a JCP responde aos jovens estudantes e intelectuais mas, simultaneamente, objectiva um compromisso para um país social e culturalmente mais democrático, em que sejam ultrapassadas as actuais determinantes classistas do nível de instrução e cultura e em que se criem melhores condições para o desenvolvimento económico e o progresso social.

Ao traçar a meta do trabalho estável, salário justo e dignas condições de trabalho, a JCP dá resposta às preocupações de dezenas de milhares de jovens trabalhadores e desempregados, mas toma também posição pela democracia económica e social, colocando-se ao lado do desenvolvimento ao serviço dos trabalhadores e do povo, contra a recessão e o desemprego, contra a política cavaquista de fazer pagar a quem trabalha os custos sociais da Europa de Maastricht.

Ao abraçar projectos como a habitação digna, um serviço de saúde gratuito e eficaz, ou o direito à constituição de uma família em condições de dignidade, a JCP coloca-se do lado de muitas dezenas de milhares de jovens nas suas justas aspirações, mas dá também o seu contributo à busca duma dimensão socialmente mais justa e infinitamente mais humana para a democracia.

Ao assumir programaticamente as reivindicações de liberdade de acção e organização nas empresas, de ensino participado e de direito ao livre associativismo, a JCP defende não só os interesses de todo o movimento juvenil e da sua imensa criatividade, mas também os interesses

gerais de aprofundamento da democracia portuguesa, de garantia do regime de liberdades e de participação activa na "vida pública", defende uma concepção de democracia mais moderna, mais eficaz, mais efectiva e mais participada.

Ao expressar o objectivo de garantir o direito de objecção de consciência, além de defender os jovens envolvidos, a JCP assume a defesa do direito democrático à diferença, assume o compromisso com os direitos democráticos de todos os cidadãos e uma posição de princípio relativamente ao valor intrínseco de liberdade individual.

Ao levantar a voz na defesa de umas FA's não profissionalizadas e pelo direito a viver num país que pratique uma política de paz e amizade com todos os povos, a JCP assume os interesses mais profundos da nossa juventude e também os valores de soberania e independência nacionais e de contribuição para um mundo mais humano e mais pacífico.

Este conjunto de bases programáticas da JCP constitui por outro lado um projecto político coerente, ponto de partida para uma política democrática para a juventude, alternativa real à política do actual Governo.

Uma política capaz de responder às principais reivindicações dos jovens e de resolver os problemas mais gritantes com que se debate a juventude portuguesa.

Uma política capaz de mobilizar os jovens, de catalisar as energias criadoras da juventude, de envolver a ilimitada criatividade e a infinidade de opiniões, motivações e interesses do movimento juvenil, um grande projecto para transformar Portugal num país mais democrático, mais participado, mais justo, mais humano, mais alegre e mais jovem.

Este vosso Congresso aprovou um conjunto de importantes medidas para ultrapassar as dificuldades e permitir uma maior intervenção da JCP, medidas políticas, orgânicas, de direcção e de formação ideológica.

São medidas de grande importância e que, naturalmente, toda a JCP e particularmente a Direcção eleita neste Congresso se empenharão em levar à prática. E também o PCP, tendo em conta o vosso Congresso, deverá empenhar mais esforços no seu trabalho com a juventude, no apoio ao desenvolvimento da JCP, chamando a juventude para os diversos escalões dirigentes e promovendo a juventude nos sindicatos, nas associações e nas autarquias.

Entretanto, no quadro de intervenção existente, o próprio crescimento de influência já registado e a permanência de condições objectivas favoráveis ao desenvolvimento da influência futura da JCP, não pode fazer esquecer a necessidade de se fazer frente às dificuldades subjectivas, ao anticommunismo e à ideologia dominante. As especificidades duma situação de crise económica e social, com a redução de bases de apoio do PSD e a dificuldade do PS em demonstrar o que na prática o diferencia do partido do Governo e a emergência de uma situação pré-eleitoral, com o avizinhar das eleições autárquicas, impõe e exige da JCP uma ainda maior afirmação política, pelos seus documentos, pelas suas propostas e pelos seus quadros como Juventude Comunista Portuguesa, como juventude do PCP.

A JCP organização autónoma do PCP, organização revolucionária da juventude portuguesa, profundamente inserida com o movimento juvenil e prosseguindo as valorosas tradições combativas de muitas gerações de jovens comunistas, trilha o caminho da luta pela satisfação das reivindicações mais imediatas da juventude, tendo como alvo a luta por uma democracia avançada, pelo fim da exploração do homem pelo homem, por uma sociedade mais justa, mais humana, mais fraterna, mais solidária e mais democrática.

Por um Portugal de progresso e justiça, numa Europa de paz e cooperação! Pelo socialismo!

Viva o 4º Congresso da Juventude Comunista Portuguesa!

Viva o Partido Comunista Português!

Viva a JCP!

Organismos executivos eleitos no domingo

O Executivo e o Secretariado da Direcção Nacional foram eleitos na primeira reunião da Direcção Nacional, realizada no domingo de manhã.

Do Executivo da DN fazem parte Miguel Cunha, Rui Bernardino, Nuno Redondo, Ricardo Pena, Arsénio Paulino, Miguel Santinho, Nuno Costa, Manuel Bandarra, Rogério Silva, Manuel Coelho, Alexandre Araújo, Amélia Pardal, António Filipe, Francisco Teixeira, João Frazão, Jorge Amador, Manuel Gouveia e José Morais.

Integram o Secretariado da DN, João Frazão, Jorge Amador, Manuel Coelho, Amélia Marques e José Morais.

Recorde-se que segundo a resolução aprovada pelo Congresso sobre organização e direcção, o Executivo da DN deve: «assumir a efectiva

direcção política entre as Direcções Nacionais», devendo ter em conta na sua composição «a ligação directa aos principais distritos, sectores e áreas de intervenção». Este organismo, que reúne quinzenalmente, deve incluir «camaradas do Secretariado» e ter como «critério de inclusão a responsabilização por tarefas concretas».

O Secretariado da DN, cuja composição deve ser «não superior a 10 camaradas», é um organismo que tem como missão «acompanhar o trabalho diário da JCP; assumir a responsabilidade do tratamento das questões de organização e de acompanhamento aos quadros da JCP; assumir as relações internacionais da JCP; acompanhar o trabalho de informação e propaganda da JCP; gerir e dinamizar a actividade financeira da JCP e gerir o património da JCP».

Solidariedade internacional

O 4º Congresso da JCP contou com a presença e participação das delegações da JMPLA (Angola), da UJC de Cuba, da Fretilin de Timor-Leste, da Juventude Sandinista da Nicarágua, do ANC da África do Sul, da Liga da Juventude Comunista da China, da Juventude Revolucionária «8 de Outubro» (Brasil), do KNE da Grécia, do EDON do Chipre, do Movimento da Juventude Comunista Francesa, da Refundação Comunista da Itália, da UJC Espanhola e dos Colectivos de Jovens Comunistas, também de Espanha, da SDNL da Finlândia, da SDAL da Alemanha, da Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD) e da Coordenadora da Juventude Democrática (CJD).

Chegaram ainda saudações ao Congresso enviadas por partidos e organizações de Juventude, que não pude-

ram participar nos trabalhos, do Sudão, Israel, México, Bélgica, Rússia, África do Sul e dos EUA.

O Congresso acolheu calorosamente as intervenções das delegações estrangeiras, destacando-se os intermináveis aplausos e manifestações de solidariedade durante a intervenção do representante da JMPLA, que prestou aos presentes um breve relato dos horrores que pessoalmente testemunhou na recente batalha do Huambo desencadeada pela UNITA. Também as intervenções do jovem da Fretilin, que lembrou a justa luta do povo maubere, e do dirigente da UJC de Cuba, que condenou o boicote dos Estados Unidos, foram várias vezes interrompidas por aplausos e palavras de ordem, que expressaram o inequívoco apoio e solidariedade dos jovens comunistas portugueses.

Mil mais mil! Lançada nova campanha de recrutamento

No Barreiro foram anunciados os resultados do balanço de organização feito para o 4º Congresso. Segundo os números apresentados por Jorge Amador, a JCP tem actualmente 10 mil militantes, 2 mil activistas e 170 colectivos a funcionar. Desde Janeiro de 1992 aderiram à organização mil jovens, 780 dos quais no âmbito da campanha de recrutamento que foi iniciada em Junho, inserida na preparação do congresso. Tendo em conta as vastas potencialidades de recrutamento existentes, foi lançada uma nova campanha que coloca como objectivo conseguir até ao fim do ano a adesão à JCP de mais mil jovens.

Quanto aos motivos que levam um jovem a aderir hoje à juventude comunista, José Morais adiantou, na sua intervenção, que «a resposta ganhou forma há pouco mais de um século, mas é tão antiga como a própria humanidade. A resposta está na humana vontade de liberdade, está no humano desejo de justiça. É esta a força que nos move, é esta a razão que transmitiu uma inabalável coragem e perseverança aos homens, mulheres e jovens que, ao longo deste século, lutaram pagando muitas vezes com o preço da própria vida a conquista da liberdade para os seus povos».

JUVENTUDE

Direcção Nacional

Alexandre Araújo - 21 anos. Estudante do Ensino Secundário Subsidiado da JCP. Membro da Direcção da Associação de Estudantes da Escola Secundária D. Pedro V (Lisboa). Membro do Secretariado da Coordenadora Nacional do Ensino Secundário e do Secretariado e Executivo da Direcção Nacional da JCP.

Ana Cristina Fernandes - 15 anos. Estudante do Ensino Secundário. Membro do Colectivo do Ensino Secundário de Faro e da Coordenadora Nacional do Ensino Secundário da JCP.

Ana Vicente - 25 anos. Licenciada em Arquitectura. Subsidiada da JCP. Membro do Colectivo da Festa do Avante da JCP.

Ana Filipa Bonita - 18 anos. Estudante do Ensino Superior. Presidente da Mesa da A. G. do Instituto Superior de Matemáticas Aplicadas e Gestão de Leiria. Membro do Secretariado da Comissão Distrital de Leiria e da Direcção Nacional da JCP.

Ana Teresa Silveira - 23 anos. Estudante do Ensino Superior. Subsidiada da JCP. Membro da Direcção da Organização do Ensino Superior do Porto e do Secretariado da Direcção Central do Ensino Superior.

Anabela Feliciano - 22 anos. Estudante do Ensino Superior. Membro da Direcção da Casa de Juventude de Sacavém. Membro da Comissão Distrital de Lisboa e da Direcção Nacional da JCP.

Angela Marques - 29 anos. Estudante do Ensino Superior. Funcionária da JCP. Membro do colectivo da Secção Internacional e do Organismo Institucional da JCP.

António Filipe Rodrigues - 30 anos. Licenciado em Direito. Deputado da Assembleia da República. Membro do Executivo da Direcção Nacional da JCP.

António Luciano Vasconcelos - 24 anos. Operário. Responsável pelo Boletim "Voz-On" da JCP Madeira e membro da Comissão Política da JCP da Madeira.

António Palma - 17 anos. Estudante do Ensino Secundário. Membro da Direcção da Associação de Estudantes da Escola Secundária Diogo de Vasconcelos, de Beja. Membro da Comissão Distrital de Beja da JCP.

Arsénio Paulino - 19 anos. Trabalhador-Estudante. Subsidiado da JCP. Membro da Direcção da Associação de Círculo - centro convívio - Olho Marinho/Obidos. Membro do Secretariado da Comissão Distrital de Leiria da JCP.

Artur Pinheiro - 17 anos. Estudante do Ensino Secundário. Membro da Direcção da Associação de Estudantes da Escola Secundária de Campo Maior (Portalegre). Membro da Coordenadora Nacional do Ensino Secundário.

Bruno Neves - 18 anos. Estudante do Ensino Secundário. Subsidiado da JCP. Membro da Associação de Estudantes da Escola Secundária Emídio Navarro (Almada). Membro do Secretariado da Coordenadora Nacional do Ensino Secundário e da Direcção Nacional da JCP.

Cândida Luís - 19 anos. Operária. Membro do Secretariado Distrital da InterJovem de Setúbal. Membro do Conselho Nacional da InterJovem.

Carlos Gaspar - 23 anos. Operário. Trabalhador-Estudante. Membro da Direcção da Federação Nacional de Associações de Trabalhadores-Estudantes.

Carlos Loios - 19 anos. Professor do Ensino Básico. Membro da comissão Concelhia de Arraiolos e da Comissão Distrital de Évora da JCP.

Carlos Miguel Santinho Pereira - 22 anos. Operário. Eleito na Assembleia Municipal de Sintra. Funcionário da JCP. Membro do Executivo Distrital de Lisboa e do Executivo da Direcção Nacional da JCP.

Catarina Casanova - 23 anos. Estudante do Ensino Superior. Membro do Núcleo para a Solidariedade com os Povos. Membro do Colectivo de Solidariedade da JCP.

Catarina Stricker - 17 anos. Estudante do Ensino Secundário. Colaboradora da Associação de Estudantes da Escola Secundária D. Duarte. Membro do Secretariado da Direcção do Ensino Secundário de Coimbra.

Célia Soares - 23 anos. Técnica de Juventude. Estudante do Ensino Superior. Eleita na Assembleia de Freguesia de St.º António dos Cavaleiros (Loures). Membro do Executivo Distrital de Lisboa e da Direcção Nacional da JCP.

Daniel Esteves Amaro - 17 anos. Estudante do Ensino Secundário. Membro da Direcção da Associação de Estudantes da Escola Secundária de Carvalhais (Bragança). Membro da Comissão Concelhia de Mirandela da JCP.

Daniel Filipe Santos - 17 anos. Estudante do Ensino Secundário. Membro do Secretariado da Coordenadora Nacional do Ensino Secundário e da Comissão Distrital de Aveiro da JCP.

Eva Maria da Silva - 21 anos. Trabalhadora-Estudante. Membro do Conselho Distrital do Porto da InterJovem e da Direcção da Associação de Jovens da Campanhã. Membro da Comissão Distrital do Porto da JCP.

Fernando Sousa - 24 anos. Operário Metalúrgico. Funcionário da JCP. Membro do Executivo Concelhio do Barreiro e da Comissão Distrital de Setúbal da JCP.

Filipe Rosas - 22 anos. Estudante do Ensino Superior. Membro da Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências de Lisboa. Membro do Secretariado da Direcção Central do Ensino Superior e do Executivo da Direcção Nacional da JCP.

Francisco Caetano - 20 anos. Trabalhador-Estudante. Membro da Direcção da Associação de Estudantes da Escola Secundária de Alcácer do Sal. Membro da Comissão Concelhia de Alcácer do Sal e da Comissão Distrital de Setúbal da JCP.

Francisco Teixeira - 25 anos. Estudante do Ensino Superior. Subsidiado da JCP. Eleito na Assembleia de Freguesia de Alverca. Membro da Comissão Distrital de Lisboa da JCP.

Guilherme Moita - 27 anos. Trabalhador da construção civil. Subsidiado da JCP para o distrito de Beja. Eleito na Assembleia Municipal de Serpa. Membro da Comissão Distrital de Beja da JCP.

Idália Custódio - 24 anos. Trabalhadora-Estudante. Membro da Direcção do Conselho Português para a Paz e Cooperação e do Núcleo de Intervenção para a Solidariedade com os Povos. Membro do colectivo da Solidariedade e da Direcção Nacional da JCP.

Inocência Geraldo - 22 anos. Animador Cultural. Eleito no Executivo da Junta de Freguesia da Damaia (Amadora). Membro do Executivo Distrital de Lisboa e da Direcção Nacional da JCP.

Isabel Cristina Gaspar - 22 anos. Estudante do Ensino Superior. Membro do Colectivo de Solidariedade da JCP. Membro do Núcleo de Intervenção para a Solidariedade com os Povos. Membro do Colectivo de Solidariedade da JCP.

Isabel Lourenço - 26 anos. Secretária. Membro da Secção Internacional e da Direcção Nacional da JCP.

João Baptista - 19 anos. Estudante do Ensino Superior (Universidade do Minho). Dirigente cooperativo (CoopJovem - Braga). Membro da Direcção Central do Ensino Superior da JCP.

João Frazão - 21 anos. Estudante do Ensino Superior. Funcionário da JCP. Membro da Direcção Nacional da JCP.

João Guerreiro Jorge - 20 anos. Técnico de Serviços Comerciais. Subsidiado da JCP. Membro do Executivo Concelhio da Moita e da Comissão Distrital de Setúbal da JCP.

João Pedro Ricardo - 20 anos. Operário. Membro da Associação Juvenil "ATA" (Grupo de Teatro). Membro da Comissão Con-

celhia de Palmela e da Comissão Distrital de Setúbal da JCP.

Jorge Amador - 28 anos. Operário. Eleito na Assembleia Municipal de Peniche. Funcionário da JCP. Membro do Secretariado e do Executivo da Direcção Nacional da JCP. Membro suplente do Comité Central do PCP.

Jorge Magrinho - 23 anos. Operário. Membro do Conselho Distrital da InterJovem de Lisboa. Membro da Direcção Nacional da JCP.

Jorge Martins - 17 anos. Estudante do Ensino Secundário. Membro da Direcção da Associação de Estudantes da Escola Secundária da Bela Vista (Setúbal). Membro do Secretariado da Coordenadora Nacional do Ensino Secundário da JCP.

José Ângelo Alves - 21 anos. Estudante do Ensino Superior. Membro da Assembleia da Universidade de Coimbra. Membro da Direcção Geral da Associação Académica de Coimbra. Membro do Secretariado da Direcção Central do Ensino Superior.

José Carlos Matias - 19 anos. Frequenta a formação profissional. Membro do Secretariado Distrital de Santarém da JCP.

José Gabriel Leite Ferreira - 24 anos. Estudante do Ensino Secundário. Subsidiado da JCP. Membro do Secretariado da Coordenadora Nacional do Ensino Secundário e do Executivo da Direcção Nacional da JCP.

José Manuel Ribeiro - 21 anos. Estudante do Ensino Superior. Membro do Secretariado Distrital de Santarém e da Direcção Central do Ensino Superior da JCP.

José Morais - 28 anos. Trabalhador-Estudante. Funcionário da JCP. Representante da JCP na Assembleia Geral do Conselho Nacional de Juventude. Membro do Secretariado e do Executivo da Direcção Nacional da JCP.

José Pedro Félix - 18 anos. Estudante do Ensino Secundário. Membro da Direcção da Associação de Estudantes da Escola Secundária Dr. Azevedo Neves (Amadora). Membro da Coordenadora Distrital de Lisboa do Ensino Secundário da JCP.

Luís Miguel Cunha - 18 anos. Frequenta a formação profissional. Membro do Conselho Nacional da InterJovem. Subsidiado da JCP para o distrito de Braga.

Manuel Bandarra - 25 anos. Operário. Subsidiado da JCP. Membro da Comissão Distrital de Évora da JCP.

Manuel Coelho - 25 anos. Estudante do Ensino Superior. Funcionário da JCP. Membro do Secretariado da Direcção Central do Ensino Superior, do Secretariado e Executivo da Direcção Nacional da JCP.

Manuel Gouveia - 23 anos. Estudante do Ensino Superior. Subsidiado da JCP. Membro do Movimento SOS-Racismo. Membro da Direcção do Conselho Português para a Paz e Cooperação. Membro do Secretariado e do Executivo da Direcção Nacional da JCP.

Maria Alexandra César - 26 anos. Directora de Serviços. Membro do Organismo Institucional e da Direcção Nacional da JCP.

Maria Amélia Pardal - 28 anos. Licenciada em História. Funcionária da JCP. Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Juventude. Membro do Secretariado e do Executivo da Direcção Nacional da JCP.

Mário Gomes - 25 anos. Operário (trabalhador-estudante). Membro do Conselho Distrital de Setúbal da InterJovem. Membro da Direcção da Federação Nacional de Associações de Trabalhadores-Estudantes. Membro do Executivo Concelhio de Setúbal e da Comissão Distrital de Setúbal da JCP.

Nuno Alexandre Vaz - 19 anos. Estudante do Ensino Superior. Membro da Direcção da Organização do Ensino Superior do Porto.

Nuno Almeida - 25 anos. Pescador. Dirigente Sindical. Membro da Comissão Distrital de Leiria da JCP.

Nuno Blo - 21 anos. Estudante do Ensino Superior. Membro da Assembleia de Representantes, do Conselho Directivo, do Conselho Pedagógico e da Direcção da Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências de Lisboa. Membro da Direcção da Organização do Ensino Superior de Lisboa e da Direcção Central do Ensino Superior da JCP.

Nuno Ferreira - 18 anos. Estudante do Ensino Secundário (Guarda).

Nuno Miguel Costa - 23 anos. Trabalhador-Estudante. Funcionário da JCP. Membro da Direcção do Centro de Cultura e Juventude do Barreiro. Membro do Executivo Concelhio do Barreiro, da Comissão Distrital de Setúbal e do Executivo da Direcção Nacional da JCP.

Nuno Miguel Redondo - 18 anos. Trabalhador-Estudante. Subsidiado da JCP. Membro da Direcção da Federação Nacional de Associações de Trabalhadores-Estudantes. Membro do Movimento antirracista "SOS-Racismo". Membro da Comissão Distrital de Aveiro da JCP.

Regina Janeiro - 21 anos. Estudante do Ensino Superior. Membro do Executivo Concelhio de Vila Franca de Xira e do Executivo Distrital de Lisboa da JCP.

Ricardo Oliveira - 22 anos. Estudante do Ensino Superior. Subsidiado da JCP. Membro da Assembleia de Representantes do Instituto Superior de Economia e Gestão.

Ricardo Pena - 22 anos. Estudante do Ensino Superior. Membro da Direcção da Organização do Ensino Superior de Coimbra, do Secretariado da Direcção Central do Ensino Superior e do Executivo da Direcção Nacional da JCP.

Rui Pereira - 26 anos. Licenciado em Belas-Artes. Membro da Direcção da Organização do Ensino Superior de Lisboa.

Rogério Silva - 22 anos. Operário. Membro do Secretariado do Conselho Nacional da InterJovem. Membro do Conselho Nacional da CGTP/IN. Membro do Executivo da Direcção Nacional da JCP.

Rui Bernardino da Silva - 24 anos. Trabalhador-Estudante. Subsidiado da JCP. Dirigente Associativo. Membro da Direcção da Federação Nacional de Associações de Trabalhadores-Estudantes (FNATES). Membro da Comissão Distrital do Porto e do Executivo da Direcção Nacional da JCP.

Rui Rodrigues Francisco - 21 anos. Trabalhador-Estudante. Membro da Direcção da Associação de Trabalhadores-Estudantes da Escola Secundária de Odivelas. Membro do Secretariado Concelhio de Loures e da Direcção Nacional da JCP.

Sandra Benfica - 20 anos. Estudante do Ensino Secundário. Subsidiada da JCP. Membro do Secretariado da Coordenadora Nacional do Ensino Secundário e da Direcção Nacional da JCP.

Sara Canavezes - 19 anos. Estudante do Ensino Superior. Representante da JCP no Conselho Municipal de Juventude de Lisboa. Membro da Direcção da Organização do Ensino Superior de Lisboa e da Direcção Nacional da JCP.

Susana Salbany Pereira - 17 anos. Estudante do Ensino Secundário. Membro do Secretariado do Ensino Secundário do Porto.

Teresa Neto - 25 anos. Estudante do Ensino Superior. Membro da Assembleia da Universidade de Coimbra. Membro da Direcção Geral da Associação Académica de Coimbra. Membro do Secretariado da Direcção Central do Ensino Superior e da Direcção Nacional da JCP.

Vasco Cardoso - 15 anos. Estudante do Ensino Secundário (Castelo Branco). Membro da Coordenadora Nacional do Ensino Secundário da JCP.

PCP

A crise profunda na região de Braga

A Direcção da Organização Regional de Braga do PCP, reunida no passado sábado, procedeu a um debate em torno da Resolução do CC e à análise da situação no distrito, à luta social e perspectivas do seu desenvolvimento. No final, a DORBraga divulgou as seguintes conclusões:

A profunda crise económica e social que se vive — caracterizada por uma recessão generalizada, a evolução negativa do produto nacional, falências e encerramento de empresas, quebra de postos de trabalho, subida em flecha do desemprego e dos trabalhadores e vastas camadas populares — **é da responsabilidade primeira das orientações políticas do Governo do PSD, da submissão da sua política às exigências da União Económica e Monetária, da integração do escudo no SME, da falta de uma estratégia nacional que promova o desenvolvimento e defenda os interesses portugueses.**

Esta política desvitaliza e liquida o potencial económico do Distrito, arrasta muitos milhares de trabalhadores para o desemprego e mergulha sectores numerosos da sua população numa situação de carências cada vez mais graves. Não há sector relevante da economia do Distrito — seja a agricultura ou os sectores têxtil, metalúrgico, químico, eléctrico, ou mesmo outras indústrias com peso localizado nalguns concelhos como a serração e madeiras, seja o pequeno e médio comércio — que não esteja em significativa retracção por força da política económica do Governo, política de «escudo forte» e altas taxas de juro, abertura do «Mercado Único», redução forçada da produção e invasão de produtos concorrentes do estrangeiro, quebra do poder de compra, etc.

O aumento das dívidas à Segurança Social empurra para a execução, num prazo muito curto, mais umas dezenas de empresas.

A ausência de um verdadeiro programa de reestruturação, modernização e diversificação do tecido produtivo, a delapidação de grandes verbas em acções pontuais e desconexas que só visam a propaganda, a corrupção e o compadrio reinantes (muitos casos já foram publicamente denunciados) na atribuição de fundos comunitários, são apenas uma outra face da mesma política — a da incompetência e venalidade de governantes e clientelas do PSD.

As graves responsabilidades da política do Governo na situação económica e social do Distrito não devem porém fazer esquecer outras responsabilidades, entre as quais:

a cumplicidade do Partido Socialista, com cujo apoio expresso e indesmentível foram aprovadas grandes decisões que tornam hoje inevitáveis os seus efeitos nefastos — são os casos, entre outros, das privatizações de importantes sectores nacionalizados, a aprovação à entrada do escudo no SME, o voto favorável à ratificação do Tratado de Maastricht e uma lamentável coincidência de posições em matéria da política salarial para 93;

o contributo negativo de grande parte do patronato que, para manter ou elevar as altas taxas de lucro e passar por cima da crise, a faz pagar aos trabalhadores, através da manutenção de baixíssimos salários, ameaças de encerramento dos postos de trabalho, precarização dos vínculos laborais, redução dos direitos dos trabalhadores, perseguição e repressão;

assim como a inépcia de algumas Autarquias e da AMAVE que, por falta de iniciativa e de interesse, deixam fugir alguns projectos alternativos que podiam ser encaminhados para o Distrito.

E mais adiante:

Esta política de descalabro económico e hostilização social, o conflito e afrontamento permanentes com as instituições democráticas, estão a promover uma perda da base social de apoio ao partido do Governo.

Os índices de popularidade do Primeiro-Ministro e de muitos dos Ministérios do seu Governo vivem hoje uma acentuada queda, que se deve em muito à luta dos trabalhadores e ao protesto popular e social.

A DORBraga do PCP analisou os sinais do descontentamento dos trabalhadores do Distrito e as formas em que se têm expressado. O rol de lutas já travadas ou em curso, as concentrações, as greves e paralisações nas empresas dos ramos metalúrgico e têxtil, pelo pagamento dos salários, pelo direito ao trabalho, pela defesa dos postos de trabalho; como na Grundig, agora a Lei Off, imposta pela Administração a mais de 600 trabalhadores; as acções dos trabalhadores da Função Pública contra os projectos de despedimento; a participação dos professores, estudantes e pais, em defesa do Ensino de qualidade, contra o pagamento das propinas; as acções dos camponeses pelo escoamento das suas produções, apoios à agricultura, etc., mostram a exigência de uma acrescida disponibilidade para resistir à política governamental, na defesa dos legítimos interesses dessas vastas camadas.

Assembleia de Célula do PCP no Município de Loures

O camarada Alvaro Cunhal, Presidente do Conselho Nacional do Partido, participou no passado sábado, nos trabalhos da 5ª Assembleia da Célula do PCP no Município de Loures, que se realizou durante todo o dia no Cinema dos Bombeiros.

Preparar a Célula para, com os trabalhadores, ajudar à vitória da CDU nas próximas eleições autárquicas, foi um dos objectivos centrais desta 5ª Assembleia. Os outros objectivos apontados foram: promover a melhoria da actividade dos comunistas nas várias estruturas unitárias, uma maior participação dos militantes na actividade da Célula e, por fim, ultrapassar insuficiências sentidas no trabalho de direcção.

Através de numerosas intervenções gerais e sectoriais, os delegados apreciaram o trabalho realizado desde Março de 1991 e apontaram as tarefas a realizar, não deixando de tecer críticas à actividade desenvolvida, apon-



tando insuficiências e dificuldades, algumas das quais permanecem. Mas, como acentuou o documento final

aprovado, os objectivos da Assembleia, «naturalmente muito condicionados à batalha política que as eleições

autárquicas representam, estão ao nosso alcance e são indissociáveis de uma profunda ligação aos trabalhadores do município».

Na sessão reservada, da parte da tarde, foram eleitos o Secretariado da Célula e os organismos de direcção dos vários núcleos, após o que, na sessão de encerramento, tomou a palavra o camarada Álvaro Cunhal que, em improviso, abordou os aspectos mais importantes da situação internacional e nacional.

Degrada-se a situação no distrito de Beja

Em reunião realizada no dia 5 de Abril, o Secretariado da Direcção Regional de Beja do PCP decidiu dar divulgação pública do seguinte:

A situação social do distrito, que tem vindo a degradar-se nos últimos tempos, é motivo de novas preocupações especialmente nas áreas da saúde e do emprego.

1 — Os recentes acontecimentos ocorridos em Odemira trouxeram a lume as carências em que vivem os serviços de saúde em quase todos os municípios, sem resposta capaz às solicitações das populações. O caso mais preocupante é o do Hospital de Beja que acaba de despedir cerca de 80 trabalhadores contratados, indispensáveis ao funcionamento do hospital.

Na base deste procedimento está a política de trabalho precário e economicista do Governo PSD, Cavaco Silva que leva os seguidores da sua política no hospital de Beja a não optar pela melhor solução para o hospital e para os trabalhadores, que seria a passagem des-

tes trabalhadores a efectivos. A DORBE do PCP está, naturalmente, contra estas e outras medidas contrárias aos interesses das populações e dos trabalhadores.

2 — Agrava-se a situação de várias empresas do distrito, em situação de crise, procedem a despedimento de trabalhadores ou não pagam os salários a tempo. A situação mais melindrosa é a das Pirites Alentejanas em que cerca de quatro centenas de trabalhadores só na passada quinta-feira receberam os vencimentos de Fevereiro, ficando o de Março por pagar. Em situação aflitiva encontram-se também as Cooperativas agrícolas que se aprestam para reduzir o número de trabalhadores lançando mais gente no desemprego. Isto tudo tem reflexos noutras actividades com relevo para o comércio que também já entrou em situação de crise, segundo o comércio que também já entrou em situação de crise, segundo as queixas que se detectam com larga frequência.

3 — A situação dos trabalhadores da Base Aérea nº 11 de Beja continua por definir-se.

As conversações para encontrar soluções correctas para o problema têm marcado passo, no entanto 25 trabalhadores já foram avisados de despedimento. A incerteza quanto ao futuro de dezenas de famílias cria situações angustiantes. No nosso entender a reestruturação da Base Aérea nº 11 terá que ter em

conta a reintegração dos trabalhadores actualmente ao serviço da Força Aérea Alemã.

A DORBE do PCP solidariza-se com as posições defendidas pelos trabalhadores e contra a política anti-social dos responsáveis pelas situações criadas impróprias de um Estado democrático. Exige medidas que salvaguardem os direitos e interesses dos trabalhadores e população em geral.

PCP solidário com a ASPP

O Gabinete de Imprensa do PCP divulgou, na passada quinta-feira, a nota que publicamos na íntegra:

Em reunião com uma delegação da Associação Socioprofissional da Polícia (ASPP), o PCP tomou conhecimento mais preciso dos processos disciplinares movidos contra dirigentes da referida Associação, nomeadamente contra o seu Presidente, Subchefe José Carreira.

O PCP considera que as justificações aduzidas para os processos, se fossem aceites, traduzir-se-iam no completo esvaziamento e silenciamento do associativismo socioprofissional na PSP.

Assim, solicitado para esse efeito, João Amaral, membro do Comité Central do PCP e deputado na Assembleia da República, decidiu testemunhar em defesa do Subchefe José Carreira.

O PCP, nesta oportunidade, reafirma a sua inteira solidariedade com a luta dos polícias portugueses na defesa de todos os seus direitos, incluindo o direito ao Sindicato e denuncia ser intenção do MAI e do Governo do PSD, verdadeiros responsáveis desta actuação administrativa e autoritária, inverter todo o processo de judicialização, desmilitarização e modernização da PSP e de introduzir práticas repressivas inaceitáveis na democracia portuguesa e que violam o quadro de direitos consignado pelo Conselho da Europa.

CAMARADAS FALECIDOS

MARIA DOS PRAZERES LOPES

Faleceu no passado dia 27 de Fevereiro a camarada Maria dos Prazeres Lopes, militante do Partido organizada na Freguesia da Ajuda. Foi membro da Comissão de Freguesia do PCP e grande activista do Partido.

JOSÉ MARIA OLIVEIRA

No passado dia 30 de Março, faleceu o camarada José Maria Graça Oliveira, com 55 anos de idade. O camarada estava organizado na Célula do Bairro da Liberdade, Freguesia de Campolide, onde residia. O funeral, acompanhado de familiares e de muitos amigos, realizou-se no Cemitério de Benfica.

Reunião de Quadros do PCP na Europa

Nos dias 27 e 28 de Março, realizou-se na Holanda a IV Reunião de Quadros do PCP na Europa, em que estiveram em debate questões ligadas com a organização e a intervenção política do Partido e se procedeu à análise da situação social na emigração. Durante esses dois dias, membros do Partido vindos de vários países europeus passaram em revista os aspectos da vida orgânica e traçaram algumas linhas de orientação para o ano em curso, na perspectiva do reforço das organizações do PCP nos países da Europa.

O camarada Manuel Sobral, membro da Comissão Política do Comité Central do Partido, participou nos trabalhos e proferiu uma intervenção de encerramento, abordando os aspectos mais importantes da situação política actual.

Terminada a reunião, realizou-se um animado almoço, ainda no quadro das comemorações do 72.º aniversário do Partido, cuja organização esteve a cargo da Célula de Amesterdão, e da qual contou com a participação de mais de 120 pessoas.

A reunião, que aprovou dois documentos — um sobre o reforço e a influência do PCP e outro sobre os actuais problemas dos emigrantes — divulgou no final as conclusões que publicamos a seguir:

1. Com o agudizar da situação económica e social decorrente do falhanço das receitas neoliberais e das políticas de austeridade, os emigrantes vivem momentos de grandes incertezas sobre o seu futuro: crescem as desigualdades sociais, o desemprego, a exploração e a precarização do trabalho,

assim como aumenta a concorrência da nova imigração vinda do Leste e as manifestações de racismo e xenofobia são um dos efeitos mais visíveis e preocupantes dessas causas.

Na CEE a inexistência de legislação comunitária no plano social, agrava as disparidades sociais e regionais, facilita os ataques às conquistas e regalias sociais dos trabalhadores e transforma a «livre circulação de trabalhadores» num factor acrescido de exploração de mão-de-obra barata.

Cada vez mais os trabalhadores emigrantes envolvem-se nas lutas sociais nos países de residência pela defesa de direitos adquiridos e por melhores condições de vida.

2. O Governo PSD/Cavaco Silva, que não se farta de propagandar que os emigrantes já o não são porque passaram a ter o «estatuto» de cidadão comunitário, mais não pretende do que iludir a realidade para justificar a política de abandono a que tem votado os emigrantes, e que já nem a tentativa cosmética com a mudança de Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas consegue esconder.

Com efeito, mais de 4 meses passados da tomada de posse do novo secretário de Estado, a política de emigração do Governo PSD mantém os seus traços mais negativos: falta de apoio e incentivo ao ensino da língua e cultura portuguesas; ausência de medidas para melhorar os serviços sociais e consulares; não se vislumbra a mínima intenção em alterar a chamada lei que criou as chamadas «novas estruturas representativas das comunidades

portuguesas».

E hoje cada vez mais evidente o fosso entre a política de emigração deste governo e os reais problemas dos emigrantes.

3. Crescem as iniciativas promovidas pelos emigrantes, sintoma da sua vitalidade, em particular do seu movimento associativo, com particular destaque para: as «Assises» da comunidade portuguesa em França, a realizar em 3 e 4 de Abril; a Assembleia das associações na Suíça francesa para construir a respectiva federação, no dia 2 de Maio; a reunião de dirigentes associativos na Europa que se realiza na Holanda nos dias 8 e 9 de Maio.

Os comunistas portugueses emigrados tudo farão para que estas iniciativas obtenham um grande sucesso.

4. Aproxima-se um novo período de recenseamento eleitoral — Maio e Junho —, a sua importância é indiscutível. Com efeito, para exercer o direito de voto é necessário estar inscrito nos cadernos eleitorais do consulado da respectiva zona de residência.

Conclui-se também da necessidade de dinamizar as comissões CDU e da realização, no final do ano, de um encontro CDU na Europa.

Manuel Sobral

O camarada Manuel Sobral, tendo regressado a Portugal após a Reunião de Quadros, prestou ao «Avante!» o seguinte depoimento:

«Um grande espírito de camaradagem, o conheci-



mento da situação política e social em cada país e a consciência das causas que a determinam, a vontade de melhorar a organização do Partido na emigração e de reforçar a intervenção dos comunistas na luta pela resolução dos graves problemas com que se debatem os emigrantes, foram os traços mais salientes da IV Reunião de Quadros do PCP na Europa.

«A caracterização da situação feita pelos camaradas na reunião, confirma que, mesmo nos países onde o sistema capitalista conseguiu um notável desenvolvimento das forças produtivas, o capitalismo em nada alterou a sua essência e características fundamentais. Pelo contrário, nestes países o capitalismo está já representado no poder quer pelas forças de direita quer pela social-democracia, reforça e refina a exploração dos trabalhadores no plano económico e no plano social e, nos aspectos políticos, da liberdade e da democracia, usa e abusa das práticas antidemocráticas, atola-se na corrupção, desacredita as instituições e conduz a um preocupante desenvolvimento das forças de extrema-direita, fascistas e fascizantes, racistas e xenófobos.

«Para além disso, é cada vez mais evidente a evolução para um capitalismo monopolista multiestatal, com gigantescas empresas multinacionais ou transnacionais e a criação de poderes políticos supranacionais ao seu serviço. A grave situação política e social apresentada na reunião, sobretudo marcada pelo desemprego, a insegurança e a perda de regalias por parte dos trabalhadores emigrantes ou naturais desses países, evidencia

cada vez mais que a Europa que está a ser criada com o projecto de Maastricht é, não a Europa dos povos mas, a Europa em que tudo é definido e determinado tendo como critério fundamental o lucro máximo do capital.

«Neste quadro, a luta dos emigrantes portugueses em defesa de direitos próprios e, lado a lado com os trabalhadores de cada país, por melhores condições de vida e de trabalho, assume particular importância.»

Carvalhas comentou acordo PS/Plataforma

Durante a Conferência de Imprensa realizada após a reunião do Comité Central do passado dia 30 de Março, o secretário-geral do Partido, camarada Carlos Carvalhas, teve oportunidade não apenas de expor em traços gerais as conclusões dessa reunião, mas também de responder a algumas perguntas dos jornalistas presentes. Respostas que acabaram por serem silenciadas na comunicação social em geral. Quanto à RTP, foi ao cúmulo não apenas de ignorar as respostas como de afirmar que Carlos Carvalhas ignorara os acordos entre o PS e a «Plataforma de Esquerda».

Tal não aconteceu. De facto, a uma pergunta do jornalista do «Público», que solicitava do secretário-geral do PCP um comentário sobre o acordo PS/Plataforma, Carlos Carvalhas respondeu:

«Com este acordo, por um lado, o PS não fica mais à esquerda (ou seja, foi buscar uma bengala mas, como ela é curta, continua coxo) e, por outro lado, a Plataforma fica ainda menos Plataforma;

«É muito esclarecedor que um grupo que proclamava vir a renovar a vida política e fazer o corte com alguns os seus aspectos mais deploráveis tenha rapidamente caído na teoria e na prática dos «bons negócios».

Nova pergunta do «Público»: o PCP vai ter em Cascais uma candidatura mais política?

«Não está ainda definida a lista e o cabeça de lista da CDU para a Câmara de Cascais. Mas há uma coisa que marca desde já uma grande diferença que podemos assegurar: em Cascais, a CDU terá uma lista e um cabeça de lista profundamente conhecedores do concelho e dos seus problemas, capazes de dar continuidade à valiosa acção construtiva e de oposição desenvolvida pela equipa da CDU neste mandato e disponíveis para, qualquer que seja o resultado, exercerem dedicadamente os cargos para que forem eleitos.

Conferência de Carvalhas

Por lamentável troca de disquete, o texto relativo à Conferência na Universidade Católica, da autoria do camarada Carlos Carvalhas, e que o «Avante!» publicou no número anterior, contém grialhas e repetições de outros textos que alteraram a intervenção proferida. Pelo lapso, pedimos desculpa aos nossos leitores.

Eleições autárquicas vão exigir do Partido grande esforço financeiro

As eleições autárquicas que se realizarão em Dezembro vão exigir do Partido um grande esforço financeiro para que, no quadro da CDU, possamos concorrer ao maior número de órgãos do poder local.

Fazer contactos e reuniões preparatórias, elaborar listas e apresentá-las, elaborar programas e divulgá-los, conduzir a campanha eleitoral de modo a levar até junto das populações o conhecimento dos candidatos e dos seus programas, tudo isto exige do Partido uma grande mobilização de recursos humanos, materiais e principalmente financeiros.

Regra geral, os recursos financeiros são obtidos, a nível local, através de campanhas de fundos especiais, comportando iniciativas das mais variadas, desde festas e encontros-convívio, até sorteios, iniciativas porta-

-a-porta e abordagens pessoais. Tudo isto, no quadro alargado da CDU onde os militantes e as organizações do Partido têm necessariamente um papel destacado e determinante.

Tendo como referência a Conferência Nacional do PCP sobre o Poder Local e as Eleições Autárquicas, a realizar a 8 de Maio, a preparação das eleições ganhou já uma nova dinâmica. A elaboração definitiva das listas de candidatos, a sua divulgação e todo o trabalho preparatório da pré-campanha e da própria campanha entraram na ordem do dia do trabalho diário das organizações e dos militantes do Partido.

Na ordem do dia entra também a organização das campanhas de fundos a nível local e regional com vista a custear e a assegurar o êxito desta importante tarefa política do nosso partido e da CDU.

TRABALHADORES

Entre os «disponíveis» Novecentos na Educação

O Governo «prepara-se para colocar como disponíveis, nomeadamente, cerca de 900 funcionários administrativos» do Ensino, afirma a comissão executiva da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública. A FNSFP, que efectuou quinta-feira uma concentração de «boca tapada» em frente ao Ministério da Educação em Lisboa, disse que «a publicação da nova Lei Orgânica do ME, que está na Presidência da República para promulgação, cria, por um lado, o caos e a asfixia nos serviços, uma vez que vai extinguir e reduzir drasticamente os serviços, uma vez que vai extinguir e reduzir drasticamente os serviços existentes e, por outro lado, coloca como disponíveis cerca de 1500 trabalhadores».

É que, além dos 900 administrativos, trata-se de «reduzir à menor expressão o pessoal ligado às construções escolares (arquitectos, engenheiros, fiscais técnicos de obras); de extinguir os lugares, à medida que vão vagando, das carreiras de informática, BAD, da medicina pedagógica (médicos, enfermeiros, técnicos de serviço social), educadores e auxiliares de infância».

Situação sombria

A FNSFP afirma também que a «situação é sombria» para os que exercem funções de chefia e direcção». «Basta dizer — acrescenta

a Federação — que "de 85 chefes de divisão", que existem actualmente, ficarão cerca de 17, de 25 chefes de repartição ficam cerca de 16 e de 110 chefes de secção vão permanecer cerca de 37».

Em princípio, os departamentos terão apenas uma repartição e uma secção.

Uma questão de dinheiro

Acrescenta a Federação: «As medidas em curso vão reduzir significativamente (cerca de dois milhões de contos, as despesas com o pessoal dos quadros, em detrimento do regular funcionamento das instituições

e da estabilidade de emprego.

«Em consequência, prevê-se uma situação de asfixia e paralisação daqueles serviços, devido à drástica redução das suas estruturas, e a introdução de normas inovatórias de funcionamento, ao arpejo do que se encontra estabelecido, servindo o do ME como cobaia.

«São ainda extintos os Serviços (IASE e Centros de Medicina Pedagógica) que têm a seu cargo a prestação de serviços sociais aos alunos do Ensino Básico e Secundário e aos trabalhadores docentes e não docentes, e ainda as actividades médico-pedagógicas, provocando o aumento do insucesso escolar.

«Entretanto, e também com o intuito de reduzir as despesas com o emprego, o Ministério da Educação tem vindo ilegalmente a eternizar a precariedade, contratando pessoal não docente a termo certo e com recibos verdes para o exercício de funções de carácter permanente e duradouro. Nesta situação encontram-se cerca de 8500 trabalhadores no Ensino Básico e Secundário, mil no Ensino Superior e mil nos Serviços Centrais».



Os «disponíveis», os «excedentes» sob ameaça permanente, estiveram bem representados na manifestação (Lisboa, 2 de Abril)

Graves preocupações na Portucel

Ao apelar à participação na jornada de 2 de Abril e no Primeiro de Maio, a célula da Portucel (Cacia, Aveiro) do PCP afirma que se avolumam as preocupações das trabalhadoras quanto ao futuro dos seus postos de trabalho e condições de vida.

A administração da empresa toma «múltiplas medidas» que, além de ir contra os direitos e regalias dos trabalhadores, se prendem com a gestão da própria empresa, que a célula considera «claramente inseridas nos processos já clássicos das privatizações».

Incluem-se neste quadro — sublinha a célula — os despedimentos de trabalhadores. Muitos deles são pressionados a aceitarem a rescisão do contrato e a imposição de horários lesivos dos seus direitos.

«Embora de formas sofisticadas», acrescenta a célula do PCP dirigentes e activistas sindicais são vítimas de «perseguição e repressão».

Por outro lado, os aumentos salariais impostos pela administração da Portucel estão longe de acompanhar a inflação, o que vem agravar ainda mais as condições de vida de centenas de famílias.

Despedidos e empreiteiros

A administração substitui «os trabalhadores despedidos», prossegue a célula, por pessoal contratado por empreiteiros. Ou seja, despede-se, não porque a empresa tenha trabalhadores a mais, mas porque assim a Portucel «não só paga menores salários como retira todos os direitos a uma grande parte dos trabalhadores necessários à laboração da empresa».

Mas não com o objectivo de reduzir as despesas da Portucel. A administração diz isso, mas por outro lado, assiste-se a gastos desnecessários, como é o caso das «obras de pintura entregues a empreiteiros de estruturas que estão postas fora de serviço».

O futuro da empresa e o futuro dos postos de trabalho,

os direitos e regalias alcançados, agora postos em causa, são preocupações que estão a gerar «grande instabilidade nos operários e nos quadros técnicos, em todos os trabalhadores da empresa».

A célula da Portucel/Cacia do PCP entende que, hoje mais do que nunca, é necessária uma forte unidade dos trabalhadores e uma grande determinação para lutarem pelos seus direitos «ameaçados pela política restauracionista do poder do grande capital do Governo PSD/Cavaco Silva e pelos seus serventuários na administração da Portucel».



Lisboa, 2 de Abril

CGTP recebida pelos Bispos

A Conferência Episcopal Portuguesa, segundo anúncio de segunda-feira, iria receber no dia seguinte uma delegação da CGTP-IN, «conduzida pelo seu coordenador, Manuel Carvalho da Silva». De acordo com uma nota da

Central, a audiência a realizar no Campo de Santana, às 4 da tarde, em Lisboa, foi «pedida pela CGTP-IN para apresentar as conclusões do 7.º Congresso e, simultaneamente, proceder à análise da situação social e apresentar a política reivindicativa imediata».

A apresentação das conclusões do 7.º Congresso da Central já tinha motivado em 1 do corrente um encontro em Belém com o Presidente da República.

Ainda segundo informação da CGTP, o PCP receberia segunda-feira, na sua sede em Lisboa, uma delegação da Central, «conduzida por Manuel Carvalho da Silva, coordenador, e por Jerónimo Rodrigues, Emídio Martins, Manuel Lopes, Américo Nunes e Maria do Carmo Tavares».

Solicitada pela CGTP, a entrevista com o PCP «destina-se a dar a conhecer a posição da Central sobre a política reivindicativa imediata e a análise da situação social e dar a conhecer as conclusões do 7.º Congresso da CGTP-IN», conclui uma nota da DIF emitida em 2 do corrente.

TRABALHADORES

Grandiosa manifestação

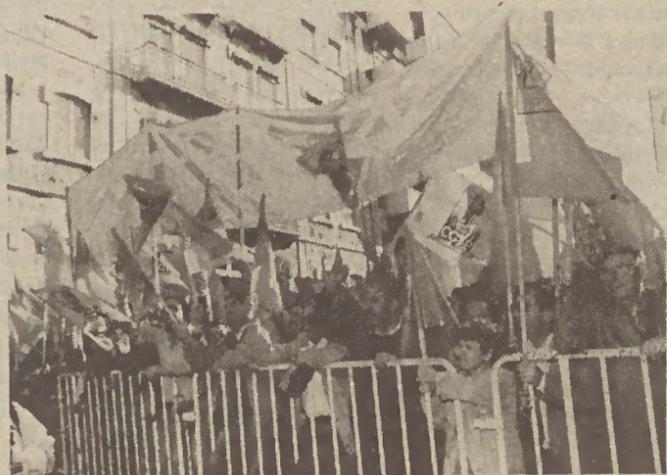
Demonstrada a força da unidade na acção, sexta-feira passada em Lisboa, numa manifestação de forte significado contra a vaga de despedimentos, o desemprego, pelos direitos dos trabalhadores, contra o racismo e a xenofobia, convém recordar que um dia antes numa conferência de imprensa conjunta das duas centrais sindicais (CGTP-IN e UGT) no Sindicato dos Jornalistas, Manuel Carvalho da Silva, ao explicar os objectivos da jornada europeia (ver página 13), disse que «não pode existir uma Europa social, se não se respeitarem os direitos fundamentais dos trabalhadores; por isso temos que reagir contra essa ofensiva». Torres Couto lembrou, por seu turno, que «existem 17 milhões de desempregados na Comunidade Europeia, muitos dos quais de longa duração».

Convocada pela Confederação Europeia de Sindicatos (CES), aderiram às manifestações em Portugal muitos milhares de trabalhadores e sindicatos, participaram por todo o País na jornada conjunta convocada em Lisboa pelas duas centrais e no resto do território nacional apenas pela CGTP, mas com a adesão de sindicatos e trabalhadores da UGT.

Entre o Chiado (Praça de Camões) e São Bento, residência do Primeiro-Ministro, foi clara e bem manifesta a recusa de uma política marcada todos os dias pelo drama do desemprego, pela exploração do grande capital, pela cada vez maior insegurança do emprego e pela exigência de uma política que sirva e apoie os interesses nacionais.



A presença dos trabalhadores jovens (Lisboa, 2 de Abril)



Da Reicab (Guarda) chegou uma moção de apoio a Lisboa

Um caso

Fizeram greve em 2 do corrente cerca de 600 trabalhadores da Reicab. Uma empresa onde mais de 80 por cento são contratados a prazo, na sua maioria mulheres, 95 por cento do pessoal aderiu à jornada. Por melhores salários, horário de 40 horas, manutenção de direitos adquiridos para os trabalhadores que pertenciam à empresa Renault, contra a alteração do regime de férias e do horário de trabalho, os trabalhadores mantiveram-se todo o dia junto do portão da empresa (400 de manhã e 300 da parte da tarde). Segundo a direcção da Organização Regional da Guarda do PCP, foi aprovada uma moção de apoio à «jornada de luta e enviada à CGTP para a manifestação de Lisboa».



Lisboa, 2 de Abril

Cisão da EDP

Um elemento da Comissão de Trabalhadores da EDP, Artur Malheiro, disse em 2 de Abril à Lusa que os actuais direitos e garantias do pessoal têm que ser assegurados no processo de cisão da empresa.

Essa exigência, acrescentou, que passará para a responsabilidade das futuras empresas

do sector eléctrico, é extensiva aos reformados.

Os sindicatos reuniram-se em 2 de Abril para analisar essa questão, assim como a redução dos postos de trabalho, cedências a empreiteiros e a degradação do serviço prestado pela EDP, segundo o telex que a Lusa emitiu sobre o assunto em 2 do corrente.



Como lembrou em Faro, a 30 de Março, o dirigente nacional do Sitava (Sindicato da Aviação Civil e Aeroportos), «compete ao Governo proteger as companhias nacionais (caso da TAP), sob pena de o País ficar, relativamente ao transporte aéreo, à mercê de decisões e estratégias alheias aos seus interesses». Não sucederá o mesmo com tantas empresas de Interesse nacional cujos trabalhadores e sindicatos se manifestaram, como as fotos documentam, sexta-feira em Lisboa?

Aviação

Concorrência assassina

Uma «situação difícil de concorrência assassina» está a ser provocada na Europa entre as companhias de aviação, criando «prejuízos avultados», situação que tem sido aproveitada por essas companhias para «exercerem enormes pressões sobre os trabalhadores, que vêem os seus direitos ameaçados, o seu poder de compra cada vez mais reduzido e, em muitos casos, a extinção pura e simples dos seus postos de trabalho».

Estas afirmações foram produzidas pelo Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos, segundo disse à Lusa uma fonte sindical. O SITAVA tinha anunciado para

anteontem no aeroporto de Faro um debate sobre o futuro do transporte aéreo em Portugal.

O mesmo Sindicato (SITAVA) chama ainda a atenção para o facto, acrescenta a Lusa, de, à semelhança do que aconteceu com a «desregulamentação americana», a Comissão Europeia estar a preparar uma redefinição da importância internacional dos aeroportos europeus com consequências «imprevisíveis» para as estruturas aeroportuárias nacionais.

Nessas consequências incluem-se grandes riscos de despedimentos, incluindo a TAP.

NACIONAL

Mortes no Hospital Distrital de Évora

As vítimas de uma política de saúde

As trágicas seis mortes (há quem diga doze) de doentes do Hospital Distrital de Évora (HDE) ali sujeitos a tratamento de hemodiálise começaram a três de Março, antes de serem publicamente divulgadas, quinta-feira passada. Só então a administração do hospital surge a culpabilizar a água da rede pública de Évora, argumentando que alertara três dias antes a Câmara para um alegado «elevado teor de alumínio» nela detectado. Uma das perguntas que logo surgiu foi a de porque é que só 19 dias depois da primeira morte ocorrer é que o problema da qualidade da água foi colocado à edibilidade? Hoje uma conferência de imprensa em Évora apresentará aos jornalistas representantes da Câmara, da Ordem dos Médicos, do Sindicato dos Médicos e de uma associação de doentes renais. O fim da especulação será exigido, assim como um real apuramento de responsabilidades. Novos dados poderão ser lançados.

O director clínico do hospital, Luís Guilherme, afirmaria há dias à imprensa que uma análise feita pelo Instituto Ricardo Jorge (com a tardia data de 30 de Março) em treze pontos do sistema de abastecimento, estabeleceu teores de alumínio que chegariam a ser 12 vezes superiores ao permitido. A Câmara, contrapõe uma directiva comunitária que estabelece, em relação à hemodiálise, índices de teores de alumínio que poderão ir até 25 vezes o valor permitido pela lei portuguesa, ou seja: «mesmo que o teor de alumínio fosse elevado, o serviço de hemodiálise é obrigado a fazer o tratamento da água», diria Abílio Fernandes, presidente da Câmara Municipal de Évora, numa conferência de imprensa dada segunda-feira passada, que relembra que a água em causa não constitui nenhum perigo para a saúde pública.

Aliás, uma clínica privada (curiosamente dirigida pelo mesmo médico responsável pelo serviço de hemodiálise do HDE) que presta este

mesmo tratamento em Évora, não registou qualquer anomalia nos seus doentes, apesar de utilizar a mesma água que o Hospital distrital.

Na base deste problema está um facto: Portugal é o único país da Europa a utilizar a rede pública de abastecimento de água para os doentes de hemodiálise. Note-se no entanto que o Conselho Regional do Sul da Ordem dos Médicos lembra que só daqui a um mês serão conhecidos os resultados das autópsias aos corpos dos doentes mortos, pelo que enquanto não ficar cientificamente provada a correlação entre as mortes e o alumínio muitas hipóteses se colocam. A única coisa que se sabe é que as pessoas morreram naquele hospital e em determinado período.

Também as Associações de Deficientes e de Insuficientes renais, que há longo tempo têm alertado a opinião pública para as graves anomalias existentes em todo o país nos diversos serviços de hemodálises, reagiram contra o hospital de Évora sustentando que o sis-

tema de filtragem serve precisamente para evitar que os metais ou as bactérias eventualmente existentes na água cheguem ao organismo destes doentes, que podem entrar em contacto diário com 400 litros por dia.

Luís Guilherme recusar-se-ia a comentar a acusação dirigida ao HDE pela Associação Portuguesa de Insuficientes Renais que, baseada numa informação do Sindicato dos Médicos da Zona Sul, afirmava que o sistema estava avariado desde Janeiro sem que os responsáveis clínicos tivessem tomado medidas, apesar de conhecerem o facto.

PCP faz perguntas incómodas

A Comissão Concelhia de Évora do PCP exigiria na sexta-feira a realização de um «rigoroso» inquérito para apuramento das responsabilidades relativas a este caso com os serviços de hemodiálise do hospital eborense. Aí foi feita a exigência de «transparência e isenção» na condução desse inquérito e recordou-se «as críticas que alguns técnicos de saúde do Hospital Distrital de Évora vinham fazendo ao funcionamento do serviço de hemodiálise, designadamente sobre o sistema de filtragem da água, confirmadas pelas mortes já ocorridas, facto que o Partido Comunista Português lamenta».

No mesmo dia, os deputados comunistas Lino de Carvalho e Luís Peixoto entregam na Assembleia da República um requerimento ao Governo onde são colo-

cadadas perguntas cuja resposta efectiva, a acontecer, dará a luz necessária a este assunto: «Há quanto tempo não funciona correctamente o sistema de osmose» do HDE? «Qual o resultado e a data das análises feitas à água, após a purificação, usada na hemodiálise nos últimos seis meses?» «Desde quando se usava água com alto teor de alumínio, após purificação, na hemodiálise?» e «Qual a razão pela qual não se suspendeu o serviço após conhecimento desse facto?»

No mesmo requerimento, os deputados comunistas perguntam ao Governo se o Ministério da Saúde tem conhecimento de análises feitas à água, após purificação, na outra unidade de tratamento de insuficientes renais em Évora. «Contém também alumínio? Há mortes em número anormal nessa unidade?», pergunta-se. Finalmente, Lino de Carvalho e Luís Peixoto querem saber o número de acidentes mortais ocorridos em Évora com doentes insuficientes renais a fazer hemodiálise desde Janeiro de 1993.

Ministro foge à Câmara

Sábado passado, o Ministro da Saúde decide visitar o HDE, mas não deu conhecimento disso à Câmara. Apesar disso, dois vereadores da CDU foram ao HDE no intuito de ficarem esclarecidos da situação. O ministro, pura e simplesmente, «fugiu» dos vereadores eborenses.

Dias depois, anuncia-se que o Ministério decidiu



Évora foi abalada com as mortes no Hospital Distrital

encerrar os Serviços de Hemodiálise do HDE. A Procuradoria Geral da República mandou entretanto instaurar um inquérito enquanto dezenas de doentes têm sido transferidos para unidades de tratamento em Lisboa.

Fora deste contexto e ironicamente, quando na segunda-feira Cavaco Silva fazia uma visita à região do Porto para publicitar medidas de defesa do ambiente, o presidente da Câmara de Vila Nova de Famalicão apresentava ao primeiro-ministro a poluição da bacia do Ave e, para a anotação

dos jornalistas presentes, perguntaria: «Imagine, senhor primeiro-ministro, que tínhamos no concelho uma unidade de tratamento de doentes com insuficiência renal. Com a água que temos, de quem seria a responsabilidade?»

Falta uma última nota: o presidente do Conselho de Administração do Hospital Distrital de Évora é também vice-residente da Comissão Política Distrital do PSD e está indicado como cabeça de lista para a Câmara Municipal nas próximas eleições autárquicas. Se calhar, vai deixar de ser...

Unidades de saúde no distrito de Évora

Delegação do PCP detecta carências e problemas

Uma delegação do Grupo Parlamentar do PCP e da DOREV, constituída pelos deputados Lino de Carvalho e Luís Peixoto e pelas camaradas Raimundo Cabral e Diamantino Dias, visitou no passado dia 29, durante todo o dia, várias unidades de saúde do distrito de Évora.

Os centros de saúde de Vendas Novas e de Montemor-o-Novo, o Hospital Distrital de Évora e a Administração Regional de Saúde foram as entidades visitadas, tendo a delegação do PCP almoçado com vários profissionais de saúde, entre os quais o director do Centro de Saúde e a delegada de Saúde de Évora, e o director do Departamento de Psiquiatria do Hospital Distrital.

Durante a visita foi patente a dificuldade de meios humanos com que se debatem os centros de saúde e a própria Administração Regional para que os serviços de atendimento permanente funcionem de molde a responderem às necessidades da população.

Patentes foram também as deficientes instalações da unidade de internamento do centro de saúde de Montemor, bem como a urgência de construção de novos centros de saúde para o Alandroal, Reguengos de Monsaraz e Viana do Alentejo.

A indefinição e desconhecimento quanto ao futuro modelo das estruturas de saúde está, igualmente, a provocar sérias dificuldades na implantação dos meios indispensáveis à prestação de cuidados de saúde à população.

A visita terminou junto à construção interrompida do Hospital do Patrocínio cuja conclusão se torna absolutamente necessária tanto para a expansão do Hospital Distrital de Évora como para servir de unidade de retaguarda para os internados em muitos centros de saúde.

A este propósito os deputados comunistas leram durante uma conferência de imprensa realizada no fim da visita, onde estiveram presentes vários eleitos das autarquias, uma declaração sobre o Hospital do Patrocínio onde revelam a sua intenção de requerer na Assembleia da República uma audição parlamentar sobre todo o processo e o futuro desta importante unidade de saúde doada à cidade de Évora.

Restrições aos jornalistas

Intransigência do Presidente da AR não favorece solução

O Grupo Parlamentar do PCP divulgou um comunicado a propósito da nota oficiosa do Presidente da Assembleia da República relativa às restrições impostas aos jornalistas no Parlamento, em que considera que o seu conteúdo dá «continuidade a uma atitude de intransigência que não tem conta a gravidade da situação que está criada e, por isso, não favorece a procura responsável de uma solução, como devia ser, no momento presente, preocupação fundamental de todas as partes envolvidas».

Emitido na passada sexta-feira, na sequência de dili-

gências feitas nesses sentido por vários órgãos de comunicação social, o comunicado da formação parlamentar comunista salienta que a nota oficiosa de Barbosa de Melo é omissa quanto ao facto de no Conselho de Administração e na conferência de líderes, ambos ouvidos sobre o regulamento, apenas o PSD se ter pronunciado «favoravelmente à norma que indiscutivelmente altera as condições de actividade dos jornalistas, já que todos os outros partidos a ela se opuseram prevendo as suas graves consequências no relacionamento da Assembleia com os profissionais da informação».

Desmontando a ideia expressa na nota de Barbosa de Melo de que o regulamento se aplica a todos os que se deslocam a S. Bento e não especialmente aos jornalistas, o texto da bancada comunista observa que quando os partidos da oposição dispensaram o condicionamento do acesso dos jornalistas às suas áreas, «logo foram retirados das mesmas os trabalhadores da Assembleia destacados para fiscalizar esse condicionamento, quando afinal, nos termos da própria nota oficiosa, se justificaria a sua manutenção dado o acesso e circulação de outras pessoas

que não jornalistas». Reafirmando anteriores tomadas de posição sobre o assunto, o Grupo Parlamentar do PCP sublinha por último que se mantêm válidas, como caminho para a procura de uma solução, as suas propostas apresentadas em plenário, cuja aprovação o PSD impediu, no sentido de ser suspensa a «norma questionada do Regulamento», e de ser criado «um grupo de trabalho que, em diálogo sério e activo com os jornalistas», examine os problemas e procure «estabelecer uma base de regras de convivência e não de exclusão».

Todos contra a PAC

Rendimentos da agricultura em Portugal descem cerca de nove por cento

Os rendimentos dos agricultores portugueses deverão sofrer, na campanha em curso (1992), uma quebra de 8,7 por cento, em termos reais, relativamente a 1991, anunciou há dias o Instituto de Estatística da CEE (Eurostat).

Segundo dados daquele organismo, a perda real de rendimentos dos agricultores portugueses será a quinta mais elevada da Comunidade, sendo apenas inferior à dos holandeses (menos 12,1 por cento), dos dinamarqueses (menos 10,6 por cento), dos gregos (menos 10,1 por cento) e dos espanhóis (menos 9,6 por cento).

As causas apontadas para esta situação são "as más colheitas de cereais e de vinho e as fortes quebras dos preços reais". De acordo com o instituto, nas produções vegetais os preços baixaram em Portugal 26,6 por cento e, nas produções animais, a quebra foi da ordem dos 11,9 por cento, em termos reais.

As perspectivas futuras não são melhores. Segundo o Eurostat, os rendimentos dos agricultores vão baixar substancialmente em Portugal, apesar de se ter verificado, na campanha em curso, "uma descida considerável do valor real de consumos intermédios (de produtos agrícolas), de uma subida dos subsídios (aos produtores) e de diminuições importantes das amortizações e da mão-de-obra agrícola".

A nível comunitário, a



Agricultores portugueses manifestam-se contra a PAC

diminuição do rendimento agrícola será, em média, de 3,5 por cento, contra uma subida de 2,3 por cento na campanha de 1991.

Face a este panorama, não é de estranhar que a esmagadora maioria dos agricultores europeus (85 por cento) esteja contra a reforma da Política Agrícola Comum (PAC), como revelava no início do mês uma sondagem publicada no jornal 'La France Agricole'.

Segundo a sondagem, efectuada nos sete principais países agrícolas da Comunidade, os mais hostis à PAC são justamente os agricultores franceses (93 por cento), enquanto que os mais "moderados" são os britânicos ("apenas" 61 por cento se manifestam contra a PAC).

Na opinião daquele jornal, esta situação resulta do facto da reforma ter sido "mal explicada, mal compreendida e mal vivida na prática", pelo que convirá "efectuar numerosos arranjos (à PAC) para que obtenha a adesão dos produtores, que necessitam ter uma visão mais clara do seu futuro a médio prazo".

A necessidade de "rediscutir" a PAC foi já reconhecida a nível comunitário. No princípio do mês, a ministra do Comércio e Indústria da Dinamarca, Mimi Jakobsen, que assegura actualmente a presidência da CEE, admitiu essa possibilidade, embora reconhecendo que tal irá atrasar ainda mais a conclusão do GATT (Acordo Geral sobre Comércio e Pautas Aduaneiras).

Recorda-se que a reforma da PAC, adoptada pelos Doze em Junho de 1992 durante a presidência portuguesa, prevê uma redução de 29 por cento nos preços dos cereais durante três anos a partir da campanha de 1993-94, a interdição de cultivo em 15 por cento dos solos aráveis, uma descida de 15 por cento durante três anos nos preços da carne bovina e de três por cento nas quotas leiteiras no mesmo período. Estas medidas, destinadas a racionalizar a produção na CEE, foram acompanhadas de ajudas ao rendimento dos agricultores, consideradas pelos principais interessados como insuficientes e alvo, em vários países, incluindo Portugal, de discutíveis processos de atribuição e sob fortes suspeitas de fraude.

Mais de um milhão de Trabalhadores da Europa lutam pelo emprego

Um milhão de trabalhadores desfilou nas ruas de 150 cidades europeias, no passado dia 2 de Abril, numa jornada de luta pelo emprego e os direitos sociais, contra o racismo e a xenofobia.

A jornada, convocada pela Confederação Europeia dos Sindicatos (CES), que agrupa 40 Federações de 21 países europeus, foi considerada pelos seus promotores como "um sucesso para o mundo sindical", de acordo com um comunicado divulgado em Bruxelas.

Segundo a CES, aderiram à iniciativa as principais organizações sindicais de todos os paí-

ses da CEE, da EFTA (Associação Europeia de Comércio Livre) e do Leste europeu, nomeadamente da Hungria, Bulgária, Lituânia e Repúblicas Checa e Eslovaca, irmanadas na exigência aos Governos e patronato europeu de "uma legislação laboral europeia", que garanta "os direitos sociais fundamentais", evite o desenvolvimento do "dumping" social e assegure uma "harmonização no progresso" das condições de trabalho.

A CES, que se propõe prosseguir a sua acção "por uma Europa mais unida, mais justa e

mais solidária", afirma que "a luta contra o desemprego permanece a prioridade das prioridades", e exige que "o défice social da Comunidade Europeia seja solucionado por uma legislação mais consistente e eficaz, bem como por acordos negociados entre parceiros sociais".

Esta iniciativa, a primeira para o mundo sindical europeu, foi também marcada por greves em diversos países (França, Itália, Grã-Bretanha, Espanha, Portugal, Grécia). De assinalar que as principais manifestações decorreram em Estrasburgo (França) e em Maastricht

(Holanda), cidade que deu o nome ao tão contestado Tratado de União Europeia concluído em Dezembro de 1991, para onde confluíram os manifestantes da Bélgica, Alemanha e Holanda, aproveitando o facto daquela cidade ficar na confluência das fronteiras dos três países.

Em Bruxelas, o Grupo Coligação de Esquerda do Parlamento Europeu, em que se incluem os eurodeputados do PCP, divulgou um comunicado, que reproduzimos em separado, de apoio à jornada de luta.

Entretanto, realizou-se na passada terça-feira, no Luxemburgo, mais uma reunião do Conselho de Ministros dos Assuntos Sociais da CEE. A deterioração da situação do emprego na Comunidade foi o tema dominante do debate, efectuado com base numa nota da presidência em que se considera que os meios tradicionais poderão ser insuficientes para resolver a actual crise. No documento, a presidência dinamarquesa pediu aos Estados-membros que reflectissem na possibilidade de aplicação de políticas inovadoras para responder à crise e que se esforcem para criar o clima de confiança necessário para estimular a economia. O objectivo da reunião foi o de reunir elementos que permitam tentar um acordo sobre esta delicada questão na próxima sessão ministerial de Junho.

Imagem, vende-se!

A CEE deve recordar constantemente aos cidadãos os cuidados maternos que a Europa proporciona aos seus filhos - esta uma das "pérolas" oferecidas aos jornalistas europeus sediados em Bruxelas, na apresentação do relatório sobre a política de informação da CEE, no passado dia 31 de Março.

A conferência de imprensa, presidida pelo comissário europeu João de Deus Pinheiro (a quem cabe nos próximos dois anos limpar a imagem da CEE junto dos cidadãos dos Doze), não podia ter sido mais esclarecedora. Os jornalistas tomaram conhecimento do relatório através do deputado europeu Willy De Clercq, que chefiou o grupo de peritos encarregado de o redigir. A incredulidade inicial seguiram-se ruidosas manifestações de protesto. Apupos, gargalhadas, abandono da sala por alguns profissionais traduzem bem o generalizado sentimento de repúdio pelo documento que, como foi salientado, confunde informação e comunicação com "manipulação e propaganda".

Entre as muitas recomendações constantes no relatório, com 50 páginas, sugere-se que a ideia europeia seja explicada com particular cuidado a certos grupos de cidadãos; estão neste caso, para além das mulheres e dos jovens, os jornalistas, a quem convém explicar que "a união europeia e o trabalho desenvolvidos pelas instituições existem para o bem de todos".

Nesse sentido, recomenda-se que os jornalistas, redactores e directores de programas, sejam "persuadidos" a apresentar "os resultados, vantagens e oportunidades resultantes do processo de construção europeia de forma positiva e optimista" e "não a limitar-se apenas às críticas e à divulgação dos insucessos".

Para os iluminados peritos, convém, na medida do possível, que as questões europeias sejam "integradas nas secções informativas, divertidas, publicitárias e didácticas dos meios de comunicação, não devendo ser confinadas a rúbricas específicas".

Por outro lado, diz o relatório, "os apresentadores (de televisão) e os jornalistas devem ser convencidos a aderir à causa da união europeia", considerando-se ser "indispensável mudar as opiniões dos jornalistas, a fim de que eles possam tornar-se em verdadeiro defensores da causa europeia".

Para além desta particular concepção da liberdade de imprensa, considera ainda o grupo de peritos que se sentaram a pensar na melhor maneira de "vender" a imagem da CEE que, sendo os símbolos essenciais para "ligar as pessoas a uma causa", que há que criar um símbolo para a Comissão Europeia. Cita-se, a título de exemplo, "a cruz do cristianismo", a "meia-lua da bandeira verde do islamismo" e a "foice e o martelo do comunismo". Como o europeísmo não deve ser menos do que os outros 'ismos', os peritos sugerem uma estrela de doze pontas, representando a Comissão Europeia aberta "em direcção aos Estados-membros, agrupando-os".

E já que se pensa em símbolos, por que não em palavras de ordem? Como amostra, o relatório avança com a ideia de "juntos pela Europa, em benefício de todos", entre muitas outras, devidamente adaptadas aos diferentes grupos de cidadãos, nos respectivos idiomas. O texto não esclarece se será aberto concurso público para o efeito.

Mas as ideias não se ficam por aqui. O relatório afirma que "os manuais escolares devem ser revistos, não para reescrever a História, mas sim para garantir a dimensão europeia que será dada ao nosso passado comum", acrescentando que é necessário "dar uma dimensão europeia a disciplinas como a geografia, a história, a economia e a instrução cívica".

Um dia destes ainda nos arriscamos a ouvir os nossos filhos afirmar que Vasco da Gama descobriu o caminho marítimo para a Índia devidamente assessorado por um perito dinamarquês ou que o rio Tejo é, no mínimo, primo do Reno.

Como de pequenino é que se torce o pepino, os peritos propõem que seja "oferecido a cada recém-nascido um documento de identidade europeu".

E ainda que seja obrigatório hastear sempre a bandeira europeia ao lado da bandeira nacional de cada Estado-membro; e que os deputados nacionais sejam "persuadidos" de que não existe contradição entre as competências e responsabilidades dos parlamentos nacionais e as do Parlamento Europeu; e que "a união europeia deve ser apresentada como um bom produto", como repetidamente se afirma no relatório.

Pelo menos com esta última ideia está de acordo Jacques Delors, presidente da Comissão Europeia. Ainda em finais do ano passado afirmava que "temos um bom produto, que é a Europa, mas estamos a vendê-lo mal". Por isso mesmo é que Deus Pinheiro foi nomeado chefe de vendas, embora se arrisque a perder se não o cargo, pelo menos o crédito, tal a indignação provocada pelo relatório na comunicação social. Agora anda por aí lavando as mãos e garantindo a quem o quer ouvir não ter responsabilidades na elaboração do documento, a cuja apresentação só compareceu por não querer ser "malcriado nem desleal" com o trabalho do grupo que passou a tutelar.

E lá vai insistindo que a política de informação da CEE "vai estar centrada sobre a verdade". Com os modelos inspiradores cavacais, vidé Assembleia da República, já sabemos com o que se pode contar.

Por uma Europa social

O Grupo Coligação de Esquerda expressa o seu apoio aos trabalhadores e aos sindicatos em luta por toda a Europa pelo emprego e os direitos sociais, contra o aumento do racismo e da xenofobia.

Os governos e as autoridades comunitárias não deram as respostas adequadas à gravidade da crise económica e social que se traduz em mais de 17 milhões de desempregados, mais de 55 milhões de pessoas atingidas pela pobreza, a exclusão social e a marginalização; na instabilidade da precariedade e da flexibilidade do emprego, na transferência de empresas e do 'dumping' social, no desmantelamento e na privatização dos serviços públicos; no agravamento dos desequilíbrios regionais; no aumento do racismo e da xenofobia.

Em nome do Tratado de Maastricht, a Comunidade e os governos impõem políticas económicas e orçamentais que provocam a concorrência entre as economias e os povos provocando cada vez mais sacrifícios aos trabalhadores no plano do emprego, do poder de compra e da protecção social.

Para o Grupo Coligação de Esquerda, esta situação representa um perigo para a Europa e constitui uma clara condenação das políticas económicas e sociais implementadas até agora nos planos nacional e comunitário.

O apoio do Grupo Coligação de Esquerda à jornada de luta sindical insere-se nas iniciativas que o grupo tem prosseguido e prossegue no plano comunitário por uma outra concepção da Europa, que responda às aspirações e às necessidades dos povos, por uma Europa de emprego e de solidariedade, de defesa e promoção dos direitos sociais e de aprofundamento da democracia.

Brasil

Mais de 400 crianças da rua foram assassinadas em 1992 só no Estado brasileiro do Rio de Janeiro, onde vivem 13 milhões de pessoas.

Estes números confirmam dados divulgados pelo CEAP, um Centro de ajuda às populações marginalizadas, segundo os quais as mortes de crianças da rua aumentaram 38,6 por cento nos dois últimos anos.

Só na capital, que abriga 5,5 milhões de habitantes, foram assassinadas 173 crianças.

Segundo o CEAP, 75 por cento das vítimas são de raça negra.

No Brasil são assassinadas todos os anos cerca de 1500 crianças num total de sete milhões de menores que vivem nas ruas.

Itália

O ex-secretário-geral do Partido Socialista Italiano, Bettino Craxi, foi notificado de que é alvo de mais um processo judicial, o 13.º, por suspeita de corrupção.

Tal como nos doze processos anteriores, Craxi é acusado de corrupção no quadro da descoberta de documentação que provocaram a detenção do ministro das Finanças, o socialista Franco Reviglio.

Estão em causa adjudicações feitas a uma filial estrangeira de uma empresa pública italiana e a uma empresa de grupo Fiat.

Apesar de Craxi estar a contas com a justiça, o recorde dos processos é ainda detido pelo ex-secretário administrativo da democracia cristã, Severino Citaristi, que enfrenta 24 inquéritos judiciais.

A agência noticiosa italiana (ANSA) noticiou que a operação de moralização em curso no país já conduziu à detenção de 1356 suspeitos, a abertura de 1116 inquéritos e à implicação de quase 2500 pessoas, 152 das quais são deputados.

Terrorismo

Cerca de 2000 pessoas participaram numa manifestação em Londres contra o terrorismo, organizada pela comunidade irlandesa da Grã-Bretanha na sequência do atentado de Warrington (Norte).

Um dos organizadores declarou que é hora de dizer aos terroristas que já basta.

Na zona de maioria católica de Belfast, na Irlanda do Norte, também se realizou uma manifestação para denunciar as violências cometidas pelos membros das forças de segurança no Ulster.

Várias centenas de pessoas manifestaram-se também em várias localidades da Irlanda do Norte a favor da Paz em resposta a um apelo conjunto de católicos e protestantes.

Camboja

Cerca de 100 pessoas foram mortas em Março no Camboja, vítimas de uma violência política que atingiu um nível inaceitável, declarou o responsável da ONU no território, Yasushi Akashi, durante uma reunião do Conselho Nacional Supremo, CNS.

O porta-voz da autoridade provisória da ONU no Camboja, APRONUC, revelou novos dados sobre a morte de três soldados Búlgaros, sexta-feira passada.

Os três foram executados a sangue frio por khmers vermelhos após um jantar em comum.

Akashi advertiu que uma escalada da violência «destabilizara seriamente o Camboja neste momento crítico».

Quarta-feira, iniciou-se oficialmente a campanha para as eleições gerais, nas quais os khmers vermelhos anunciaram já que não participarão.

As eleições devem realizar-se dentro de aproximadamente dois meses.

Moçambique

Milhares de espingardas automáticas AK-47, fornecidas à Renamo por Pretória, estão a retornar à África do Sul onde alimentam a crescente onda de violência, afirmou em Joanesburgo o chefe das Relações Exteriores do ANC.

Thabo Mbeki, que falava no encerramento de uma Conferência sobre a Paz na África do Sul, manifestou a preocupação do ANC de que se venha a repetir nesse país a violência pós-eleitoral registada em Angola.

O responsável do ANC, que a 17 de Março analisou em Lisboa com o ministro dos Negócios Estrangeiros, José Manuel Durão Barroso, novos esforços de redução do conflito em Angola, sublinhou que já morreram mais pessoas nos últimos sete meses naquele país vizinho do que durante 16 anos de guerra civil.

«O governo (sul-africano) importou milhares de (espingardas automáticas) AK-47 para armar a Renamo e essas armas estão agora a voltar à África do Sul», afirmou Mbeki, citando crescentes evidências de contrabando de armamento procedente de Moçambique.

Palestina

Rabin continua a aplicar política de «punho de ferro»

«Não precisamos de Gaza, de Nablus ou de Hebron, mas temos uma necessidade vital de Paz» afirmou um porta-voz do movimento «Paz Já», na manifestação realizada sábado passado, em Jerusalém, pelo diálogo entre o governo israelita e a Organização de Libertação da Palestina (OLP).

Uma exigência de paz, num quadro de crescente violência e repressão que estreita, de forma drástica, os caminhos para uma solução política da questão palestina. Quadro repressivo a que agora parece estar a juntar-se uma outra forma de violência contra os palestinianos, com iniciativas no sentido de cortar o seu acesso ao trabalho em Israel.

O clima de tensão nos territórios ocupados, tem vindo a sofrer uma clara escalada. A semana passada, Israel encerrou a Faixa de Gaza e a Cisjordânia, pelo menos até ao fim das comemorações da Páscoa. Dia 2, é anunciada a morte, em interrogatórios policiais, do jovem Hayman Said Nasser, da Fatah, o que desencadeou de imediato manifestações no campo de Deir El-Balah, na Faixa de Gaza, de onde era originário o palestiniano assassinado. Entretanto, segundo a televisão israelita, os militares têm ordens para atirar sem aviso prévio contra qualquer palestiniano armado, mesmo que não corram perigo de vida. Nestes mesmos dias a Amnistia Internacional denunciou a destruição maciça de residências de palestinianos.

Num tal quadro, as perspectivas parecem ser de intensificação da Intifada. Em recente entrevista à Rádio Monte Carlo, o dirigente da OLP, Yasser Arafat, afirmou: «Rabin vai arrepender-se de continuar a aplicar a política de punho de ferro» e advertiu que a Intifada «vai prosseguir por etapas até a bandeira palestina flutuar em Al-Gods (Jerusalém)».

No que se refere ao reinício das conversações de paz, tudo é incerto neste momento. Em entrevista ao jornal



O impasse nas negociações de paz terá como resposta um novo impulso na Intifada.

«Assabah», de Tunes, o chefe da delegação palestiniana às conversações, Abdel Chafi, indicou: «A nossa posição actual é de não aceitar o convite para o recomeço das negociações em 20 de Abril», reiterando as condições apresentadas pelos palestinianos para a sua participação na nona ronda, marcada para aquela data em Washington.

Os palestinianos fazem depender a sua presença em Washington do cumprimento, por Israel, da Resolução 799 do Conselho de Segurança da ONU, que determina o regresso aos seus lares dos cerca de 400 palestinianos deportados a Sul do Líbano, desde meados de Dezembro último.

Uma decisão definitiva sobre o regresso da delegação palestiniana à mesa de negociações deverá ser tomada no próximo dia 15, em Amã, durante a reunião da OLP e dos países árabes que integram o processo da paz.

Entretanto, as recentes tomadas de posição por parte dos Estados Unidos criam novos entraves a tal processo. O chefe da diplomacia norte-americana, ao falar perante uma comissão do Congresso, reiterou o compromisso dos EUA de manter a ajuda de três mil milhões de dólares anuais a Israel e de dar o aval ao afluxo de imigrantes judeus.

A imprensa árabe reagiu a

tais declarações, denunciando a sua parcialidade a favor de Israel e os perigos de abrir a via a uma confrontação mais grave com o mundo árabe. A direcção da OLP sublinhou que tais declarações «influenciarão negativamente o processo de paz e aumentarão os entraves».

Como elemento novo nesta situação de agravado confronto, destaca-se um conjunto de medidas destinadas a impedir os palestinianos de trabalhar em Israel (grande parte da população palestina depende desse trabalho para a sua sobrevivência quotidiana).

Numa alocução televisiva, o primeiro-ministro israelita, Yitzhak Rabin, disse textualmente que é preciso isolar os palestinianos, «impedin-

do-os de pisar território soberano de Israel, incluindo Jerusalém».

O objectivo, explicou, é reduzir o mais possível o número de palestinianos que trabalham em Israel.

Entretanto, Israel decidiu enviar para os campos 1500 soldados para substituir os trabalhadores palestinianos da Faixa de Gaza e da Cisjordânia.

Nestes mesmos dias o governo israelita anunciou que os empresários de Israel que empreguem palestinianos dos territórios ocupados terão de lhes pagar o salário mínimo. Uma medida aparentemente positiva, mas que na verdade se destina a facilitar a sua substituição por desempregados israelitas.

Amnistia Internacional denuncia

A Amnistia Internacional, AI, denunciou a destruição maciça, pelas autoridades israelitas, de casas de palestinianos na Faixa de Gaza, no quadro de «medidas punitivas» contra pessoas próximas de presumíveis activistas.

Num comunicado emitido em Londres, a AI assinala que, desde Julho de 1992, cerca de 100 casas foram destruídas ou seriamente danificadas nos campos palestinianos da Faixa de Gaza.

«Centenas de pessoas ficaram sem abrigo e têm agora de viver em tendas, lê-se», no comunicado, que refere terem sido mortos pelo menos três palestinianos durante estas operações «punitivas».

Segundo a Amnistia, os soldados israelitas atacam deste modo as casas «suspeitas»: depois de fazerem sair os moradores, «atacam as residências a metralhadora, granada e missil antitanque, causando danos materiais consideráveis».

Feito isto, prossegue o comunicado, a tropa entra nas casas disparando «sobre todos os lugares onde possam ter-se escondido sobreviventes».

Dados complicados pela Amnistia permitem a organização afirmar que este tipo de ataques registou um aumento sensível. São citados como exemplos recentes os casos de Khan Yunes, Rafah e Deir El-Balah.

Uma das principais operações foi levada a cabo em 11 de Fevereiro último em Khan Yunes. Durou quase todo o dia e 19 casas foram atacadas «de maneira sistemática».

Mais uma acha para a fogueira

Uma nova acha vai ser lançada no crescente clima de tensão que se vem a viver nos territórios ocupados e em Israel, quando o impasse no processo de paz, gerado pela expulsão de quatro centenas de palestinianos para o Sul do Líbano, objectivamente contribuiu para um aumento da violência.

Por decisão do Ministério da Educação em Jerusalém, cursos obrigatórios de autodefesa serão ministrados aos alunos que terminam os liceus israelitas, imediatamente depois das festas da Páscoa judia, na próxima semana.

Uma medida que contribuirá mais ainda para a militarização da vida quotidiana, e que se insere numa nova vaga de mortes, que entretanto vitimou dezenas de pessoas, na sua maioria palestinianos, mas também israelitas.

África do Sul — novo impulso para a democratização

A África do Sul deu, nestes primeiros dias de Abril, um novo passo rumo à democratização do país. Delegados de 26 organizações políticas conseguiram significativos progressos na retomada das negociações multilaterais, suspensas durante 11 meses, na sequência de massacres de que foram alvo militantes do ANC.

A manutenção dos acordos firmados na CODESA, anterior foro multipartidário, e a aprovação unânime de um projecto comum para erradicação da violência no país, culminaram os debates no World Trade Center, nos arredores de Joanesburgo.

A partir de agora, a África do Sul dispõe de um foro multipartidário, articulado a quatro níveis.

A estrutura, que vigorará com carácter de permanência até à realização das primeiras eleições multi-raciais na África do Sul, compreende um plenário de 260 delegados (10 por cada força participante), a reunir periodicamente com a presença dos dirigentes máximos.

O novo sistema aprovado inclui ainda um Foro negociacional multipartidário (quatro lugares e dois conselheiros por força política), um Conselho de negociação (dois delegados e dois conse-

lheiros), e um Comité de planeamento (10 elementos eleitos entre o plenário), apoiado por comités técnicos ad-hoc.

Comentando os resultados obtidos na reunião de Joanesburgo, o secretário-geral do ANC, Cyril Ramaphosa, líder da delegação do movimento anti-apartheid nas negociações multipartidárias, afirmou que a África do Sul se encontra firmemente encaminhada para um novo siste-

ma constitucional, tendo o discurso negocial passado dos procedimentos para as questões concretas.

«Acreditamos que podemos manter os calendários estabelecidos quando iniciamos este processo», afirmou Ramaphosa em conferência de imprensa no final da jornada. «Esperemos que todas as partes se ergam agora acima dos interesses de capelinha e, relativamente a este assunto, entrem no plano de interesse nacional».

Angola Campanha de solidariedade com a luta pela paz

«Angola tornou-se a zona do globo onde pelas armas estão a morrer mais seres humanos, onde se perfila um dos horizontes mais sombrios e onde, seguramente, o conflito que ali se verifica é aquele em que, aos interesses que hoje comandam o mundo, mais responsabilidades cabem pela gravidade que a situação assumiu», afirma-se no apelo lançado no quadro de uma Campanha de Solidariedade com a luta do povo angolano pela paz, em que estão empenhadas cerca de cem organizações não governamentais portuguesas.

No documento, divulgado em encontro com a imprensa, que decorreu na Casa da Paz em Lisboa, apela-se:

- «Ao fim imediato das operações conducentes à criação de um clima de diálogo, dentro dos princípios dos Acordos de Bicesse», designadamente: desarmamento e desmobilização das forças partidárias e prosseguimento do processo de formação das FAA; extensão da administração do governo a todo o território; respeito pelos resultados eleitorais; criação de condições para a segunda volta das eleições presidenciais.

- «Reconhecimento, pela administração norte-americana, do governo angolano constituído em resultado de um acto eleitoral considerado unanimemente livre e justo e, em coerência, a cessação de todo o tipo de ajuda à Unita.

- «Fim dos apoios militar, técnico e financeiro dados à Unita e a Savimbi, entre outros, pelos exércitos e governos da África do Sul e do Zaire».

Para além da recolha nacional de adesões individuais

e colectivas a este apelo, os promotores da Campanha de Solidariedade com a luta do povo angolano pela Paz irão desenvolver uma série de iniciativas para informação e sensibilização da opinião pública, nomeadamente a realização de debates públicos, dos quais três já estão programados: Lisboa (13 de Abril), Setúbal (15 de Abril) e Coimbra (19 de Abril).

Simultaneamente, promove-se uma campanha humanitária de recolha de solidariedade, de âmbito nacional.

A campanha humanitária desdobra-se em três direcções específicas: recolha e envio de medicamentos e

Mandela visita Portugal

A Revolução em Portugal «foi um importante exemplo para nós, porque na altura lutávamos, de armas na mão, contra um regime que se recusava a escutar-nos e a atender aos sofrimentos e anseios da larga maioria da população deste país», afirmou Nelson Mandela, em entrevistas concedida em Joanesburgo, num momento em que se anuncia a sua visita a Portugal, como Presidente do Congresso Nacional Africano.

A deslocação de Mandela ao nosso país está prevista para 1 a 4 de Maio, e realiza-se a convite do executivo português.

Da Agenda constam nomeadamente audiências com o presidente Mário Soares, o primeiro-ministro e o ministro dos Negócios Estrangeiros, os Partidos com representação parlamentar, organizações empresariais e associações de solidariedade.

Cimeira de Harare denuncia Unita

Os dirigentes dos sete países membros da Linha da Frente, reunidos a semana passada, em Harare, pediram aos Estados Unidos para reconhecerem oficialmente o governo de Angola, como forma de ajudar a pôr termo à guerra que devasta o país.

Em comunicado divulgado no final dos trabalhos da Cimeira da Linha da Frente, presidida pelo presidente do Zimbabw, Robert Mugabe, os chefes de Estado ou de governo daquela organização pediram também que fossem implementados esforços, por parte do governo e da Unita, para o decretar, «o mais rapidamente possível», de um cessar-fogo.

O reconhecimento formal por parte dos Estados Unidos do governo de José Eduardo dos Santos, afirma-se no comunicado, «permitiria avançar com o processo democrático» em Angola e ajudaria a «pôr termo ao conflito».

No documento é pedido também ao governo de Luanda e à Unita que permitam o encaminhamento da ajuda humanitária «aos milhares de angolanos em sofrimento» e destacada a urgência do envio de uma ajuda humanitária por parte da comunidade internacional.

Os chefes de Estado ou de governo dos países da Linha da Frente — Angola, Botsuana, Moçambique, Namíbia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabw — manifestaram por outro lado a sua «grave preocupação» pelos atrasos no envio do contingente das Nações Unidas para Moçambique.

No comunicado é igualmente expressada a preocupação face à violência que «continua a ameaçar o processo democrático» na África do Sul. Sublinha-se ainda a necessidade das Nações Unidas enviarem à África do Sul uma missão para inspeccionar e verificar a destruição do material nuclear militar sul-africano.

Na abertura dos trabalhos da Cimeira, o presidente do Zimbabw, Robert Mugabe, foi claro ao acusar a Unita como responsável pela guerra em Angola.

«Ao não aceitar o resultado das eleições de Setembro de 1992, a Unita mergulhou Angola numa guerra fratricida e criou uma situação dramática», disse.

Mugabe sublinhou a necessidade da comunidade internacional encontrar «formas para acabar com o longo sofrimento do povo angolano e levar a estabilização social ao país».

«As acções da Unita têm não só prejudicado Angola como também ameaçado outros países da região, por isso é necessário encontrar uma solução para o conflito», sublinhou.

No seu discurso, o presidente do Zimbabw comentou: «Acredito que as Nações Unidas possam desempenhar um papel fundamental em Moçambique, sobretudo se não cometer os erros feitos em Angola».



equipamento médico; alimentos; apoio concreto à região de Benguela.

A Campanha será coordenada com outras organizações e instituições que estejam a trabalhar neste objectivo, em particular no que se refe-

re ao transporte para Angola, nomeadamente a Embaixada de Angola e organizações angolanas congéneres dos promotores da campanha; Secretaria de Estado da Cooperação; Cruz Vermelha Portuguesa; Autarquias.



Metalúrgicos manifestam-se em Bona contra o desemprego

Os números do desemprego

O Reino Unido tem a maior taxa de desemprego entre os sete grandes países industrializados, segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Eis as taxas de desemprego dos sete grandes, relativas a Fevereiro, de acordo com os critérios da OIT (para o Japão o último dado conhecido reporta-se a Janeiro).

Reino Unido, 11,4%; Canadá, 10,8%; França, 10,6%; Itália, 9,8%; EUA, 6,9%; Alemanha (Oeste), 5,1%; Japão, 2,3%.

Os especialistas referem que a Itália apresenta dados pouco fiáveis.

A média da taxa de desemprego na zona da OCDE (17 países) era de 7,5 por cento em Janeiro (últimos dados conhecidos).

A taxa baixou em Fevereiro nos EUA, Canadá e Inglaterra.

MOITA

Um pedaço de paraíso

■ Henrique Custódio

Com 55 km² banhados pela margem sul do estuário do Tejo, o Concelho da Moita é um bocado de paraíso que o Poder Local tem pacientemente reerguido numa centenária camada de esquecimento. O aproveitamento do rio e o desenvolvimento do território foram objectivos da autarquia cujos primeiros resultados já estão à vista dos seus mais de 80.000 habitantes: um parque urbano que vai ser o maior da Área Metropolitana de Lisboa, passagens desniveladas que se articularão com uma arejada rede de comunicações, equipamentos estruturantes que apetrecharão o município muito para além do ano 2.000 em necessidades fundamentais como o saneamento, a despoluição e o abastecimento de água, resposta global às necessidades culturais e desportivas das populações com a construção estratégica de equipamentos, apoio decidido à dinamização económica do Concelho e um meticoloso, vasto e diversificado trabalho que está, finalmente, a aproveitar a privilegiada situação ribeirinha do município. Tudo num presente que tem, como passado próximo, a resolução das questões básicas e, por futuro imediato, a continuação dum audacioso trabalho virado para o desenvolvimento e a qualidade de vida.

A Moita ascendeu a vila em finais do século XVII (concretamente a 2 de Março de 1692), deixando assim de pertencer ao então Concelho de Alhos Vedros, que mais tarde se transformaria numa das seis Freguesias que actualmente constituem este município. A história de cada uma destas Freguesias compõe o mosaico do Concelho da Moita que chegou até nós: Moita e Alhos Vedros transportando a vocação rural, Sarilhos Pequenos "formando-se numa relação directa com o rio Tejo e organizando-se na dependência do esteiro", Rosário/Gaio "partindo de uma implantação alcançada, com formação em anfiteatro, aberto para o rio, criando um espaço de recepção de actividades ligadas às funções ribeirinhas e de passagem de mercadorias", a Baixa da Banheira "iniciando o seu crescimento e desenvolvimento em função da proximidade da zona industrial do Barreiro" e o Vale da Amoreira, a Freguesia e o núcleo urbano mais jovem do Concelho.

Estas qualificadas informações foram-nos prestadas pelo vereador Alberto Gutierrez, responsável pelo pelouro de Águas e Esgotos, Equipamento Mecânico e Outros Serviços Urbanos que, com a engenheira Maria da Glória, nos ciceroneou adequadamente a visita ao Concelho.

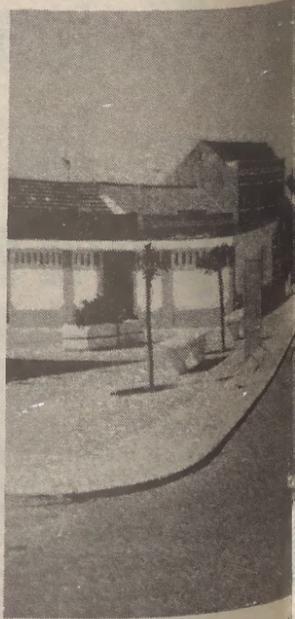
Até ao ano 2033

Bordejando a magnífica margem sul do estuário do Tejo, o Concelho da Moita foi um paraíso esquecido onde a pressão urbana apenas chegou na segunda metade deste século, a um ritmo que não teve tempo de causar tantos estragos

como os registados noutros municípios da Grande Lisboa. Valeu-lhe o Poder Local democrático que, desde a sua implantação em 25 de Abril de 1974, teve sempre como protagonistas, na Moita, os comunistas e os seus aliados na CDU.

A primeira tarefa, como nos afirmaram os autarcas com quem falámos, foi apetrechar o município com as estruturas básicas - água, saneamento, electricidade, vias de comunicação, equipamentos sociais vários - passando-se daí às questões do desenvolvimento estratégico, da preservação do ambiente e da melhoria da qualidade de vida, frentes de trabalho que constituem, hoje, as preocupações centrais da actividade autárquica na Moita. Para se ter uma ideia - e citando o que nos foi dito e mostrado por Alberto Gutierrez - basta alinhar algumas grandes obras infra-estruturais já concluídas neste mandato.

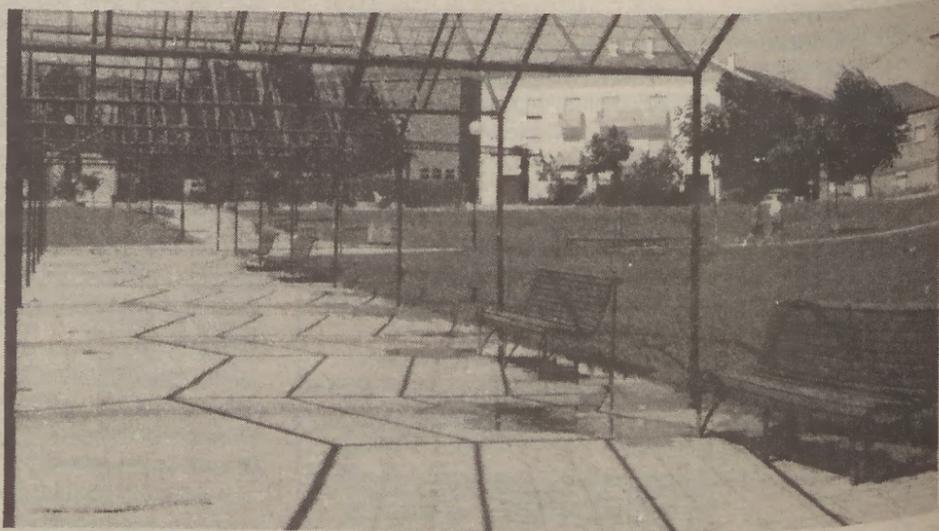
"Em relação ao saneamento, há um trabalho global no sentido de libertar as valas e esteiros de todos os resíduos e descargas de efluentes, limpando o rio de poluição produzida no Concelho. Concorre para esse objectivo a construção do emissário M6 Gaio/Rosário, que conduzirá todos os esgotos desta Freguesia ribeirinha para a futura ETAR (a construir com apoios comunitários), enquanto já se concluiu a 1ª fase do saneamento da Caldeira da Moita, que



Aqui entra-se no Rosário, Tejo

Um parque digno do Tejo

Um coreto destes até dá vontade de lá cantar!



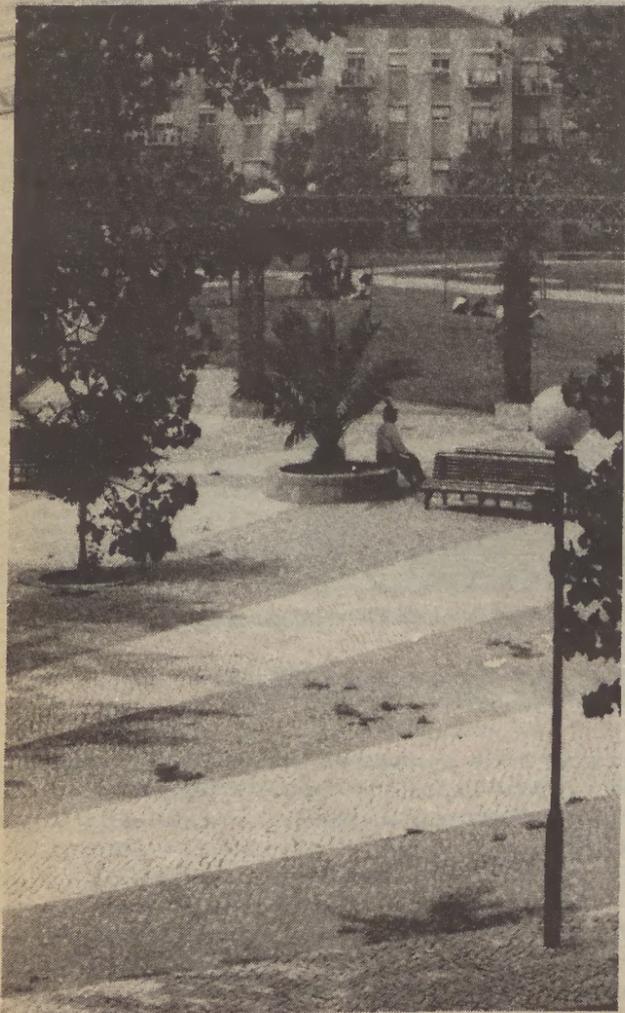
Passear assim é mesmo um prazer



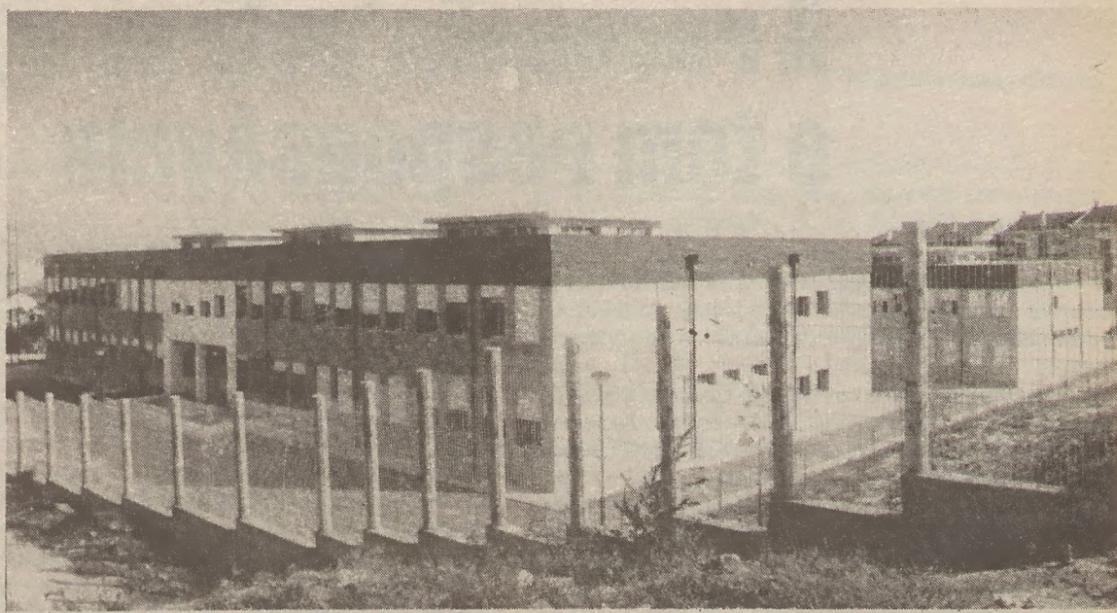
A piscina já lá está. Outras se seguirão

O Parque Municipal da Zona Ribeirinha, que se estenderá ao longo de mais de uma dezena de hectares, à beira Tejo e abrangendo toda a Baixa da Banheira até Alhos Vedros, vai ser o maior equipamento do género da Área Metropolitana de Lisboa e já é um impressionante parque urbano, onde as piscinas e as zonas verdes, os jardins e os passeios públicos, os campos de jogos e as zonas de convívio, os espaços lúdicos e a largueza de horizontes apontados ao Tejo bem justificam o milhão e 400.000 contos reservados para esta 1ª fase, já em conclusão. As fases seguintes ordenarão qualquer coisa como 10 hec-

tares mais, onde surgirão marinas e mini-zoos, actividades piscícolas e de aquacultura, a par de muitos outros equipamentos, que, indubitavelmente, farão do Parque Municipal Ribeirinho da Moita o mais espectacular parque urbano de toda a Área Metropolitana de Lisboa, como já se pode perceber tanto pelo que já foi feito, e lá está à disposição de quem o queira fruir, como pelos trabalhos que prosseguem a concretização deste magnífico projecto, o primeiro que se vira, em larga escala, para o aproveitamento integral do belo estuário.



Um dos belos recantos do parque



Esta escola C+S — que o Governo devia construir — só foi feita porque a Câmara se dispôs a suportar 30% das despesas, mais a cedência do terreno e a infra-estrutura

te) e tudo

correspondeu ao revestimento das margens da vala real com colchões Reno e à dragagem da caldeira. Mas o saneamento básico é já uma realidade presente em todo o Concelho, incluindo os antigos bairros clandestinos que a Câmara dotou com todas as infraestruturas necessárias; as últimas redes de esgotos colocadas nestes bairros foram as da Lagoa da Pega e de Francisco Pires. Há trabalhos semelhantes noutros núcleos não clandestinos, como o Carvalhinho, o projecto para o Chão Duro e o estudo do saneamento no Penteadó”.

O abastecimento de água é também algo já encarado estrategicamente na Moita, com a construção da estação de água de Vinha das Pedras, dos furos de captação na Barra Cheia e na Moita, com o estudo prévio do reforço de abastecimento à Moita, Gaio/Rosário, Sarilhos Pequenos e Penteadó, enquanto se estão a realizar obras de recuperação em todas as estações elevatórias. “Completado o estudo da Moita - afirmou-nos Alberto Gutierrez - o abastecimento de água ao Concelho estará garantido até ao ano 2033”.

O pavilhão de exposições construído pela autarquia para

apoio aos agentes económicos locais, o apetrechamento planificado de todo o território com equipamentos culturais, desportivos e de lazer (bibliotecas, casas da cultura, campos de jogos, parques, jardins, etc), o rasgar decidido da rede viária, o investimento no parque escolar, o empenho na limpeza do Concelho e o aproveitamento das suas exuberantes belezas naturais (ver entrevista ao presidente do município, José Luís Pereira), mostram à evidência que a Moita está no bom caminho. O tal feito à dimensão do homem e da sua qualidade de vida.

Entrevista com José Luís Pereira

A palavra de ordem é o desenvolvimento

“As realizações deste mandato são consequência do trabalho que tem sido desenvolvido pela CDU e pelo PCP”, afirmou-nos José Luís Pereira em jeito de introdução, quando nos recebeu no seu gabinete, entre duas reuniões e vários telefonemas de atarefado despacho. Presidente do município da Moita há dois mandatos e, de novo, candidato pela CDU nas próximas eleições, José Luís Pereira é um veterano autárquico, ao serviço deste bonito Concelho ribeirinho desde a Comissão Administrativa formada após o 25 de Abril, primeiro como vereador, depois na presidência e representando sempre o PCP e os seus aliados de Coligação. Moitense de todos os costados, conhece o seu Concelho como a palma das mãos.

“Nos primeiros tempos - esclareceu-nos - houve que responder às necessidades básicas das populações - água, luz, saneamento, etc. Foi um trabalho gigantesco e levado a bom termo, o que nos permitiu, nestes dois últimos mandatos, preocuparmo-nos com as questões de fundo do desenvolvimento. Para isso utilizámos um instrumento decisivo, o Plano Director Municipal (PDM), onde fomos pioneiros”.

Os resultados dessa intervenção estão à vista: “Elaborámos o PDM no sentido da criação das infraestruturas fundamentais ao desenvolvimento. É o caso das vias e comunicações, da protecção do ambiente e criação de zonas verdes, das grandes obras estruturantes do saneamento e do abastecimento, da cultura e do desporto, para apenas citarmos exemplos maiores”.

A expressão, no terreno, dessas multifacetadas actuações são muitas e variadas. O nosso entrevistado alinhou algumas, que aliás já havíamos visitado:

“Em relação às vias e comunicações temos em construção duas grandes passagens de nível (da responsabilidade do Poder Central e que a autarquia se viu forçada a assumir inteiramente), arti-

culadas com a modernização de estradas e a repavimentação de caminhos e arruamentos por todo o Concelho. Quanto ao ambiente, às zonas verdes, ao saneamento e abastecimento, basta olharmos para as novas estações elevatórias de águas e esgotos, para o Parque Municipal da Zona Ribeirinha (onde, nesta fase, estão a ser investidos um milhão e 400.000 contos e que, após a intervenção em mais 10 ha, constituirá o maior parque urbano da Área Metropolitana de Lisboa), para o futuro espelho de água da Moita, com 25ha e aproveitando um braço do Tejo, ou as duas bibliotecas municipais (uma já pronta no Vale da Amoreira, outra a conclu-

ir-se na Moita em Agosto próximo), ou ainda os dois mercados municipais na Baixa da Banheira e na Moita”.

Modernizar é preciso

Este trabalho em profundidade articula-se com outras medidas igualmente decisivas para o desenvolvimento do Concelho, o bem estar das populações e a operacionalidade dos serviços autárquicos.

A ilustra-lo lá está o pavilhão municipal de exposições, construído pela autarquia para apoiar os agentes económicos do Concelho, ou a recuperação de todos os bairros clandestinos que proliferaram no Concelho e, hoje, constituem confortáveis e apetrechadas zonas residenciais.

“Acompanhando todo este desenvolvimento - esclareceu-nos José Luís Pereira - a Câmara tem vindo a informar todos os serviços, numa modernização onde se procura rentabilizar as vantagens da mecanização e da automatização. É também neste quadro que temos vindo a adquirir novas instalações para os serviços, que estamos a ampliar o edifício dos Paços do Concelho e a fornecer equipamentos de apoio às Freguesias”.

Há, todavia, áreas que transcendem as competências e, sobretudo, as capacidades do município. Aí também não se está de braços cruzados:

“Temos, naturalmente, vindo a reclamar junto do



Poder Central os equipamentos que são da sua responsabilidade, como os novos Centro de Saúde e Tribunal da Comarca da Moita, finalmente em construção, tal como obtivemos uma nova escola C+S (a que o Governo nos impôs a comparticipação de 30% da construção, além dos terrenos e da infra-estruturação...) e estamos a negociar a construção de uma outra para a Moita”.

Quanto ao futuro, está igualmente claro, no município da Moita:

“Continuaremos a aproveitar todos os apoios comunitários, prosseguindo a construção de grandes equipamentos: mais 10 ha no Parque Ribeirinho, mais uma passagem desnivelada em Alhos Vedros/Vale do Trabuco e, acima de tudo, o reforço da rede viária, do abastecimento de água à vila da Moita e o embelezamento do Concelho, a par do tratamento das caldeiras de Alhos Vedros (onde foi recuperado um moinho de maré), da execução do projecto da Casa da Cultura Municipal na Baixa da Banheira, de duas novas ETAR's (uma na Moita e outra em ligação com o Barreiro) e de uma central de tratamento do lixo, a construir em associação com os municípios vizinhos”.

Já a despedir-se afavelmente e de corrida para nova reunião, o presidente da Câmara Municipal da Moita rematou:

“O êxito de toda esta gestão é, por um lado, fruto da elaboração qualificada do Plano Director Municipal, onde participou toda a gente (autarcas, populações, agentes económicos, culturais, desportivos e sociais), e, por outro, o reflexo das boas relações institucionais que mantemos, sem abdicar dos princípios que norteiam a CDU e o PCP”.

Do multibanco aos colchões do Reno

Se houvesse que identificar a ribeirinha Moita no Zodíaco, o seu símbolo seria obviamente a água. Talvez por isso a autarquia tanto cuidado ponha em tudo o que diz respeito a esse património, fale-se do seu prosaico consumo exercido à boca da torneira, trate-se da fruição do belo estuário que o Tejo faz o obséquio de por ali partilhar com as gentes.

Indo por partes, começemos pela das torneiras que, na Moita, não apenas têm abastecimento garantido até ao ano 2033, como usufruem de um sistema de leitura e cobrança em tudo semelhante ao praticado pela EDP (com quem, aliás, a Câmara estabeleceu um protocolo para lhe informatizar todo o serviço), oferecendo, por exemplo, a qualquer moitense a comodidade de liquidar as contas por Multibanco.

Quanto às partes do Tejo que a Moita abraçam, estão a ser amparadas, nas caldeiras, valas e esteiros que a autarquia está a reorganizar em nome do lazer das suas populações, através de muramentos e taludes utilizados no rio Reno (e por isso chamados “colchões do Reno”), feitos de pedra e terra compactados e fixados por uma rede, o que permite o desenvolvimento natural da vida aquática, ao contrário do hermético betão. E esta!?!...



A direita, o paredão da vala real é um exemplo dos «colchões Reno»

A recessão está aí e tem responsáveis

1. Quando há poucos meses atrás (durante o debate do Orçamento do Estado para 1993) o PCP alertou para a recessão que já batia à porta da economia portuguesa, foram múltiplas as acusações de alarmismo e de discurso de caos.

Acusações providas do PSD e do Governo, mas também de áreas do Partido Socialista e de outras adjacentes.

Era ainda o período em que Cavaco Silva proclamava uma dúzia de vezes ao dia a "política de sucesso" e o infável ministro das Finanças descobria e difundia por todo o lado a tese do "oásis".

Bastaram quatro meses para que o estado caótico da evolução económica nacional se impusesse à propaganda e à cegueira.

Cavaco Silva calou a "política de sucesso", passou a falar das "forças de bloqueio" e da crise económica... internacional, perdeu o verniz e lançou-se desorientada e demagógicamente na propaganda da política de pacotilha.

O ministro das Finanças, sem tornar a falar no oásis, iniciou uma travessia (sem retorno) do deserto, episodicamente interrompida com uma desesperada (e cara para as reservas em divisas) investida contra o Banco de Portugal.

Os socialistas e adjacentes passaram a falar correntemente em crise e recessão económica, como se ela tivesse agora aterrado no País, de repente e sem pré-aviso.

A razão desta mudança de posições radica no facto de a crise e a recessão já não poderem continuar a ser escamoteadas por uns e minimizadas por outros.

Porque os sinais evidentes da crise já eram visíveis anteriormente: a produção agrícola e piscatória vinha a apresentar decréscimos reais desde o segundo trimestre de 1990; as taxas de variação anual acumuladas da produção industrial apresentavam evoluções negativas desde o 4º trimestre de 1991; o desemprego oficial iniciava a curva ascendente e regressavam as situações de salários em atraso; a política cambial do escudo caro e a monetária de altas taxas de juro colocavam muitas empresas em situação desesperada; o crédito malparado aumentava geometricamente; o reforço das políticas monetaristas inerente à ratificação do Tratado de Maastricht aceleraria, inevitavelmente, o aprofundamento da recessão económica com todo o seu cortejo de dramas sociais.

2. Entretanto, a crise e a recessão alastraram à generalidade dos ramos industriais, ao turismo e a outros sectores dos serviços. As situações de salários em atraso multiplicaram-se, os despedimentos em massa são uma realidade do dia-a-dia. Nos dois primeiros meses do ano, mais 20 mil portugueses foram obrigados a integrar o exército dos desempregados que, de acordo com o Instituto do Emprego e Formação Profissional (organismo governamental), no final de Fevereiro atingia já os 359 mil, isto é, cerca de 7,8% da população activa!

A situação de recessão económica e de regressão social é já profundamente grave. Mas é inequívoco que a crise está longe de ter atingido o seu ponto mais profundo, e ameaça vir a ser mais grave e devastadora que a anterior crise de 1983/84.

Porque Cavaco Silva e o seu Governo persistem e afirmam continuar com a mesma política que conduziu à crise e à recessão.

Porque a nefasta (como agora se comprova) política cavaquista de antecipar o fim dos períodos de transição negociados quando da adesão à CEE, na agricultura como nos movimentos de capitais, e de acelerar a integração do escudo no mecanismo de taxas de câmbio do Sistema Monetário Europeu, retirou ao País parcelas importantes da autonomia nacional para enfrentar a crise.

Porque a eventualidade de a União Económica e Monetária do Tratado de Maastricht vir a ser concretizada implicará que muitos dos sectores de actividade agora em crise não terão no futuro, como o tiveram depois da crise de 83/84, possibilidade de recuperar. Pura e simplesmente desaparecerão com a recessão, destruindo capital produtivo e muitos e muitos milhares de postos de trabalho.

3. Cavaco Silva, o primeiro e principal responsável pela situação que o País atravessa, pretende despididamente libertar-se das culpas próprias e atribuir a causa de todos os males à crise internacional e, em especial, à crise que atinge todos os países comunitários.

É certo que a crise generalizada das economias da CEE tem inevitáveis reflexos na economia portuguesa, e terá contribuído para acelerar a recessão. Mas as causas fundamentais da recessão económica com que o País se confronta radicam, insofismavelmente, na política dos governos do PSD.

A fortíssima desaceleração do crescimento do Produto de 4% em 1990 para 2% em 1991, denotando uma perigosa derrapagem da economia portuguesa, não pode ser atribuída a crises externas da CEE que então não existiam.

Do mesmo modo que a crise externa não pode ser responsabilizada, no fundamental, pelo facto de o PIB nacional ter crescido menos que o crescimento médio da CEE (a menos que o Governo proceda a manipulações dos indicadores económicos, designadamente empolando a variação de existências).

Aliás, só o desespero, a desorientação e o despudor de Cavaco Silva o podem levar a transferir a responsabilidade da crise interna para a CEE, quando a verdade é que o PIB só não foi negativo já em todo o ano transacto precisamente porque as exportações (para a CEE) registaram um aumento real superior a 6%!

Mas se é verdade que a crise económica da CEE não é a responsável essencial pela recessão interna, ela exige e impõe uma reflexão que Cavaco Silva, o Governo, o PSD e o PS escamoteiam.

É que essa crise externa radica ela própria nas políticas de convergência nominal simultaneamente aplicadas pela generalidade dos países comunitários com vista ao cumprimento das metas para a UEM previstas no Tratado de Maastricht.



A verdade é que o Tratado ainda não está em vigor e já está a gerar uma crise económica generalizada a todas as economias comunitárias. O que, só por si, deveria ser razão suficiente e ponderosa para que o Tratado de Maastricht fosse desde já enterrado, sem glória nem saudade.

Mas, repete-se, as causas fundamentais da crise e da recessão radicam em razões de ordem interna, nas políticas, nas acções e nas omissões dos governos de Cavaco Silva e do PSD.

É inequívoco que o essencial dessas causas são estruturais. Durante os últimos sete anos a economia nacional não foi objecto de políticas activas de alteração e modernização estruturais. O perfil da especialização produtiva no essencial não foi alterado, como o mostram a prática estagnação da estrutura das exportações. O único factor de competitividade em que a generalidade das produções nacionais continua a assentar é o dos baixos custos salariais.

Durante esse período, o Governo desbaratou centenas de milhões de contos do Fundo Social Europeu sem efeitos visíveis na melhoria da formação profissional. Delapidou centenas de milhões de contos do FEOGA sem correspondência no aumento da produtividade e competitividade da agricultura portuguesa. E nos casos em que houve efectivo investimento na modernização da produção, os agricultores são agora obrigados a limitarem-na na sequência de uma Reforma da PAC que o Governo português negociou e aceitou e que se mostra dia a dia contrária aos interesses da agricultura nacional. Esfumaram-



OCTÁVIO TEXEIRA
Membro
da Comissão Política

As causas fundamentais da crise e da recessão radicam em razões de ordem interna, nas políticas, nas acções e nas omissões dos governos de Cavaco Silva e do PSD.

se os muitos milhões de contos comunitários canalizados para o País através do PEDIP, sem que as empresas dominantes na estrutura industrial, as pequenas e médias empresas, a eles pudessem ter tido acesso para modernizar as suas unidades produtivas.

Sete anos de vacas gordas se passaram, muitas centenas de milhões de contos desapareceram, não se registaram alterações estruturais no aparelho e especialização produtivos, entrámos em anos de vacas magras.

Tudo isto é, em primeiro lugar e fundamentalmente, da responsabilidade de Cavaco Silva e dos governos do PSD!

A estas causas estruturais, que mais cedo ou mais tarde conduziriam à crise, há que somar as causas próximas que aceleraram o surgimento da recessão e aumentaram a sua dimensão. Também elas da exclusiva responsabilidade do Governo de Cavaco Silva.

As políticas cambial e monetária conduzidas pelo Governo desde o último trimestre de 1990, tendo como objectivo prioritário a redução da inflação a todo o custo e como instrumento privilegiado (único?) a valorização artificial (porque não sustentada na economia real) do escudo.

Uma política que, em pouco mais de 2 anos, apreciou o escudo em termos reais mais de 30% em relação à generalidade das moedas externas, é uma política desastrosa que só poderia ter os efeitos que teve e continua a ter: perda de quotas de mercado para as exportações portuguesas e crescente substituição de produção nacional por importações no consumo e no investimento internos, dificuldades acrescidas para as empresas portuguesas por terem de suportar taxas de juro bastante mais elevadas que os seus concorrentes externos.

Política cambial e monetária cuja orientação é da exclusiva responsabilidade do Governo e que o Banco de Portugal, colaborando na sua definição, executa!

4. A gravidade da recessão e a profundidade da crise exigem uma alteração substancial da política e económica e acções e medidas imediatas. Para a travar e minorar os seus custos económicos e sociais.

É indispensável uma orientação de política económica radicalmente diferente das orientações da política de direita, quer esta seja aplicada por governos de direita (como em Portugal) ou por governos socialistas (como em França ou na vizinha Espanha).

Uma orientação radicalmente distinta da prosseguida por Cavaco Silva, e não meras diferenças de tom na aplicação da mesma política como não há muito defendeu publicamente o "porta-voz" ou "ministro-sombra" do PS para a área da economia e finanças.

Uma orientação da política económica que privilegie a actividade produtiva e promova activamente a valorização da especialização produtiva nacional, o reforço da eficácia da indústria e da agricultura nacionais, e a melhoria progressiva e sustentada das condições de trabalho e dos níveis de vida dos portugueses.

O que impõe, entre muitas outras alterações, o abandono claro e inequívoco do projecto da UEM e do Tratado de Maastricht.

E que exige acções urgentes como as consubstanciadas nas 17 medidas imediatas para relançar a actividade produtiva, defender o emprego e dar resposta às justas reivindicações populares, já apresentadas publicamente pelo PCP.

Designadamente, o abandono da política do escudo caro e a baixa das taxas de juro dos empréstimos a curto prazo, a intervenção no escoamento da produção agrícola e o apoio às pescas nacionais, a invocação de interesses vitais em causa para a adopção de medidas de salvaguarda da produção nacional por derrogação e suspensão de normas comunitárias, e o apoio urgente e adequado aos muitos milhares de trabalhadores atingidos pelo desemprego.

O reforço do protesto e da luta dos trabalhadores e de outras amplas camadas sociais atingidas pela recessão económica e pela política de Cavaco Silva, é condição essencial para que se processe a indispensável alteração da política económica e social do Governo do PSD. E quanto mais brevemente isso for conseguido menores e menos dramáticos serão os custos que o País e os portugueses terão de suportar pela crise que o Governo de Cavaco Silva fez desabar sobre a sociedade portuguesa.

«... so help us God...» (1)

■ Francisco Costa

Para comemorar a passagem do 25º. aniversário do assassinato de **Martin Luther King, Jr.** - um dos mais destacados dirigentes da luta pelos direitos cívicos dos negros norte-americanos - a **Thames Television**, de Londres, em colaboração com a estação **HBO** dos EUA, produziu e realizou para o **Channel 4** um programa especial que, largamente anunciado, foi transmitido em simultâneo, no passado Domingo, por três estações de televisão, entre as quais a portuguesa **SIC**. A circunstância de esta transmissão ter sido justamente rodeada de intensa promoção naquele canal e na imprensa - e a oportunidade de confrontar a expectativa antecipadamente criada com os resultados concretos desta experiência televisiva - justificam que aqui lhe dediquemos uma necessariamente breve recensão crítica.

Os factos

Relembrem-se, sumariamente, os trágicos acontecimentos da época.

Em 4 de Abril de 1968, às 18.01 horas, **Martin Luther King**, que se deslocara a Memphis, Tennessee, para participar numa manifestação de trabalhadores negros em greve, foi assassinado na varanda do *motel* em que se hospedara com a sua comitiva por um tiro disparado da janela das traseiras de uma residencial situada em «linha de vista» a cerca de 200 metros do local onde aquele dirigente se encontrava. A investigação que se seguiu conduziu à descoberta da alegada arma do crime - uma *Winchester* com mira telescópica - na qual foram detectadas as impressões digitais de um tal **James Earl Ray**, um cadastrado com anteriores e vários problemas com a Justiça e que, condenado a 20 anos de prisão por reincidentes crimes, fugira da prisão e andava a monte. Após uma operação plástica que transformou as suas feições e um «périplo de fuga» que o levava sucessivamente ao Canadá, a Londres e a Lisboa, o alegado criminoso é capturado em nova passagem por Londres e extraditado para os EUA, onde, após um curto processo de audições e pressionado por um advogado - **Percy Foreman**, que o aconselhou a confessar os factos de que era acusado, para escapar à «cadeira eléctrica» -, confirma o crime e é condenado a 99 anos de prisão.

Três dias depois, **James Earl Ray** reconsidera e - declarando-se objecto de uma gigantesca maquiagem construída a partir da circunstância real de ter estado hospedado na residencial de onde partira o estado fatal no dia do crime e de, nos dias que o antecederam e a ele se sucederam, ter vagueado, por outros motivos e razões que alega, por algumas cidades da região - protesta a sua inocência e exige um julgamento que contribua para repor a verdade, o qual lhe foi consecutivamente negado pela Justiça durante duas décadas e meia.

«Ficção» ou «realidade»?

É precisamente este o caso que a **Thames Television** vem agora, com este programa, desenterrar das memórias e dos esquecimentos do tempo. Significativamente, a modalidade que os produtores do programa escolheram não foi, como tem acontecido com outros casos marcantes e trágicos da história das «sentenças injustas» ou das «conspirações políticas» - como o caso **Roseberg** ou o assassinato de **J. F. Kennedy**, para apenas referir estes -, a *documentário de investigação* apoiado em documentos impressos ou audiovisuais da época ou, mesmo, a *filme de ficção* encenado ou recriado a partir dos factos reais. Pelo contrário. Com toda a aparência exterior de sinceridade e rigor - que, em abstracto e para já, nem sequer nos preocupa pôr em causa - os produtores optaram por montar um *verdadeiro julgamento* em que participaram, não actores, mas pessoas «reais» e «críveis»: um juiz de profissão, **Marvin Frankel**, ex-juiz federal de Nova Iorque; **Hickman Ewing**, antigo acusador público de Memphis, pela acusação; e o advogado **William Pepper**, pela defesa. O júri, composto por 12 jurados, foi escolhido observando os procedimentos legais da Justiça americana e o próprio **James Earl Ray** assistiu e participou no «julgamento» em ligação por satélite à *Prisão de Segurança Máxima* de Riverbend, Tennessee, onde permanece encarcerado.

O julgamento, assim preparado e montado, decorre durante 10 dias no início de Março, o júri reúne-se durante 4 dias para discutir e deliberar sobre o veredicto final e o «material» captado durante este período é compilado e montado e, finalmente, aprovado tanto pelos advogados como pelo juiz, que dão «luz verde» ao resultado final e à sua transmissão considerando-o como fielmente reproduzindo o essencial do que se passou no tribunal.

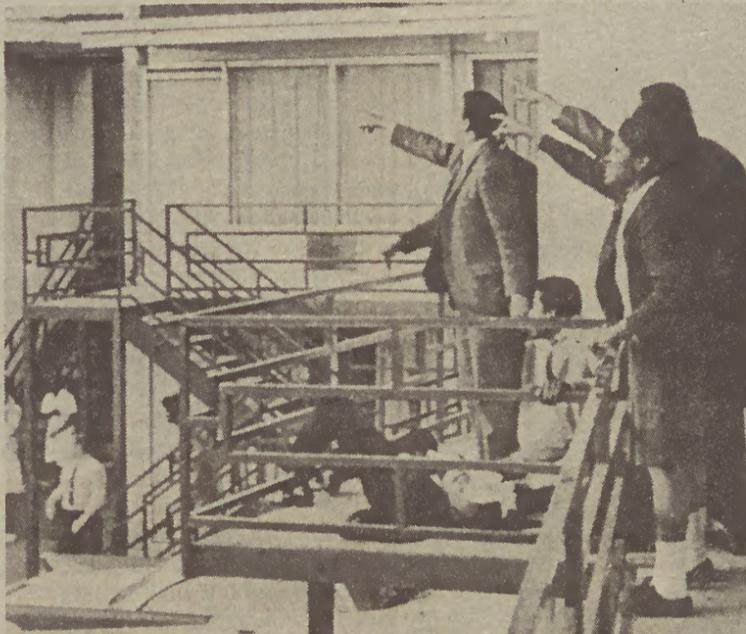
Algumas justificadas interrogações

Antes de mais considerações, importa desde já referir que o resultado final que nos é apresentado suscita naturais e justificadas interrogações, a principal das quais - contraditoriamente à revelia das intenções primeiras dos produtores deste programa - de forma inviesada e curiosa

faz o espectador instintivamente suspeitar da «seriedade» e «rigor» do que lhe é vendido. É que o habitual frequentador das inúmeras séries televisivas cuja acção decorre no sempre atractivo e misterioso ambiente dos tribunais é levado naturalmente a confrontar-se com uma questão que não é a que habitualmente a si próprio se coloca: enquanto perante um episódio de «*As Teias da Lei*», por exemplo, a todo o momento

ele se surpreende a admirar a extraordinária parecença da *ficção* a que assiste com a *realidade* dos processos de tribunal que provavelmente nunca presenciou mas assim imagina - aqui, pelo contrário, ele acaba por concluir que a *realidade de facto* que como tal lhe é apresentada, afinal se parece extraordinariamente com os *mecanismos da ficção* em que se habituou a confiar e a decodificar!

Por outro lado, o mesmo espectador percebe ao fim de pouco tempo - vinte, quarenta, sessenta minutos no máximo - que aquilo a que está a assistir consiste num gigantesco *logro* face à «expectativa de imprevisibilidade» que artificialmente lhe haviam incutido à partida. Porque, para ele, acaba por ser relativamente indiferente que a competência ou a incompetência da argumentação e contra-argumentação dos representantes da defesa e da acusação, baseadas ou não na apresentação de mais ou menos provas, sejam suficientes para a criação de um qualquer *suspense* sobre a decisão final do júri. Afastados que estamos das *peculiaridades* do sistema judicial norte-americano, vozes avisadas com experiência na matéria opinam até que a apreciação objectiva e desapaixonada do confronto das argumentações e das provas, assim apresentadas naquele tribunal, levariam à lógica conclusão de que **James Earl Ray** efectivamente era culpado! Mas o facto



Segundos após o assassinato, aponta-se o local de onde partiu o tiro fatal

é que, para o espectador mais atento, paira sempre por ali a sensação de que tudo está decidido e encaminhado à partida num determinado sentido - a *ilibação* do mesmo **James Earl Ray**.

Alguém de bom juízo poderia, aliás, supor por um momento sequer que a **Thames Television** levasse a cabo o empreendimento desta superprodução para que, afinal, se chegasse à conclusão de que **James Earl Ray** não era inocente? Constituiria isso, pelos códigos da lógica comercial televisiva, um *espectáculo* que pudesse encher o olho às pessoas?

Passando por cima da circunstância de ser sumamente estranho que, para além da presença de testemunhas que escandalosamente jamais foram ouvidas, os factos aparentemente graves e decisivos que são por outras reveladas nunca as tenham levado, durante tantos anos, a fazerem ouvir, contra tudo e contra todos, a sua voz - é significativo que, nesta oportunidade, quando se sabe à partida (o que é verdadeiramente preocupante!) que nada do que agora revelam e sustentam irá contribuir para modificar o que quer que seja, se tenham decidido finalmente a fazê-lo. O que nos conduz à *perversidade* de raiz com que tudo isto foi montado e encenado.

Ética e responsabilidade cívica e profissional

Não tendo aqui desta vez justificação uma apreciação crítica acerca da forma televisiva que o «espectáculo» em questão veio a assumir - já que, nesse aspecto, a sua pobreza e linearidade formal é inerente ao dispositivo audiovisual *deliberadamente* escolhido para criar um

ilusório *efeito de realidade* - não deixa todavia de ser curioso anotar que, tendo-se o julgamento arrastado por 10 dias e as deliberações do júri durado 4 dias, o observador minucioso estranhamente repare no facto singular de, durante todo este tempo, os principais protagonistas praticamente não terem mudado de fato! Isto é mais do que patente nas tomadas de vista dos membros do júri e, mesmo, dos dois advogados e seus coadjuvantes.

É provável que alguns vejam nesta nossa observação mais um sintoma do «espírito doentio» com que o crítico chafurda na investigação microscópica da traficância com os «dispositivos técnicos», para acabar por descobrir malévolas intenções de «manipulação» por parte de profissionais da informação acima de toda a suspeita!

Que descansem os mais sensíveis representantes do «quarto poder». O crítico está pronto a conceder que tal se terá ficado a dever a uma *surpreendente incompetência* amiúde praticada pelo realizador e montador do programa: a da utilização, como «planos de corte», de planos e panorâmicas repetidas (pelo menos, três, no caso do júri, e em diferentes fases do processo!) para servirem de «bengalas» na montagem final. O que não deixa, entretanto, de ser insólito face ao «profissionalismo» das produtoras envolvidas e quando se sabe, pelas *inconfidências* de bastidores (a que *milhares de leitores* tiveram acesso pela leitura dos jornais, mas que foram sonegadas às *dezenas de milhões de espectadores* que viram o programa!), que aquelas mesmas produtoras investiram um abundante montante de «vil metal», nada menos do que 3 milhões de dólares na produção do programa.

3 milhões de dólares de que algumas «migalhas» (certamente não pequenas) serviram para pagar os «serviços» de *representação* de um juiz e de dois advogados e suas equipas, para não falar das agora voluntariosas e prolíficas *testemunhas* e sem esquecer os *doze membros do júri*.

O «tribunal global», a «revisão da História»

O facto de, por exclusão de partes, ter ficado implícita no desenrolar do programa a tese (mais do que plausível) de que o assassinato de **Martin Luther King, Jr.** terá sido mais uma das monstruosas *conspirações* dos verdadeiros senhores do Poder e das instituições de segurança dos EUA, ao seu serviço, para eliminar personalidades decisiva ou conjunturalmente incómodas para a manutenção do «sistema» - tornando-se, assim, **James Earl Ray** o **Lee Oswald** da tragédia que atingiu um grande e histórico dirigente negro - não nos pode fazer distrair do que é essencial na «filosofia» deste programa.

Estamos, mais uma vez, perante uma operação de *mistificação televisiva*, com graves e directas implicações na formação da consciência e da opinião de milhões de espectadores, encenada à maneira do *espectáculo da realidade* - uma das fórmulas mais pífidas e ilegítimas a que este cada vez mais omnipresente «*big brother*» impunemente nos pretende submeter.

Por este caminho, estamos a um passo de, alegando-se por um lado o «fim da História», do mesmo passo fazer despididamente a «revisão da

História», seja ela a canhestra e salaia tentativa ensaiada por **Artur Albarran** e **Rui Araújo** no recente, caseiro e lamentável episódio do branqueamento das responsabilidades do pido **Casimiro Monteiro** no assassinato de **Humberto Delgado**; seja ela a patética e «hilariante» série sobre **Estaline**, **O Monstro** que a *Quatro* semanalmente nos proporciona; seja ela essa outra experiência perpetrada pelo mesmo produtor deste *julgamento* - **Jack Saltman** - ao dedicar há tempos uma emissão semelhante, à investigação das alegadas ligações de **Kurt Waldheim** ao exército nazi, e cujo resultado final foi... a «*ilibação*»!

Para o leitor meditar - e agir - fica a citação de um excerto do texto final com que a **SIC** encerrou a emissão do passado Domingo. Palavras terríveis, muitas delas certamente bem intencionadas mas, quanto ao verdadeiro fundo da questão, algo inconscientes, postas na boca de **José Alberto de Carvalho** e lidas sem pestanejar:

«Esta é a primeira experiência do que poderemos chamar a *telejustiça global*. As consequências poderão ser tiradas e analisadas apenas a partir deste momento. Mas hoje, no dia em que passam 25 anos sobre a morte de **Martin Luther King**, o líder histórico dos direitos civis dos negros americanos, estas três horas de televisão não podem ser ignoradas. Milhões de pessoas, nos Estados Unidos, Inglaterra e Portugal, tornaram-se testemunhas simultâneas do julgamento que absolveu o presumível assassino do **Dr. Luther King**. Parece inevitável reescrever a História. Boa noite!»

(1) - Fórmula final do juramento das testemunhas nos julgamentos dos tribunais norte-americanos.

Em causa a segurança dos cidadãos PCP alerta para novos riscos e ameaças às liberdades

As questões relacionadas com a segurança dos cidadãos e com a política do Ministério da Administração Interna continuam a estar na ordem do dia das preocupações do PCP. Entre as razões avançadas contam-se sobretudo a crescente degradação da situação no capítulo da segurança dos cidadãos, em resultado da política do MAI, bem como as ameaças que pesam sobre os direitos, liberdades e garantias por força das ilegítimas actividades dos serviços de informações e de fichagem dos cidadãos. O clima conflitual que o Governo está a levar para dentro das Forças de Segurança constitui outra das razões invocadas, conforme foi explicado em recente conferência de imprensa realizada na Soeiro Pereira Gomes por iniciativa do Grupo de Estudos do PCP para as questões de Administração Interna.

Na ocasião, João Amaral, membro do CC e deputado à AR, e Carlos Gonçalves, suplente do CC, ambos do referido Grupo de Estudos, efectuaram uma análise detalhada sobre

dados da Procuradoria Geral da República adiantavam um crescimento da criminalidade na ordem dos 20%.

Este é um número trazido ao conhecimento público e que, por si, destrói qualquer manipulação que se pretenda fazer com os números da criminalidade.

Superesquadras

Neste quadro de situação, tornou-se ainda mais evidente que a criação de superesquadras, como as dos Olivais e do Calvário, obedeceu fundamentalmente a critérios de poupança, que sacrificaram valores fundamentais como o da proximidade das populações que as esquadras permitiam.

As superesquadras foram criadas com vários recuos em relação aos planos iniciais. Por exemplo, a do Calvário esteve para ser instalada no Porto de Lisboa, mas o coro de protestos foi tal, perante o disparate que seria colocar a esquadra do lado de lá da linha do caminho-de-ferro, que o MAI acabou por recuar. Também algumas das esquadras da área acabaram por não fechar.

Mas estes recuos não descaracterizam as negativas consequências da criação de superesquadras sem ter assegurados os meios imprescindíveis para a sua actuação, incluindo viaturas, meios rádio, formação, etc.

As superesquadras, a serem criadas, exigiam o contrário do que o Governo fez. Exigiam articulação com as populações e suas estruturas representativas, particularmente o poder local. Exigiam mais investimento, e não o orçamento de sobrevivência que o MAI tem para o corrente ano de 1993, que decresce em termos reais, em relação ao de 92, entre 5 e 6%.

Reestruturação territorial

Quanto à chamada reestruturação territorial, implicando para muitas cidades e vilas deixarem de ter só GNR, tem merecido viva oposição por parte das autarquias atingidas, que consideram a medida uma espécie de "despromoção", já que vêem o poli-ciamiento deixar de ser feito por uma força de natureza civil para ser feito por uma força a que o Governo atribuiu natureza militar, o que causa evidentes problemas na missão policial tal como ela é normalmente entendida.

A manutenção da GNR (e da Guarda Fiscal) como corpos militares, onde se aplica o estatuto da condição militar, restritivo de direitos fundamentais, é um completo anacronismo, tanto maior quanto se pretende alargar a área de inter-

venção da GNR. É um anacronismo que além do mais visa manter a GNR como uma força vinculada à disciplina militar (mesmo quando confrontada com ordens que atinjam direitos dos cidadãos). E também uma força obrigada a condições de trabalho pesadas e horários que atingem as 80 horas semanais, situação inadmissível a todos os títulos!

A medida governamental pretendia aplicar-se, ao que veio nos jornais, a várias dezenas de cidades e vilas, como, por exemplo, a: Mirandela, Santo Tirso, Covilhã, Pombal, Torres Vedras, Sines, etc. Mas hoje já foi abandonada em sítios como: Penafiel, Peso da Régua, Fátima, Abrantes e Entroncamento. Poderá haver outros, mas estes são os confirmados.

Estes recuos devem-se à oposição das autarquias e das populações e aos protestos havidos.

O PCP apoia esses protestos e opõe-se a esta medida que, no contexto em que é aplicada, é vista como atentando contra os interesses das populações.

Simultaneamente, o PCP reclama que as esquadras da PSP prometidas (algumas até já criadas no Diário da Re-



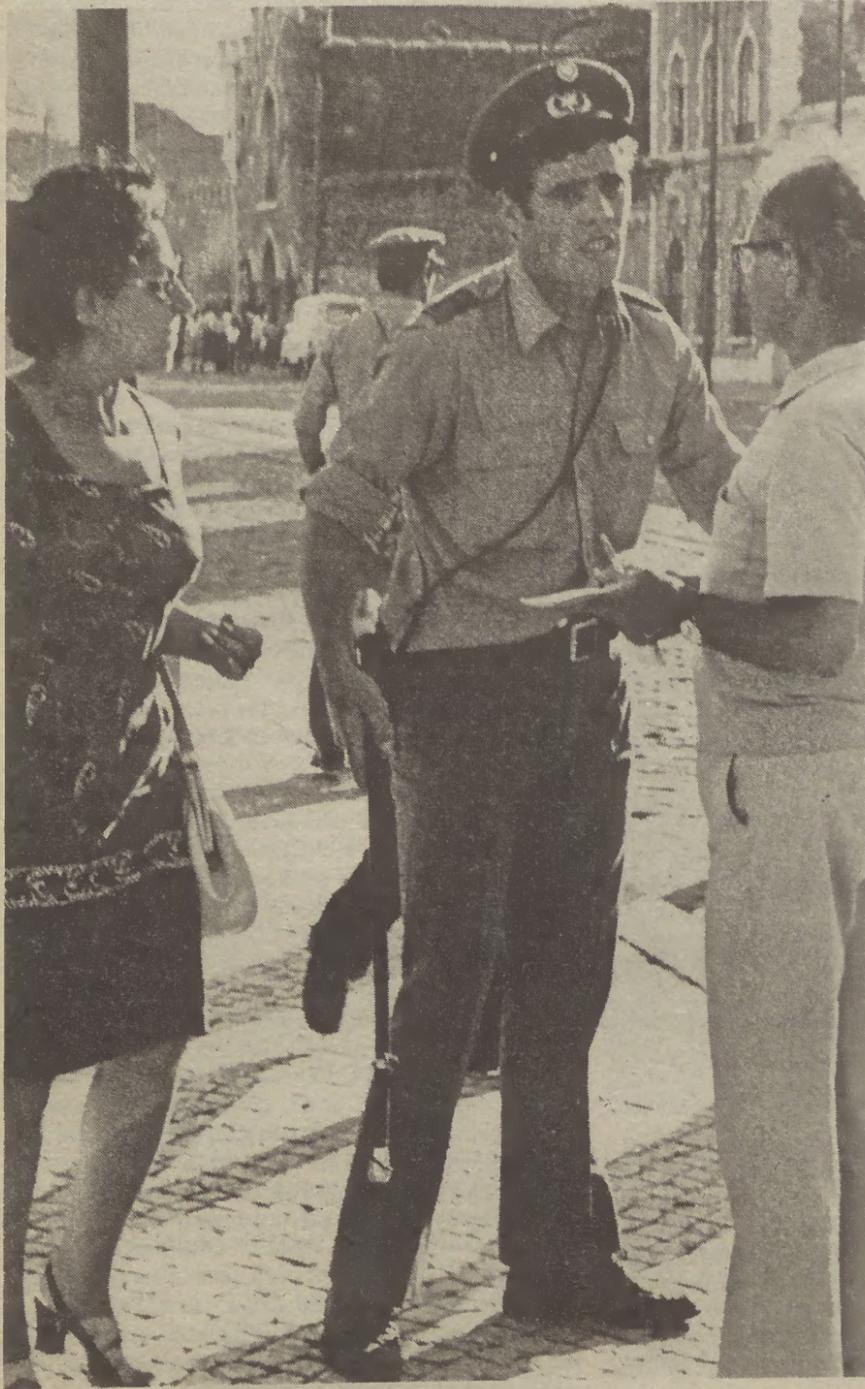
pública) sejam efectivamente construídas e entrem em funcionamento. É o caso de: Loulé, Sacavém, Cacém, Camarate, etc. Reclama também que as esquadras encerradas por causa da criação das superesquadras, sejam reabertas e funcionem pelo menos como postos de atendimento.

Quanto à extinção da Guarda Fiscal, o PCP chama mais uma vez a atenção para a precipitação e irresponsabilidade com que a medida foi tomada, sem estudos prévios, sem a participação dos interessados, incluindo da Associação representativa da Guarda Fiscal, sem diálogo institucional, sem clarificação das missões. As reformas não são boas só porque se fazem, mas sim quando se fazem sabendo o que se quer e contando com o apoio dos interessados para as fazer. Extinguir a Guarda Fiscal sem saber o que lhe fazer e o que fazer às suas missões, como o comprovam os sucessivos atrasos na implementação do processo, revela um "vedetismo" que é incompatível com o sentido de Estado que esta reforma exigia.

Serviço de Informações

Temos ainda de referir o que se passa com o Serviço de Informações de Segurança (SIS). Da nossa parte, PCP, denunciámos o que se passa e vem sendo noticiado sem contestação acerca do SIS e das actividades que vem exercendo, incluindo a vigilância e infiltração em movimentos cívicos e sociais que se oponham à política governamental. Já foram indiciadas infiltrações em actividades sindicais, de estudantes, de agricultores, de imigrantes, etc. O SIS, contra a lei, está a tornar-se uma espécie de polícia política do Governo contra aqueles que se oponham à sua política. Declarações do seu mais alto responsável assumem com total despudor estas missões que o SIS vem exercendo e que o transformam numa aberração do regime democrático, mostrando que o Governo caminha a largos passos na direcção de um regime de cariz autoritário, policiado, com gravíssimos atentados aos direitos individuais.

Na mesma linha, denunciámos a utilização sem controlo da informática e da ficha de cidadãos, quer por parte do SIS



esta temática, dando simultaneamente a conhecer várias iniciativas e propostas do PCP, algumas de natureza legislativa, que configuram no seu conjunto linhas de uma política alternativa.

No decorrer da exposição, cujas principais passagens transcrevemos em seguida, foram sobretudo analisadas a política do MAI, a criação das superesquadras, a reestruturação territorial, o serviço de informações e a situação dos profissionais das Forças de Segurança.

A política do MAI

Quanto à situação que se vive, é crescente a insegurança que os cidadãos sentem, e as medidas tomadas pelo Governo agravaram esses sentimentos de insegurança.

O processo de reestruturação, que foi apresentado há uns meses pelo ministro da Administração Interna, está a revelar-se um fracasso. E os indicadores acerca da criminalidade mostram-no com toda a clareza. Ainda muito recentemente,

EM FOCO

Por uma política alternativa

Indissociável das suas críticas, é ponto assente que o PCP, na linha de conduta que o caracteriza, não deixa simultaneamente de apresentar propostas e soluções alternativas. Assim volta a suceder na área da segurança dos cidadãos e em relação a aspectos centrais da política que tem norteadado a acção do Ministério da Administração Interna, qual quer delas já objecto de várias iniciativas em trânsito na Assembleia da República.

Estão neste caso as iniciativas referentes à criação dos "Conselhos Municipais de Segurança dos Cidadãos", à questão da natureza da GNR e da Guarda Fiscal, aos serviços de informações e ainda aos direitos dos membros das Forças de Segurança.

Quer pelo seu carácter inovador, quer pelo conteúdo das soluções preconizadas no sentido de dar resposta a problemas e aspirações dos interessados e dos cidadãos em geral, todas as propostas assumem uma grande relevância e actualidade, como o leitor já de seguida poderá constatar.

Conselhos Municipais de Segurança dos Cidadãos

Trata-se uma estrutura de nível local com carácter consultivo vocacionada para se ocupar com as questões relativas à segurança e tranquilidade públicas, dando pareceres e assegurando a cooperação do Poder Local com as diversas autoridades.

Ao propor a criação desta estrutura, que do seu ponto de vista pode contribuir para a salvaguarda dos interesses das comunidades locais nesta matéria, o PCP parte do princípio que a prevenção deve constituir a regra fundamental no domínio da segurança, objectivo para o qual concorre não apenas a indispensável capacidade das forças policiais, a sua presença e acção, mas também a intervenção das comunidades locais das autarquias, das escolas, da juventude, das populações.

Do que se trata, pois, como assinala o PCP, é de proteger as pessoas e os seus bens, prevenir a criminalidade e viabilizar a sua repressão, objectivos que não são possíveis com a simples adopção de medidas de polícia, com respostas isoladas das forças policiais de costas para as comunidades.

Estatutos da GNR e Guarda Fiscal

Ao expressar a sua oposição à manutenção da GNR e Guarda Fiscal como corpos militares, o PCP propõe (à semelhança do que foi feito com a Gendarmerie belga) a alteração dos seus estatutos por forma a passarem a ser consideradas Forças de Segurança armadas e uniformizadas, mas não corpos militares.

No caso da GNR, a sua qualificação como corpo militar é inconstitucional (a Lei Fundamental estabelece uma separação clara entre forças militares e forças de segurança) pelo que é de todo incompatível com a sua natureza de força de segurança e com a filosofia que deve presidir ao seu funcionamento e ao relacionamento com a sociedade.

Idêntica alteração quanto ao seu estatuto é defendida para a Guarda Fiscal, pelos mesmos motivos, uma vez que se trata de uma força de segurança e o que resulta da Constituição é que a componente militar de defesa está reservada às Forças Armadas, isto é, está estabelecida uma linha divisória imperativa entre as missões de defesa na-

cional e as missões de segurança interna.

Dado que as missões gerais efectivas que a lei atribui à Guarda Fiscal tornam desnecessário e inconveniente que esta tenha um estatuto militar, o que importa, pois, na perspectiva do PCP, é concretizar por via legal uma alteração do Estatuto da GF, retirando-lhe as características de corpo militar e tirando daí as necessárias ilações a nível dos respectivos quadros.

Ainda no que se refere à Guarda Fiscal, face à drástica redução das suas missões de fronteira decorrente do Acto Único Europeu, é também proposta uma audição parlamentar sobre a situação e processo de reestruturação desta força de segurança, que permita visualizar com cuidado - ouvindo todas as partes - qual deva ser o seu futuro e o destino das suas missões.

Serviços de Informações

No que se refere aos Serviços de Informações, para além da proposta já feita no sentido de a Assembleia da República proceder ao levantamento e análise da sua situação, importa ainda que este órgão de soberania - e esta é outra das medidas defendidas pelo PCP -, num dos seus debates mensais, previstos ao abrigo do novo regimento, discuta esta matéria dos Serviços de Informações (nacionais e Schengen), bem como a análise dos ficheiros policiais informáticos existentes e do seu controlo.

Direitos

Objecto de propostas por parte do PCP é, por outro lado, a área dos direitos dos membros das Forças de Segurança. Uma delas, sob a forma de projecto de lei, garante o direito de constituição de associações sindicais pelos profissionais da PSP.

As outras duas propostas, igualmente consubstanciadas em diplomas entregues no ano passado, garantem aos agentes da GNR e Guarda Fiscal, respectivamente, um regime de exercício efectivo dos direitos fundamentais, incluindo o expresso reconhecimento do direito de associação socioprofissional. A este respeito, recorde-se que o Provedor de Justiça já reconheceu e invocou a inconstitucionalidade de artigos do actual estatuto da GNR (e Guarda Fiscal), prova da sua total inadequação.



quer mesmo por várias forças de segurança.

Desafiamos o MAI a tornar transparente e informar com detalhe sobre quais os ficheiros informáticos de que dispõe nos diferentes Serviços e Forças de Segurança, o que contém esses ficheiros informáticos, que interconexões estão a ser feitas, que fichas existem afinal sobre cada um dos cidadãos.

Alertamos a opinião pública para esta situação de descontrolo e abuso da informática na vigilância dos cidadãos, que viola os seus direitos fundamentais.

A situação é tanto mais grave quanto por força do capitulacionismo com que vem actuando na área da integração das forças e sistemas policiais e de informações a nível europeu, o MAI executa apressadamente os compromissos dos Acordos de Schengen, mesmo antes de esses acordos entrarem em vigor.

O Serviço de Informações Schengen está em acelerada formação sem que exista nacionalmente qualquer controlo democrático sobre a sua actividade. Nem sequer controlo judicial.

O Serviço de Informações Schengen está pensado para ter as características de um

Big Brother de escala europeia, com fichas de todos os que circulam dentro da Europa.

Este Serviço de Informações está pensado para ser o suporte de informações de um sistema policial europeu, sobre o qual não existe qualquer controlo nacional, com uma polícia europeia (Europol) a sobrepor-se às polícias nacionais, com a possibilidade da polícia estrangeira (no caso a espanhola) poder actuar em território nacional, com serviços de fronteira a actuarem com a arrogância e insensibilidade de que vem dando provas o SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras).

Profissionais das Forças de Segurança

Muitas das medidas que o MAI está a tomar são, como mostramos, lesivas dos interesses dos cidadãos em geral. Mas são também frustrantes da expectativa dos profissionais das Forças de Segurança. E têm sido decididas com a sucessiva recusa do diálogo com as Associações representativas desses profissionais.

Toda esta política se agrava agora já que o MAI enveredou por uma via repressiva contra os dirigentes das Associações.

Manifestamos a nossa total oposição a esses processos. O MAI dá com estes comportamentos, a imagem de uma actuação antidemocrática, repressiva, autoritária, que rejeitamos completamente.

Por isso mesmo, expressamos a nossa solidariedade cívica aos dirigentes destas Associações que estão a ser vítimas da repressão e apelamos às outras forças democráticas que se manifestem no mesmo sentido.

(...) Se a situação a que se chegou é de ineficácia, a verdade é que o PSD não pode alijar responsabilidades, já que pelo Ministério passaram ministros como Eurico de Melo, Fernando Amaral, Ângelo Correia, Silveira Godinho e Manuel Pereira. Isto ao longo de 13 anos.

Mas com o garrote orçamental e medidas como as que o ministro Dias Loureiro está a impulsionar, a situação agravar-se-á e é necessário que o País tenha consciência disso.

Esperamos com este alerta contribuir para esse objectivo.

EM FOCO

Memórias do III Congresso da Oposição Democrática

■ Lino Lima

Em 1973, faz agora 20 anos, realizou-se em Aveiro, de 4 a 8 de Abril, o III Congresso da Oposição Democrática. Com a designação de Congresso Republicano já se tinham realizado, em anos anteriores, duas manifestações idênticas, e nunca encontrei explicação satisfatória para o regime fascista ter consentido na sua realização. Elas sempre coincidiram com o desempenho do cargo de governador civil de Aveiro de um homem que se apresentava como liberal e até convivia, à mesa do café, com alguns dos nossos correligionários mais activos nas lutas oposicionistas. E, daqui, que alguns quisessem atribuir à bondade política desse homem a permissão para que se realizassem esses actos tão insólitos na prática política que caracterizava o salazarismo.

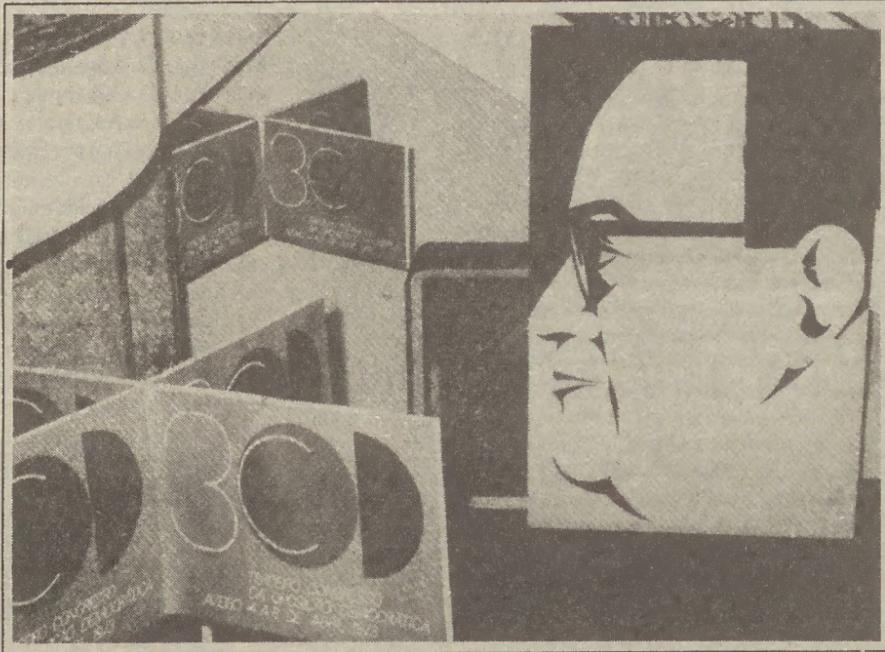
Esta explicação nunca me satisfaz, porque é mais que certo não se ter efectuado o primeiro congresso sem a concordância prévia e explícita de Salazar e os dois últimos sem a acatção de Marcelo Caetano. O certo é que esses Congressos se realizaram e o último assumiu uma grandiosidade que surpreendeu as autoridades fascistas e os próprios democratas. Quando aquelas quiseram, em cima do acontecimento, dominá-lo, o III Congresso da Oposição Democrática tinha assumido tal grandeza e atrevimento, que se tornou, afinal, com um ano de antecedência, num acto preparatório do que havia de ser o 25 de Abril: A própria preparação do Congresso provocou, a nível nacional, uma actividade política muito intensa, com as mais variadas reuniões e estudos de problemas concretos nacionais, feitos uns individualmente e outros em grupo, pois muitas teses foram apresentadas por conjuntos de pessoas. Todas tiveram de ser apresentadas com antecipação. Basta lembrar que, no dia da abertura do Congresso, já estavam à disposição dos congressistas os resumos impressos das teses que iam ser discutidas. Este pormenor dá uma ideia do cuidado que houve na preparação do III Congresso.

O Congresso funcionou em oito secções: desenvolvimento económico e social; estrutura e transformação das relações de trabalho, segurança social e saúde; urbanismo e habitação; educação, cultura e juventude; desenvolvimento regional e administração local; organização do Estado e direitos do Homem; situação e perspectivas políticas no plano nacional e internacional.

O Congresso realizou-se nas diferentes salas do Cine-Teatro Avenida e concluiu-se reclamando «o fim da guerra colonial, a luta contra o poder absoluto do capitalismo monopolista e a conquista das liberdades democráticas», mas lembrava que «a luta por objectivos parciais e imediatos (...) não deve, no entanto, fazer-nos esquecer o objectivo final da conquista do socialismo, o qual é indispensável para a construção de uma sociedade justa e digna».

No último dia, estava também marcada, para as 10 horas, uma romagem ao túmulo do nosso camarada Mário Sacramento, que tinha sido o grande animador dos primeiros Congressos de Aveiro, embora tivesse falecido na véspera do segundo. O governador civil, porém, proibiu esta romagem. Pôs-se logo a questão de saber se devia ou não aceitar-se esta proibição, havendo quem temesse uma proibição do Congresso se fosse desrespeitada essa ordem da autoridade. Felizmente prevaleceu a determinação de se manter convocada, pois era o que correspondia ao estado de espírito dos democratas presentes no Congresso, como se veio a constatar.

Os manifestantes concentravam-se no início da Avenida Lourenço Peixinho, junto do Largo José Estêvão. Com o intuito de desmobilizar os manifestantes, antes daquela hora apareceu naquele largo



um grande contingente da Polícia de Choque, acompanhado de cães. Mas, enquanto os polícias estavam nervosos, com o oficial que os comandava muito pálido, sempre a olhar para o relógio, os manifestantes iam-se concentrando e circulavam mesmo entre eles, com um grande à-vontade. Juntou-se uma multidão que, à hora marcada, arrancou avenida acima, deixando a polícia na sua retaguarda... à frente dos manifestantes seguiam, de braço dado uns aos outros, muitos dos

oposicionistas conhecidos no País. Após os primeiros metros, a multidão começou a cantar «A Portuguesa». Então a polícia atacou à bruta e viram-se as cenas do costume em tais ocasiões. Muitos dos donos das casas que ladeiam a avenida abriam as suas portas, convidando os manifestantes a refugiarem-se nelas. A polícia, para criar um ambiente de pânico, além de bater e ferir as pessoas, dava com os bastões nos vidros de algumas montras, quebrando-as com grande barulho. A manifestação foi dispersa, mas os manifestantes não desertaram da avenida, voltando logo a aparecer nela, individualmente e em grupos, indignados mas ao mesmo tempo encorajados porque tinham enfrentado o poder fascista. O temor não os dominou.

Recomeçaram as sessões desse último dia do Congresso. Presidi à oitava sessão, aquela que tratava mais directamente da «política», que se realizou no salão do cinema e creio que ninguém dos que ali estiveram pode esquecer aquele ambiente escaldante. Centenas de pessoas ocupavam as cadeiras e as coxias, umas sentadas e outras de pé, alegres, vibrantes e explosivas. Os oradores sucediam-se, dispondo cada um de cinco minutos. Eliminei os títulos profissionais e a todos chamava só pelo nome, acentuando assim um ambiente de igualdade democrática. Fui dando conhecimento aos congressistas dos actos que as autoridades, de cabeça perdida, iam praticando, desde cercar Aveiro, aconselhando as pessoas que para ali se dirigiam a que não fossem, porque havia graves tumultos na cidade; proibiam que os automóveis continuassem em direcção a Aveiro, mas os seus ocupantes seguiam a pé; param o comboio rápido, etc. Fui comunicando tudo isto aos congressistas, que ferviam de indignação, mas também de riso. Li, com voz emocionada, a «mensagem aos clandestinos», que tinha sido mandada para a mesa da presidência e que o Congresso aprovou por aclamação. Quando a sessão terminou, a instalação sonora transmitiu o «Avante, Camarada!». Com esta canção, de fé e

Os conhecimentos da realidade nacional transmitidos pelas cerca de duas centenas de teses apresentadas eram



EM FOCO



uma cabal demonstração, perante o País, de que a Oposição Democrática sabia o que queria, que o povo podia confiar. E, como mais tarde confessaram, houve futuros «capitães de Abril» que ganharam com o Congresso de Aveiro novas certezas no caminho que já visionavam para derrubar o regime.

Um ano depois dos congressistas terem saído do Congresso da Oposição Democrática ao som do «Avante, Camarada!», numa madrugada, ouvia-se pela rádio uma outra canção: «Grândola, Vila Morena». Começava a Revolução do 25 de Abril. Desejoso de que não corresse sangue, o Movimento das Forças Armadas aconselhava as pessoas, nos seus comunicados, a que não saíssem de casa. Mas quando os tanques da Escola Prática de Cavalaria chegaram ao Largo do Carmo, em cujo quartel Marcelo Caetano se refugiara, os soldados que os conduziam foram abraçados por uma multidão de civis. Homens e mulheres estavam, na rua, ao seu lado. Ali perto, jovens apedrejavam os blindados da Guarda Republicana. Uma vez mais os cidadãos — uns de farda e outros à paisana — faziam em comum a História.



3º CONGRESSO DA OPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA



rito dos blocos USA-URSS e da presença na Itália de duas grandes forças populares como a Democracia Cristã e um Partido Comunista com 34 por cento, tinha garantido um certo controlo à camada mais liberal e antioperária do capitalismo italiano. As contradições interimperialistas dos anos 70 e 80 (a queda do dólar, a euforia da bolsa, as melhores condições de câmbio financeiro) forneceram ao imperialismo italiano a possibilidade de reforçar-se e de internacionalizar-se. Este pôde conquistar novos e imensos mercados mundiais, alargando-se para Leste, para todo o Mediterrâneo, para a região africana do Sahel, para o Médio-Oriente. Os novos e fabulosos processos de acumulação do neo-imperialismo italiano juntaram-se depois à crise do movimento operário internacional e à queda da URSS e do "socialismo real". Na Itália, foi fácil às forças do capital vencerem a já débil resistência da esquerda italiana: os sindicatos puseram-se de joelhos; a hegemonia cultural capitalista favoreceu o estio-lamento do PCI e o nascimento de um PDS mais "mole"; é posta em marcha uma gigantesca reestruturação do aparelho produtivo, toda ela virada contra as condições de vida dos operários e para a redução da força de

trabalho; assim se alargaram as relações capitalistas a novas e vastíssimas áreas da produção; assim se chegou por fim a uma altíssima concentração e centralização monopolista do capitalismo italiano.

Sobre estas novas bases materiais, as forças do capital lançaram na Itália uma gigantesca campanha de luta no sentido da desestruturação do antigo sistema interclassista edificado pela DC e pelo PCI, a fim de abrir no nosso

In Francia la destra col 40% dei voti ottiene l'80% dei seggi Vogliamo ripetere l'errore anche in Italia? Perché non accada IL 18 APRILE VOTA NO



Partito della Rifondazione comunista

país aquele processo de reestruturação neoliberal que é também a causa da involução autoritária actual.

As forças políticas, que em 18 de Abril pedem ao povo italiano para votar a introdução da lei eleitoral maioritária, são assim as forças que representam, no campo infra-estrutural, aquelas forças do capital interessadas em destruir completamente a oposição e em levarem a Itália pelo caminho de uma completa "thatcherização".

Ancona, uma cidade ocupada

Ancona é uma cidade marítima italiana, defronte da costa jugoslava. No seu porto cruzam-se durante todo o ano os navios carregados de grão da Argentina, de madeiras de África, de petróleo do Médio Oriente. Neste Inverno, em Fevereiro, os navios do porto de Ancona mudaram e, em lugar dos velhos e pacíficos cargueiros, apareceu uma grande e moderna frota de guerra. É a frota enviada pelos EUA e pela ONU para garantir o embargo contra a Sérvia.

Desde os primeiros dias de Fevereiro, chegaram ao porto de Anconá o porta-aviões americano "Guam", o navio de apoio inglês "Argus" e três fragatas - a britânica "York", a espanhola "Cataluña" e a turca "Anitippe", às quais se veio a juntar mais tarde a fragata americana "McInerney". Estes navios constituem apenas uma pequena parte da frota que militarizou o mar Adriático. De facto, são já 39 as unidades de guerra que cruzam este mar, prontas a transformar a sua "acção de paz" numa intervenção aberta na ex-Jugoslávia - 6 unidades da UEO (União Europeia Ocidental); 6 da NATO; e depois as esquadras inglesa, francesa e americana. A esquadra yankee é a mais numerosa, com o porta-aviões "Kennedy" acompanhado de seis navios de apoio, do porta-helicópteros e porta-aviões "Guam" e Iwo Jima, escoltados por dois navios de abastecimento e de 3 unidades de desembarque.

Ancona, nestes dias de Inverno, tornou-se como que em cidade ocupada por exércitos estrangeiros: dos navios de guerra fundeados no seu porto vêm os marinheiros turcos, franceses, espanhóis, ingleses. E sobretudo os "marinheiros" americanos, com os seus modos de

patrões do mundo e o seu passo imperial-yankee que abre clareiras em redor. A população de Ancona está fortemente alarmada com a presença desta frota de guerra no porto. Os cidadãos sabem que a crise jugoslava pode agravar-se de um dia para o outro, e sabem que pode ocorrer uma intervenção militar directa do Ocidente contra a Sérvia, comandada pelos americanos. Se tal acontecesse, e se os navios de guerra contra a Sérvia partissem de Ancona, a cidade tomar-se-ia um ponto privilegiado da resposta militar. Ancona e a Itália ver-se-iam envolvidas numa guerra que não querem.

Na cidade já ocorreram situações difíceis entre a população e os "marinheiros" americanos. Uma rapariga eslava, fugida de Serajevo para vir viver e trabalhar em Ancona, foi importunada e agredida por um "marine" americano embriagado.

A situação, já de si grave pela militarização do porto de Ancona, piorou ulteriormente com a militarização do vizinho aeroporto de Falconara, onde já chegaram os C-130 americanos e se está instalando uma base aérea militar USA-ONU. A militarização do aeroporto está a desenrolar-se a grande velocidade e no mais total secretismo: jornalistas e cidadãos, atraídos pela inquietante notícia e pelo ruído dos aviões, foram violentamente afastados pelas polícias americana e italiana. Entretanto, a Prefeitura de Ancona deu ordem às tropas do exército italiano para reforçarem a defesa do aeroporto.

A inquietação e o medo instalam-se entre os habitantes de Ancona. Junka, uma pacifista de Zara, afirmou a uma rádio local: "Os habitantes de Ancona devem mandar embora os navios de

guerra. Ancona poderá ver-se envolvida no conflito. Apesar de Clinton, a ONU está hoje completamente submetida aos interesses americanos. Actualmente, qualquer intervenção americana na ex-Jugoslávia seria apenas de sinal anti-sérvio e não traria a paz. Favoreceria o desencadear de um grande Vietnã no coração da Europa."

Para além do porto de Ancona, os navios de guerra americanos e da ONU estão a militarizar outras cidades costeiras italianas. É de 23 de Março a notícia de que, na cidade de Bari, a Sul de Ancona, a população foi aterrada pelos bombardeamentos de navios americanos que iniciaram exercícios de guerra com uma longa série de aterradoras explosões que foram ouvidas em toda a região de Puglia.

O Partido da Refundação Comunista foi a primeira força italiana a aparecer em campo na defesa da paz na ex-Jugoslávia e contra qualquer intervenção militar externa. A Refundação Comunista apresentou uma interpelação no Parlamento e no Senado e entregou um documento contra a militarização do porto de Ancona e do aeroporto de Falconara no Conselho Regional de Marche, a região da cidade de Ancona.

Em Ancona, a Refundação Comunista encontrou-se à frente da batalha pacifista e trabalhou com todas as suas secções e militantes para o êxito de uma Marcha pela Paz, em 28 de Março, que partiu do porto de Ancona e percorreu 13 quilómetros até ao aeroporto de Falconara. Na manifestação, lançada por forças católicas, pacifistas e de esquerda, participaram mais de dez mil pessoas.

■ Fosco Giannini

Já em distribuição por todo o país



PCP

PROGRAMA e ESTATUTOS

Aprovados no XIV Congresso realizado de 4 a 6 de Dezembro de 1992

edições
Avante!

A pátria esquecida

■ Zillah Branco

Se os governantes olhassem com olhos de ver e deixassem que a sensibilidade falasse mais alto que o desejo de camuflar tudo o que é triste, veriam que a realidade que o emigrante hoje suporta é dramática. Mas, para isso seria necessário substituir os frios indicadores financeiros pelos valores humanos que se ligam a identidade cultural, à pátria, à família.

«Hoje somos todos europeus, não há fronteiras para os povos da Comunidade Europeia». Assim dizia, com aparente satisfação, um jovem português numa pequena cidade da Alsácia. É estudante, os seus pais são operários num país onde a segurança social é um facto, tem uma casa com todo o equipamento doméstico necessário à vida moderna, carro, roupas adequadas ao inverno mais rigoroso. Comparam-se a outros que permaneceram em Portugal e acham-se cheios de sorte. «Todos são igualmente europeus, mas você prefere ficar aqui e passar férias em Portugal... na falta de melhor, como acrescentou outro jovem». O problema não está na abertura das fronteiras, mas no recheio da carteira. «Quem pode viajar? Que sacrifícios foram feitos pelos seus pais quando vieram? Por que os europeus que nascem aqui permanecem no seu país e os de Portugal emigram?»

Começam então os relatos dos mais velhos sobre as dificuldades enfrentadas, os problemas de legalização como emigrantes, os empregos incertos, a constante ameaça de desemprego com a redução do pessoal das grandes empresas, a saudade imensa dos familiares e amigos de toda a vida que ficaram em Portugal.

A ingenuidade do jovem, que faz com que ele veja apenas as vantagens recebidas mas não o preço pago pelos pais e por ele mesmo obrigado a crescer longe da sua pátria, faz lembrar os discursos demagógicos de muito dirigente adulto que tem a obrigação de conhecer todos os lados do problema. Não conhece porque não estuda, ou finge não conhecer para não perturbar a visão fantasista. Medem tudo em termos dos recursos de que dispõem, e como adoptaram uma «nacionalidade» mais ampla, europeia, nada têm a ver com as raízes, com uma pátria, com uma cultura.

O estudo do português

Todos procuram falar o português em casa para que os filhos pequenos aprendam, «mas quando estamos com pressa misturamos com o francês ou só falamos francês».

Nas escolas os alunos podem optar pelo português, mas têm que deixar outra língua como o inglês ou o alemão. Aí é que os problemas começam a tomar forma. O estudante vê abrir-se à sua frente o caminho para a formação profissional na sociedade em que se integra. Tanto o alemão como o inglês são mais importantes para o curriculum. Mesmo que a vocação seja tornar-se professor de português, terá de dominar o alemão que é a segunda língua na Alsácia e o inglês que se impõe como condição de comunicação em outros países da Comunidade. O português, então fica por conta das conversas em casa.

A imagem do desenvolvimento

«Somos todos europeus», mas «as coisas em Portugal estão mais atrasadas». Lembram a situação da aldeia onde ficaram os avós que visitam nas férias ou repetem as histórias recentes dos novos emigrantes que fugiram ao desemprego em Setúbal, no Alentejo, no Norte.

«Faço um curso de nível médio que me dá acesso a um bom mercado de trabalho em França. Tenho receio de, em Portugal, não encontrar equivalência. Então ficarei como se não tivesse qualquer formação», disse um dos poucos jovens que mostrou vontade de viver no «seu» país. Esse sentimento é raro, depende muito da formação familiar que tem, do amor que os pais conservam pela terra de origem.

Conversei com um emigrante que fica com os olhos marejados ao falar em Portugal. Foi para a França há 22 anos, em busca de emprego. Trabalhou duramente e, «por sorte, com um bom patrão». Agora poderia voltar, mas não tem coragem de abandonar as condições de estabilidade que conquistou depois de uma vida inteira de trabalho. «O trabalhador aqui é mais respeitado, porque os sindicatos têm força e as conquistas dos trabalhadores são verdadeiras leis». Por outro lado, a segurança social é um facto: «se precisar ser hospitalizado, se necessitar medicamentos, não pago nada porque tanto o sistema de segurança social da empresa como o do município cobrem estas despesas. Em Portugal, nas férias, gastei muito dinheiro porque precisei fazer um tratamento de urgência». Ele chora a perda da pátria que ama e foge de um Estado que o abandona.

Um casal já idoso tinha a mesma opinião. Deixaram de pensar em voltar para Portugal por causa das dificuldades que teriam de enfrentar aqui. «Já passaram tantos anos, todos os amigos emigraram para diferentes países, muitos

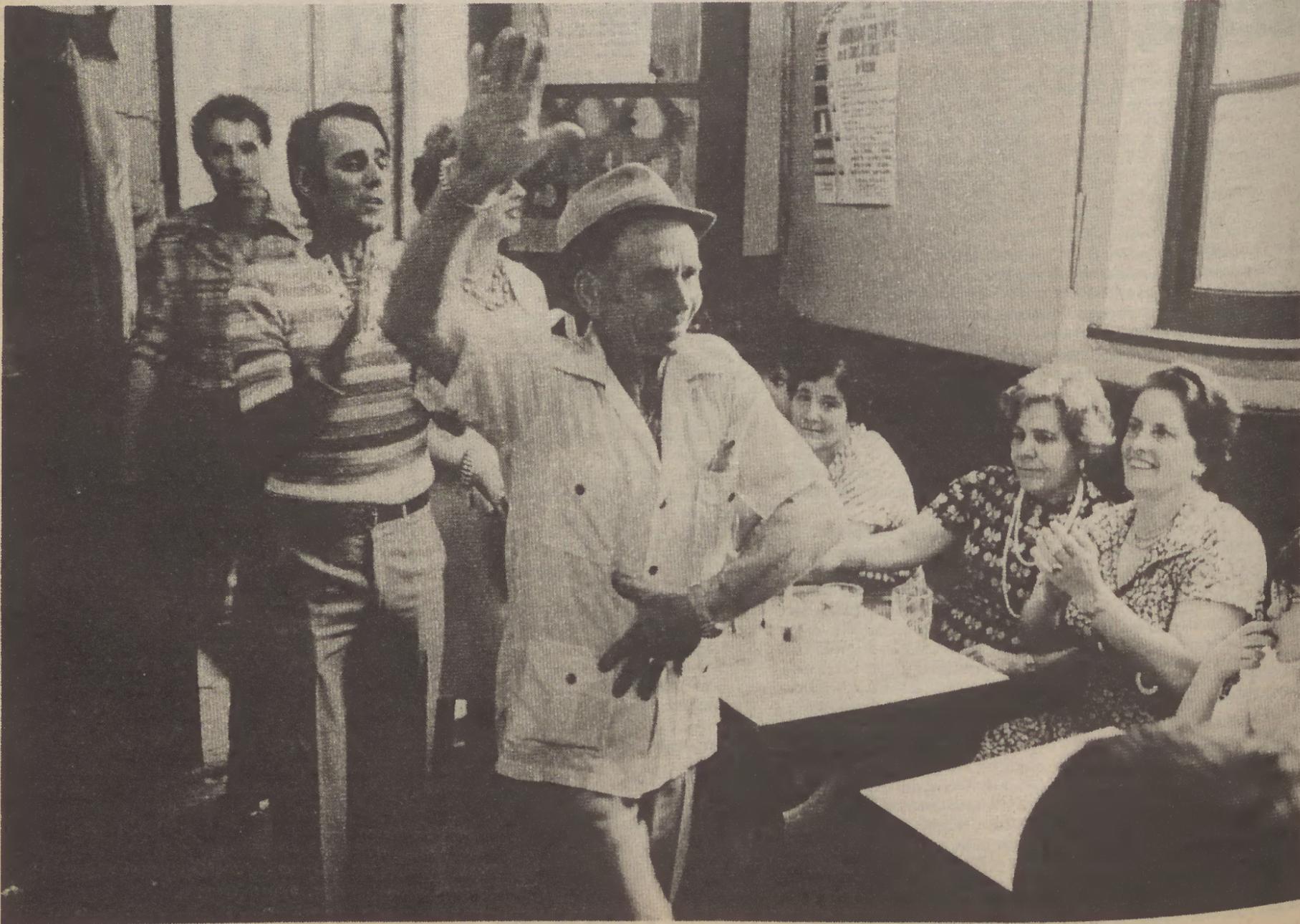
parentes já faleceram...» É o corte sofrido e irremediável. «Sentem-se franceses?» «Não, convivemos, mas não é a mesma coisa. Temos uma casa de renda baixa por sermos de terceira idade e a minha mulher, que só trabalhou fazendo limpezas em casas, tem uma reforma que soma aos anos de serviço dois anos por cada filho». São vantagens, não há dúvida. O preço foi perder a pátria, viver o resto da vida como estrangeiro em terra alheia.

Organização social

Não é por acaso que na França ou na Alemanha o cidadão que estiver integrado na vida laboral tem maior estabilidade. As tradições centenárias da acção sindical e de um Estado que assume a responsabilidade pela sobrevivência condigna dos cidadãos têm resistido às arremetidas das modernas estratégias impostas pelo neoliberalismo. Bismarck introduziu, no século XIX, o primeiro sistema de segurança do Estado para os trabalhadores. Eram governos conservadores mas que defendiam a sua população como mão-de-obra para o desenvolvimento da produção nacional. Os movimentos de ideias socializantes impuseram essas medidas aos outros países da Europa. São conquistas sedimentadas, cuja alteração fará tremer os alicerces dos governos.

A estratégia que levou a atrair emigrantes dos países subdesenvolvidos com salários baixos e sem garantias legais só conseguiu aumentar o desemprego, mas este ficou acobertado como problema social pelos altos subsídios e pelas garantias da segurança social. Hoje tal situação é mais clara: uns são europeus (se estiverem legalizados e com emprego), outros são párias, sujeitos às manifestações de preconceito xenófobo e às agressões racistas. A Europa de hoje é como as grandes mansões dos ricos que abre as suas portas da frente para os da sua estirpe enquanto que os outros vão pela cozinha ou param nos portões da polícia de fronteira. Que belos discursos humanistas, que falam nos povos irmãos, só enganam os que querem ser enganados ou os que ignoram totalmente a realidade.

Os que hoje são emigrantes sabem que «somos todos europeus, mas viver num país rico onde as conquistas sociais são respeitadas é mais vantajoso». Que farão os outros dez milhões que têm de ficar em Portugal? Sonham com a possibilidade de também sair? Estaremos na ante-sala de uma Europa realmente desenvolvida?



PONTOS CARDEAIS

Governo aberto

Se o Presidente da República preferiu ser discreto e remeter-se ao silêncio, abdicando de mais uma Presidência aberta para não projectar sombras nas autárquicas que se aproximam, igual atitude não tomou Cavaco Silva nem o seu Governo. Pacote atrás de pacote — e enquanto a oposição nem pia, submetida ao silêncio e enclausurada nos corredores de S. Bento que a maioria fechou aos jornalistas — Cavaco Silva anda numa euforia de benesses ao País. Valha a verdade, ainda ninguém percebeu quem vai gastar esta chuva de milhões para acabar com barracas, para fazer renascer a indústria e a agricultura. O que já perceberam os interessados — gente sem casa, agricultores e trabalhadores — é que não vão ser eles a arrecadar os benefícios de tanto milhão. E mesmo alguns economistas começam já a «explicar» que não é dinheiro que caia do céu, que alguém o vai pagar, certamente o mesmo Zé de sempre. Mas isso não obsta que Cavaco continue em campanha. Parece que vai explicar ao País que somos de novo um oásis. Há dias, de resto, foi ao Vale do Ave para limpar horizontes.

Inquirido por um jornalista sobre se os Fundos de Coesão chegam para pagar a despoluição, Cavaco, em campanha de «Governo aberto», disse que sim. Pagam os fundos, pagam as empresas e pagam as autarquias. Ele, Cavaco, é que não paga nada. Não está cá para isso...

Milhões

Quando se ouve falar de milhões, é sempre de desconfiar. É que as contas são quase sempre feitas a diminuir nos bolsos dos contribuintes-trabalhadores, e a somar num monte que é raramente dividido. Por isso, quando se diz milhões, diz-se quase sempre pacotes de medidas que não têm resultados nos bolsos dos mais pobres; ou diz-se «ajudas» que são pagas com língua de palmo. De qualquer modo, «milhões» é palavra impressionante e serve, normalmente, apenas para impressionar. Foi o que o Presidente Clinton quis fazer, decerto, quando se mostrou disposto a abrir os cordões à bolsa — não dele, mas dos americanos — para oferecer mil e seiscentos milhões de dólares a Ieltsin, para ajudá-lo na sua «democrática» e devastadora tarefa. Ieltsin

pode assim arranjar uns pacotes de medidas para ver se ganha o referendo. Os russos, esses, cabe-lhes embasbacarem-se com tanto dinheiro. Se fizerem as contas, porém, verificarão que não lhes chega, a cada um, para comer uns hamburgers no McDonald moscovita. É uma espécie de jackpot a dividir por todos os apostadores.

Amêndoas

Por cá, entretanto, chegada a quadra festiva, anunciam-nos milhões... de amêndoas. Nada menos — a crer no «Correio da Manhã», de três mil toneladas. Ou seja, para impressionar mais, três milhões de quilos! Feitas as contas, porém — e quem é pobre está sempre a fazê-las — cabem cerca de 300 gramas a cada português, para rilhar nos próximos dias. Já não é mau, tendo em conta que amêndoas de mais acabam por estragar os dentes. No entanto, é preciso ter em atenção que isto da estatística tem que se lhe diga. Quando nos anunciam que cada português come trezentos gramas de amêndoas por Páscoa, o certo e sabido é que andam uns poucos a roer alguns quilos e a maioria a roer-se de vontade

Gazetilha

Epigrama

— Diga um nome candidato (perguntou o jornalista).
Respondeu o Liberato:
— Macário é o nome em vista.

Com medo que mal ouvisse o repórter, sem chacota,
— Eu pedia um nome — disse —
não pedia uma anedota...

A sorte do ambiente

O Congresso do Ambiente em Lisboa aconteceu.
Espanto de muita gente:
Borrego não apareceu.

Assim muito simplesmente cono é sua condição o Congresso do Ambiente decorreu sem poluição...

A entrevista entrevada

— Acha que o PS em França perdeu, na aresta do vento, por falta de confiança?
— Desculpe, mas não comento.

Acha que na Itália a mão de um PS de espanto se cortou na corrupção?
— Desculpe, mas não comento.

— Acha que o desastre espreita um PS que sem tento dê a mãozinha à direita?
— Desculpe, mas não comento.

Tá bém, não comente, embora condene eu o ideal postiço. Só lhe peço, aqui e agora que pense um pouquinho nisso...

Bocas por boca

Vem um que diz e logo um outro vem que diz também do ar do seu pelouro peço, desenha as asas de um besouro o mal-estar dos ratos de armazém.

Dá a cara alguém que diz o que convém e vai logo num ai pelo sorvedouro. Há quem, após falar, leve no couro sem amigos, sem nada e sem ninguém.

Não importa o que digam na alta briga pois ouvindo-os dizer logo há quem diga que eles dizem os ditos tefe-tefe,

o que não quer, por falta de coragem ou simplesmente p'ra safar a imagem o que não quer dizer o Grande Chefe...

frases da Semana

“Se Savimbi tivesse tido a lembrança de ter colocado um vulgar “cameraman” nas fileiras da UNITA, de certeza que as imagens por ele colhidas suplantariam em larguíssima escala o sofrimento e a dor (apesar de tudo cruéis) que está patente nos registos em vídeo feitos do lado do MPLA.”

(Xavier de Figueiredo, jornalista - «Semanário», 3.04.93)

“Lucas Pires diz que a Europa não está tão mal como se apregoa e que em Portugal se sentem “dores de burro” - dores cá de dentro que atribuímos a razões externas. Não fosse Lucas Pires inteligente e as suas palavras não teriam eco. Seriam, elas sim, vozes de burro.”

(Victor Cunha Rego - «Diário de Notícias», 6.04.93)

“É preciso contrariar a ideia de que existe no PSD uma mentalidade policiesca.”

(Rui Machete - «O Diabo», 6.04.93)

“Já não há fascistas... Perdão, nunca houve fascistas...”

(Mário Castrim - «O Diabo», 6.04.93)

“Pedro Caldeira perdeu a noção do dinheiro.”

(Nandim de Carvalho - «O Diabo», 6.04.93)

“O paraíso não era a leste. O PCP dá-se por muito feliz por a geopolítica o ter situado a oeste.”

(José Barros Moura - «Seminário», 3.04.93)

“O que precisamos é um número óptimo.”

(Boris Ieltsin, sobre o apoio do EUA à Rússia - «Público», 4.04.93)

“Antes de cuidar da imagem da CE, Pinheiro deve tratar da sua.”

(«Expresso», 3.04.93)

“Os assuntos da cultura absorvem-me completamente.”

(Santana Lopes - «Diário de Notícias», 31.03.93)

“O hábito não faz o monge.”

(Ditado popular, em anúncio publicitário - «Seminário», 3.04.93)

“O pior ainda está para vir.”

(Jean Poperen, PS francês - «Público», 7.04.93)



II JORNADAS DE REFLEXÃO E DEBATE SOBRE LISBOA

Sábado, 17 de Abril

09h30, CT Vitória

- A actividade da CML e dos Pelouros do PCP - visita de autocarro a vários locais da cidade

15h00, Junta de Freguesia de Alcântara

- Objectivos programáticos para o mandato 94/97
- Apresentação dos núcleos fundamentais das listas para a CM e AM de Lisboa
- Intervenções finais - ID, Verdes e PCP

Participação de Luís Sá



Agenda

Plenário CDU da freguesia de Alvalade: terça-feira às 21.00 no Centro de Trabalho da Av. António Serpa.

CASCAIS

Reunião de camaradas bancários residentes no concelho de Cascais: quarta-feira, às 18.30, no Centro de Trabalho de Cascais, com a participação do camarada Romeu do Rosário.

LISBOA

Reunião do Sector Oriental de Empresas de Lisboa com a participação do camarada Albano Nunes: no Centro de Trabalho de Marvila, terça-feira às 18.45.

Plenário CDU da freguesia de S. João de Deus: terça-feira às 21.00 no Centro de Trabalho da Av. António Serpa.

Plenário CDU da freguesia de Benfica: terça-feira às 21.30 no Centro de Trabalho de Benfica, com a participação de Carlos Rabaçal.

Plenário CDU da freguesia de Campo Grande: quinta-feira, dia 15, às 21.00 no Centro de Trabalho da Av. António Serpa.

«A situação na Jugoslávia e nos

Actualidade em debate no VITÓRIA

15 de Abril - 5.ª feira - 19 horas

A situação na Jugoslávia e nos Balcãs

com Carlos Aboim Inglez

Membro da Comissão Central de Controlo do CC do PCP

Balcãs» - Debate no Centro de Trabalho Vitória, com a participação do camarada Carlos Aboim Inglês. Quinta-feira, dia 15, às 19.00.

PAREDE

Reunião da célula dos Reformados - hoje, quinta-feira, às 15.00, no Centro de Trabalho da Parede.

S. DOMINGOS DE RANA

Reunião da célula dos Reformados - hoje, quinta-feira, às 15.30, no Centro de Trabalho de S. Domingos de Rana.

TORRES NOVAS

Reunião da Comissão Coordenadora da CDU - hoje

às 21.30 no Centro de Trabalho do PCP.

VILA NOVA DE GAIA

Encontro sobre o sector do Calçado de Vila Nova de Gaia - sábado, dia 17, às 15.00, na Junta de Freguesia de Oliveira do Douro.

Encontro sobre o Sector do Calçado de Vila Nova de Gaia

Sábado, dia 17, às 15h
Junta de Freguesia de Oliveira do Douro

25 de Abril Um ano

Jornais, revistas e cartazes publicados de 25 Abril 74 a 25 Abril 75

A Imprensa do tempo do fascismo

- Debates
- Exposição até fim de Abril no CT de Benfica

ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA E DESENVOLVIMENTO CULTURAL

Encontro de autarcas, técnicos e artistas para reflectir sobre a actividade cultural desenvolvida pelas autarquias e instituições culturais e seus projectos, particularmente de âmbito metropolitano.

Convento dos Capuchos - 16 de Abril - das 14.30 às 19 horas

As Direcções das Organizações Regionais de Lisboa e Setúbal do PCP

FESTA

1993

Avante!

COMPRE JÁ A SUA

EP ENTRADA PERMANENTE

À venda nas Sedes do PCP

Não deixe para amanhã o que pode fazer hoje



3. 4. 5 SETEMBRO ■ ATALAIA • AMORA • SEIXAL

Avante! Agenda Televisão

Quinta, 8

- 07.30 Bom Dia
10.00 Rua Sésamo
10.30 Loja das Ideias
11.00 As Diabruças do Pimentinha
11.30 Notas para Si
12.50 Culinária
12.05 Mico Preto
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Gerações
14.55 Perícia e Glória
14.25 Ponto por Ponto
15.05 Meu Querido Pai
16.40 Rua Sésamo
17.05 Brinca Brincando
17.50 Malta Portuguesa
18.40 Roda da Sorte
19.20 Cinzas
20.00 Telejornal
20.35 Pedra sobre Pedra
21.45 Grande Noite
23.00 Allô, Allô
23.30 O Anel do Escorpião
00.20 24 Horas

Sexta, 9

- 07.30 Bom Dia
10.00 Rua Sésamo
10.30 Loja das Ideias
11.00 Pole Position
11.30 Agora é que São Elas
11.50 Culinária
12.05 Mico Preto
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Quo Vadis
17.05 Brinca Brincando
17.45 Malta Portuguesa
18.40 Roda da Sorte
19.20 Cinzas
20.00 Telejornal
20.35 Pedra sobre Pedra
21.40 Marina, Marina
22.15 A Águia Solitária
00.40 24 Horas
01.30 As Sandálias do Pescador

Sábado, 10

- 08.00 Programa Infantil e Juvenil
12.10 Luta Livre Americana
13.05 Parlamento
13.40 Mercado Único
13.50 Clube Disney
15.15 O Regresso do Cavalo Negro
17.30 Feira da Música
18.05 Arca de Noé
18.50 O Herói Relâmpago
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
20.40 Felicidade
22.30 Parabéns
00.05 Sessão Dupla I
01.40 Sessão Dupla II - «Os Estranguladores da Índia»

Domingo, 11

- 08.00 À Mão de Semear
08.25 Programa Juvenil
10.25 Missa da Basílica de S. Pedro
12.40 Programa Infantil e Juvenil
13.00 Notícias
13.05 Os Melhores Anos
13.35 Top +
14.25 Olha que Dois
15.20 Beverly Hills 90210
16.20 O Mundo Fantástico de Oz

Segunda, 12

- 07.30 Bom Dia
10.00 Rua Sésamo
10.30 Loja das Ideias
11.00 Mike e Angelo
11.30 Agora é que São Elas!
11.50 Culinária
12.15 Bebê a Bordo
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Gerações
14.00 Vida Selvagem
14.25 Ponto por Ponto
14.55 A Estalagem Vermelha

Terça, 13

- 07.30 Bom Dia
10.00 Rua Sésamo
10.30 Loja das Ideias
11.00 Lola e os Amigos
11.30 Notas para Si
11.50 Culinária
12.15 Bebê a Bordo
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Gerações
13.55 O Mundo da Ciência
14.25 Ponto por Ponto
14.55 Vento de Mudança
16.25 Rua Sésamo
16.55 Brinca Brincando
17.35 Crime, Disse Ela
18.25 A Roda da Sorte
19.00 A Banqueira do Povo
20.00 Telejornal
20.35 Pedra sobre Pedra
21.40 Isto Só Vídeo
22.15 Você Decide
23.10 De Caras
00.25 24 Horas

Quarta, 14

- 07.30 Bom Dia
10.00 Rua Sésamo
10.30 Loja das Ideias
11.00 Inspector Engenhocas
11.30 Isto é Magia
11.50 Culinária
12.15 Bebê a Bordo
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Gerações
13.55 Ponto por Ponto
14.35 A Tragédia do Capitão Scott
16.30 Rua Sésamo
17.00 Brinca Brincando
17.35 Crime, Disse Ela
18.25 Roda da Sorte
19.00 A Banqueira do Povo
20.00 Telejornal
20.35 Pedra sobre Pedra
21.40 Vamos Jogar no Totobola
21.50 Impacte Súbito
23.45 Murphy Brown
00.10 24 Horas

- 09.00 Videotexto
10.30 Grandes Tormentos
10.55 Infantil
11.30 La Florentine
12.30 Os Roberts
13.00 Luas de Mel
13.35 Agora, Escolha!
14.55 Uma Questão de Consciência
15.30 Euroritmias
16.20 Nascido para Falar
17.15 Chá das 5
18.05 Carrusel
19.15 Os Trintões
20.10 Ballado
21.25 Barriga de Aluguer
22.30 TV2 Jornal

- 09.00 Videotexto
10.30 Grandes Tormentos
11.00 Infantil
12.00 Walter e Emily
12.30 Os Roberts
13.00 Luas de Mel
13.25 Euroritmias
14.55 Uma Questão de Consciência
15.25 9ª Sinfonia de Beethoven
16.35 Odisseia Animal
17.25 Entrevista: Michael Jackson
18.30 Carrusel
19.15 Rotações
20.00 Dramazine
20.30 Acerto de Contas

- 08.00 Caminhos
08.30 Novos Horizontes
09.00 Universidade Aberta
11.45 O Barco das Ilusões
13.30 Cinzas (Compacto)
16.00 TV2 Desporto
23.05 Vigília Pascal
00.50 Salomé
12.00 Quadrilha Selvagem
12.30 Aventuras dos T-Rex
13.00 Stingray, o Super Submarino
13.30 Batman
14.00 Sic Notícias
14.05 As Mais Belas



«Dona Branca»: Eunice Muñoz pela primeira vez em telenovela - a partir de 2.ª feira no Canal 1

- 13.05 Sons do Sol
19.05 Preço Certo
20.00 Jornal de Domingo
20.40 Felicidade
22.10 Casa Cheia
22.50 Os Três Renegados
00.25 Conversa Afada
08.00 Os Persuasores
09.00 Regiões
10.30 Programa Juvenil
11.20 Uma Família para Joe
11.50 National Geographic
12.40 Forum Musical
13.40 Realce
14.05 Os Novos Invasores
14.50 TV2 Desporto
22.00 Julio Iglesias
23.00 Capitães da Areia
23.45 Bailado

- 16.25 Rua Sésamo
16.55 Brinca Brincando
17.35 Crime, Disse Ela
18.25 A Roda da Sorte
19.00 A Banqueira do Povo
20.00 Telejornal
20.35 Pedra sobre Pedra
21.40 Cupido Electrónico
22.20 Entre Famílias
23.30 A Guerra Privada de Lucinda Smith
00.25 24 Horas
09.00 Videotexto
10.30 Grandes Tormentos
10.55 Infantil
12.05 Eternos Novatos
12.30 Os Roberts
13.00 Luas de Mel
13.35 Agora, Escolha!
14.55 Uma Questão de Consciência
15.35 Euroritmias
16.25 Terra de Fogo e Sangue
17.15 Chá das Cinco
18.15 Carrusel
18.55 Os Trintões
19.50 Cinemagazine
20.30 Artes e Letras - «Lillian Gish»
21.30 Barriga de Aluguer
22.30 TV2 Jornal
23.00 Remate
23.10 Frente a Frente
00.10 Brincando com o Fogo

- 20.20 As Asas da Tragédia
21.25 Ao Som do Automóvel
21.30 Barriga de Aluguer
22.30 TV2 Jornal
23.00 Remate
23.10 O Marido da Cabeleireira
16.30 Sic Notícias
16.35 Laços de Família
17.05 Os Gladiadores Americanos
18.00 Praça Pública
18.30 Sic Notícias
18.40 Gente Fina
19.30 Jornal da Noite
20.05 De Corpo e Alma
20.50 Placard Electrónico
21.30 Phoenix
22.20 Terça à Noite
23.20 Jogar em Casa
24.00 Último Jornal
00.20 MTV

- 09.00 Videotexto
10.30 Grandes Tormentos
10.55 Infantil
12.05 O Império de Brittas
12.30 Os Roberts
13.00 Luas de Mel
13.30 Agora, Escolha!
14.55 Uma Questão de Consciência
15.30 Euroritmias
17.15 Chá das Cinco
18.10 Carrusel
18.50 Trintões
19.40 Magazine Architecture
20.10 As Aventuras da Liberdade
21.15 Barriga de Aluguer
22.30 TV2 Jornal
23.00 Remate
23.10 Entre o Céu e o Inferno
01.30 Tauromaquia
16.30 Sic Notícias
16.35 Laços de Família
17.05 Os Gladiadores Americanos
18.00 Praça Pública
18.30 Sic Notícias
18.40 Gente Fina
19.30 Jornal da Noite
20.05 De Corpo e Alma
20.50 Placard Electrónico
21.30 Príncipe de Bel Air
22.00 Batalhas Conjugais
22.50 Sexo Forte
23.45 Último Jornal
00.05 MTV



Murphy Brown, mãe solteira - desafio à América conservadora. Na 4.ª feira à noite no Canal 1



«Deseja-me sorte», uma série inglesa sobre a Resistência. Sábado na Sic

- 23.00 Remate
23.10 Interiores
00.10 A Última Aventura de D. João
16.30 Sic Notícias
16.35 Laços de Família
17.05 Os Gladiadores Americanos
18.00 Praça Pública
18.30 Sic Notícias
18.40 Gente Fina
19.30 Jornal da Noite
20.05 De Corpo e Alma
20.50 Placard Electrónico
21.30 Repórter da Meia-Noite
22.20 Conta Corrente
23.20 Internacional SIC
23.55 Último Jornal
00.15 Jornalouco
00.20 MTV

- 21.15 Via Sacra (transmissão directa)
22.30 TV2 Jornal
23.25 Barriga de Aluguer
00.15 A Vida do Coronel Blimp
16.30 Sic Notícias
16.35 Laços de Família
17.05 Os Gladiadores Americanos
18.00 Praça Pública
18.30 Sic Notícias
18.40 Gente Fina
19.30 Jornal da Noite
20.05 De Corpo e Alma
20.50 Placard Electrónico
21.30 O Caça-Polícias
23.30 Último Jornal
23.40 Jornalouco
23.55 Playboy
00.45 Boxe
01.15 MTV

- Máquinas
14.30 Aventura
15.00 A Batalha do Pó de Arroz
17.00 Justiça Negra
18.00 Selvagens e Perigosos
18.30 Passo a Passo
19.00 Moda Lisboa 93
19.30 Jornal da Noite
20.00 Deseja-me Sorte
21.00 Paixões Secretas
21.30 Crimes
22.00 Água na Boca
22.55 Último Jornal
23.15 Telefilme: «A Marca do Zorro»

- 12.00 Livro da Selva
12.30 Rugrats
13.00 Pássaros de Fogo
14.00 Sic Notícias
14.05 A Saga da Fórmula Um
14.00 Um Planeta Uma Família
15.00 Um Dia em Nova Iorque
17.30 National Geographic Magazine
18.30 Encontros Imediatos
19.00 Benny Hill
19.30 Jornal da Noite
20.00 A Viúva do Enforcado
21.00 Cosby Show
21.30 Luta de Gigantes
23.30 Último Jornal
23.50 Plácido Domingo
00.50 Deixem Correr o Sangue

- 16.30 Sic Notícias
16.35 Laços de Família
17.05 Gladiadores Americanos
18.00 Praça Pública
18.30 Sic Notícias
18.40 Gente Fina
19.30 Jornal da Noite
20.00 De Corpo e Alma
20.50 Placard Electrónico
21.30 Um Príncipe em Nova Iorque
23.40 Tostões e Milhões
00.15 Último Jornal
00.35 MTV



Beethoven - com a 9.ª Sinfonia - e também Hayden e Liszt: 6.ª feira na TV2 e na Quatro

- 16.30 Desenhos Animados
17.05 A Casa do Tio Carlos
17.25 Lágrimas
18.15 Telhados de Vidro
18.40 Rica Saúde
19.00 Missa
20.30 O Espírito Criativo
21.30 Informação
22.00 Documentário
22.35 Informação - «Referendo»
23.35 Os Construtores da História
00.05 Informação
00.20 Meteorologia

- 15.45 Concerto: «Via Crucis», de Liszt
16.30 «A Paixão do Senhor»
18.30 Concerto: «Missa Santa», de Haydn
19.30 Informação Quatro
20.05 Espírito Criativo
21.05 A Bíblia
23.30 Procissões de Sexta-feira Santa
01.00 Ponto Final
01.15 Meteorologia

- 10.00 Infantil
10.30 Documentário
11.00 Qualidade, um Bem Essencial
12.00 Concerto: «A Paixão Segundo S. Mateus», de Bach
15.00 Documentário
15.30 Desporto
16.30 Colégio Interno
17.30 A Túnica
19.30 Informação Quatro
20.05 Espírito Criativo
21.00 Actualidade Religiosa
21.30 Vigília Pascal
00.45 Meteorologia

- 09.00 Cerimónias Religiosas
11.30 A Casa do Tio Carlos
12.30 As Histórias Mais Bonitas
13.00 Rica Saúde
14.00 Telhados de Vidro (compacto)
16.00 Um Lugar de Sonho
17.30 Telemotor
18.00 Heights - A História de um Conjunto
19.00 Janelas Virtuais
19.30 Informação Quatro
20.05 Rumores
20.30 Espírito Criativo
21.30 Hello Dolly
23.15 Meteorologia

- 16.30 Desenhos Animados
17.00 A Casa do Tio Carlos
17.25 Lágrimas
18.15 Telhados de Vidro
18.40 Rica Saúde
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Já Tocou!
20.30 Uma Aventura nos Alpes
21.00 Cresce e Aparece
21.30 A Escolha de uma Mãe
23.15 Desporto
23.45 Ponto Final

- 16.30 Desenhos Animados
17.00 A Casa do Tio Carlos
17.25 Lágrimas
18.15 Telhados de Vidro
18.40 Rica Saúde
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.00 Já Tocou!
20.30 Uma Aventura nos Alpes
21.00 Cresce e Aparece
21.30 Cartas de Amor
22.35 Mancuso
23.20 Frontal
00.20 Informação
00.25 Meteorologia

- 16.30 Desenhos Animados
17.00 A Casa do Tio Carlos
17.25 Lágrimas
18.15 Telhados de Vidro
18.40 Rica Saúde
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.00 Telhados de Vidro
20.05 Já Tocou!
20.30 Uma Aventura nos Alpes
21.00 Cresce e Aparece
21.30 As Coisas Mudam
23.20 Desporto Motorizado
23.25 Ponto Final
24.00 Meteorologia

Filmes na TV

QUINTA, 8

Meu Querido Pai

«Father Dear Father» (Gr. Br./1972). Real.: William G. Stewart. Int.: Patrick Cargill, Natasha Pyne, Ann Holloway, Noel Dyson, Ursula Howells. Cor, 95 min. *Comédia*. (15.05, Canal 1)

A Última Aventura de D. João

«The Private Life of Don Juan» (Gr.Br./1934). Real.: Alexander Korda. Int.: Douglas Fairbanks, Merle Oberon, Binnie Barnes, Joan Gardner. P/B, 84 min. *Histórico*. (00.10, TV 2)

SEXTA, 9

Quo Vadis

«Quo Vadis» (EUA/1951). Real.: Mervyn LeRoy. Int.: Robert Taylor, Dobrah Kerr, Leo Genn, Peter Ustinov. Cor, 161 min. *Ver Destaque*. (13.35, Canal 1)

A Bíblia

«The Bible» (EUA/1966). Real.: John Huston. Int.: George C. Scott, Ava Gardner, Stephen Boyd, Richard Harris, Peter O'Toole, John Huston, Michael Parks. Cor, 174 min. *Ver Destaque*. (21.05, Quatro)

O Caça-Polícias

«Beverly Hills Cop» (EUA/1984). Real.: Martin Brest. Int.: Eddie Murphy, Judge Reinhold, Lisa Eilbacher, John Ashton. Cor, 105 min. *Ver Destaque*. (21.30, SIC)

A Águia Solitária

«The Spirit of St. Louis» (EUA/1957). Real.: Billy Wilder. Int.: James Stewart, Murray Hamilton, Patricia Smith. Cor, 138 min. *Ver Destaque*. (22.15, Canal 1)

A Vida do Coronel Blimp

«The Life and Death of Colonel Blimp» (Gr.Br./1943). Real.: Michael Powell e Emeric Pressburger. Int.: Anton Walbrook, Deborah Kerr, Roger Livesey. Cor, 156 min. *Ver Destaque*. (00.15, TV 2)

As Sandálias do Pescador

«Shoes of the Fisherman» (EUA/1968). Real.: Michael Anderson. Int.: Anthony Quinn, Laurence Olivier, Oskar Werner. Cor, 157 min. *Ver Destaque*. (01.30, Canal 1)

SÁBADO, 10

O Barco das Ilusões

«Showboat» (EUA/1951). Real.: George Sidney. Int.: Kathryn Grayson, Ava Gardner, Howard Keel, Joe E. Brown. Cor, 107 min. *Ver Destaque*. (11.45, TV 2)

A Batalha do Pó de Arroz

«The Harvey Girls» (EUA/1946). Real.: George Sidney. Int.: Judy Garland, Ray Bolger, John Hodiak, Angela Lansbury. P/B, 97 min. *Ver Destaque*. (15.00, SIC)

O Regresso do Cavalo Negro

«The Black Stallion Returns» (EUA/1983). Real.: Robert Dalva. Int.: Kelly Reno, Vincent Spano, Alan Gooowitz, Woody Strode. Cor, 99 min. *Aventuras*. (15.15, Canal 1)

A Túnica

«The Robe» (EUA/1953). Real.: Henry Koster. Int.: Richard Burton, Jean Simmons, Victor Mature, Michael Rennie, Jay Robinson. Cor, 133 min. *Ver Destaque*. (17.30, Quatro)

A Marca do Zorro

«The Mark of Zorro» (EUA/1974). Real.: Mike Hodges. Int.: Frank Langella, Ricardo Montalban, Yvonne de Carlo. Cor, 78 min. *Aventuras*. (23.15, SIC)

A Minha Professora

(EUA/1982). Real.: George Bowers. *Comédia*. (Alternativa I); **O Grande Acontecimento** (EUA/1978). Real.: Daniel Mann. *Comédia*. (Alternativa II); **A Morte Debaixo do Braço** (Gr.Br./1988). Real.: David Leland. *Comédia*. (Alternativa III) (00.05, Canal 1)

Os Estranguladores da Índia

«The Deceivers» (Gr.Br.). Real.: Nicholas Meyer. Int.: Pierce Brosnan, Saeed Jaffrey, Shashi Kapoor, Helen Mitchell. Cor, 99 min. *Ver Destaque*. (01.30, Canal 1)

DOMINGO, 11

Um Dia em Nova Iorque

«On the Town» (EUA/1949). Real.: Stanley Donen e Gene Kelly.

Int.: Gene Kelly, Frank Sinatra, Vera-Ellen, Betty Garrett. Cor, 98 min. *Ver Destaque*. (15.00, SIC)

Um Lugar de Sonho

«Never Never Land» (Gr. Br./1980). Real.: Paul Arnett, Carthleen Nesbitt, Anne Seymour, Evelyn Laye, Roland Culver. Cor, 86 min. *Ver Destaque*. (16.00, Quatro)

O Mundo Fantástico de Oz

«Return to Oz» (EUA/1985). Real.: Walter Murch. Int.: Nicol Williamson, Jean Marsh, Fairuza Balk, Piper Laurie. Cor, 105 min. *Ver Destaque*. (16.20, Canal 1)

Hello, Dolly!

«Hello, Dolly!» (EUA/1969). Real.: Gene Kelly. Int.: Barbra Streisand, Walter Matthau, Michael Crawford, Louis Armstrong. Cor, 148 min. *Ver Destaque*. (21.30, Quatro)

Luta de Gigantes

«A Force of One» (EUA/1979). Real.: Paul Aaron. Int.: Chuck Norris, Jennifer O'Neill, Clu Gulager, Ron O'Neal. Cor, 90 min. *Karate*. (21.30, SIC)

Os Três Renegados

«Cold Feet» (EUA/1989). Real.: Keith Carradine, Sally Kirkland, Tom Waits, Bill Pullman, Rip Torn, Kathleen York. Cor, 88 min. *Ver Destaque*. (22.50, Canal 1)

SEGUNDA, 12

A Estalagem Vermelha

«L'Auberge Rouge» (Fr./1951). Real.: Claude Autant-Lara. Int.: Fernandel, Julien Carette, Françoise Rosay, Marie-Claire Olivia. P/B, 90 min. *Comédia*. (14.55, Canal 1)

A Escolha de Uma Mãe

«My Son Johnny» (EUA). Real.: Peter Levin. Int.: Michele Lee, Rick Schroder, Corin Nemec, Rip Torn. Cor, 93 min. *Telefilme*. (21.30, Quatro)

Um Príncipe em Nova Iorque

«Coming to America» (EUA/1988). Real.: John Landis. Int.: Eddie Murphy, Arsenio All, James Earl Jones, John Amos. Cor, 116 min. *Ver Destaque*. (21.30, SIC)

Brincando com o Fogo

«Le Jeu Avec le Feu» (Fr./It./1974). Real.: Alain Robbe-Grillet. Int.: Jean-Louis Trintignant, Philippe Noiret, Anicée Alvina. Cor, 108 min. *Comédia*. (00.10, TV 2)

TERÇA, 13

Vento de Mudança

«Home Fires Burning» (EUA/1988). Real.: Glen Jordan. Int.: Barnard Hughes, Sada Thompson, Bill Pullman. Cor, 92 min. *Drama*. (14.55, Canal 1)

O Marido da Cabelleira

«Le Mari de la Coiffeuse» (Fr./1990). Real.: Patrice Leconte. Int.: Jean Rochefort, Anna Galiena, Roland Bertin, Maurice Chevit. Cor, 78 min. *Comédia romântica*. (23.10, TV 2)

QUARTA, 14

A Tragédia do Capitão Scott

«Scott of the Antarctic» (Gr.Br./1948). Real.: Charles Frend. Int.: John Mills, Diana Churchill, Harold Warrender, Anne Firth. Cor, 109 min. *Aventuras*. (14.35, Canal 1)

As Coisas Mudam

«Things Change» (EUA/1988). Real.: David Mamet. Int.: Don Ameche, Joe Mantegna, Robert Prosky, J.J. Johnston, Ricky Jay. Cor, 100 min. *Ver Destaque*. (21.30, Quatro)

Impacte Súbito

«Sudden Impact» (EUA/1983). Real.: Clint Eastwood. Int.: Clint Eastwood, Sondra Locke, Pat Hingle, Bradford Dillman. Cor, 112 min. *Policial*. (21.50, Canal 1)

Entre o Céu e o Inferno

«Tengoku To Jigoku» (Jap./1963). Real.: Akira Kurosawa. Int.: Toshiro Mifune, Kyoko Kagawa, Tatsuya Nakadai. P/B, 137 min. *Ver Destaque*. (23.10, TV 2)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

— Por isto e por aquilo... —

Quo Vadis (Sexta, 13.35, Canal 1)

Lembram-se dos tempos do chamado «antigamente», em que, como que por obra e desgraça de implícitos decretos das «autoridades», se viam, nas ruas, pela Páscoa, as pessoas «obrigatoriamente» sorumbáticas e vestidas de escuro ou envergando gravata preta; em que todo e qualquer «bulir» parava desde sexta-feira às três da tarde até às «aleluias» da meia-noite de sábado; em que os locais de diversão fechavam, e, na rádio, só se ouvia música «chata»; em que praticamente não havia espectáculos de teatro e as salas de cinema ou encerravam as portas ou exibiam pela enésima vez os mesmos e cíclicos «filmes bíblicos»? Lembram-se de tudo isto? E, no entanto, parece que foi ontem... Pois, agora, talvez por força do surgimento da *Quatro* - toda ela virada, ainda mais nesta quadra, para o espargimento *urbi et orbi* dos odores dos incensos - parece que todos os outros canais (com a previsível excepção da *soft-SIC-core*) se viram na obrigação de regressar, na programação cinematográfica, aos quilómetros de película retratando os *Lázarus* a levantarem-se, os *Pilatos* a lavar as mãos, os *Herodes* a matar as criancinhas, os *Neros* a incendiar as Romas, os leões a espalitar os restos dos cristãos... Sempre em cima do acontecimento, tudo começa aqui, no *Canal 1*, num filme à medida de Hollywood, encenado com aturado profissionalismo por *Mervyn LeRoy*, e de que recordamos, com um frémito de emoção, as pernas hirsutas do *Robert Taylor*, as vestes esvoaçantes da *Deborah Kerr*, a partitura *pastiche* do inefável *Miklos Rosa* e esse heróico acto immortalizado no celulóide, a despertar-nos um frémito de indesmentível orgulho patriótico, nunca de mais exaltado - a «pega de caras» (e em pontas!) de um garraio, por um Lusitano com *L grande: Nuno Salvação Barreto...*

A Bíblia (Sexta, 21.05, Quatro)

E a dose prossigue na *Quatro*. O ciclo de *John Huston* foi um alibi inteligente para, observando a quadra, apesar de tudo tentar puxar para o «digno». Tal como alguns dos grandes mestres do cinema não desprezaram a oportunidade para «assinar o ponto» no *género bíblico* - como aqui o fez *John Huston* - também nenhum actor ou actriz dignos desse nome enjeitaram a oportunidade de dar corpo às figuras maiores do *Velho e Novo Testamento*. Olhe-se para a ficha técnica e confira-se. Mas, infelizmente, *A Bíblia* insere-se no capítulo das superproduções que afligiram a carreira de *Huston* e veio a revelar-se um «pastelão» que nem sequer êxito comercial alcançou. Ainda para mais, receia-se, justificadamente, que a *Quatro* persista em apresentar os filmes em *Cinemascope* mutilados à esquerda e à direita. É que, se isso se confirmar, do fracasso de *Huston*, como da catástrofe do *Dilúvio*, apenas se vai salvar *Noé* e a sua bem recheada arca... Para mal dos nossos pecados...

O Caça-Polícias (Sexta, 21.30, SIC)

Laica, republicana e... a *SIC* rema contra a maré e, «despudoradamente», marca para esta noite de recolhimento um filme todo ele programado para nos fazer rir a bandeiras despregadas. Pequemos, então, e aproveitemos para ver *Eddie Murphy* em estado puro e original, neste policial a um tempo prenhe de momentos de irresistível sátira e de sequências bem sérias e dramáticas, numa subversão completamente anárquica dos códigos do «género» e ainda rejeitando os ingredientes de uma receita que, infelizmente, depois foi repetida e degradada, sem sucesso nem proveito.

A Águia Solitária (Sexta, 22.15, Canal 1)

Também a valer mesmo a pena está este filme de *Billy Wilder* - um filme em que todos os elementos essenciais do argumento e



Gene Kelly, co-realizador, coreógrafo e um dos actores principais de «Um Dia em Nova Iorque», de Stanley Donen

James Stewart, figura central de «A Águia Solitária», de Billy Wilder

da *mise-en-scène*, como bem observa *Guy Bellinger*, são aparentemente o oposto do que sempre interessou ao grande realizador e, dir-se-ia, muito mais próximos de um *Frank Capra*, por exemplo. *A Águia Solitária* é o filme que reproduz a saga de *Charles Lindbergh*, o aviador solitário que empreende a primeira travessia aérea sem escala do Atlântico, desde Long Island ao *Le Bourget*, em Paris. Se bem que necessariamente longo (traduzindo essa travessia de trinta e duas horas realizada em 20 e 21 de Maio de 1927), o filme é de uma inventiva impressionante, ao utilizar os *flash-backs* das memórias da intrépida e histórica personagem, impecavelmente servida por um *James Stewart* em grande forma.

A Vida do Coronel Blimp (Sexta, 00.15, TV 2)

Um grande e importante filme de *Michael Powell*, de visão obrigatória a seguir ao filme sobre *Lindbergh*. É um excelente exemplo do cinema inglês da época da II Guerra Mundial, durante a qual, aliás, foi rodado. Aqui, um inglês e um alemão, dois oficiais amigos dos tempos da juventude que um duelo paradoxalmente uniu, passam pelas duras provas de duas guerras mundiais que, em vez de os atirarem para campos contrários, reforça neles os sentimentos da amizade, da rectidão e da honradez. Como bem observam *Raymond Lefèvre* e *Roland Lacourbe*, o filme «passa, com sedutora facilidade, do humor à emoção, da comédia ao drama, sem jamais abandonar esse rigor de observação que faz dele uma das obras mais marcantes do cinema britânico do período da guerra». A não perder.

As Sandálias do Pescador (Sexta, 01.30, Canal 1)

Em mais uma noite como as de sexta-feira, ultimamente atingidas pelos «milagres» da multiplicação dos filmes, eis mais uma dose de vedetas a ilustrar as personagens de «um filme de quadra» que, embora não abordando matéria bíblica, tem, no ambiente que rodeia a história, os ingredientes que se acham adequados à mesma. Desta vez, o pescador *Pedro* é o arcebispo *Cyrille Lakota* que, arrancado aos horrores da detenção nos confin da Sibéria soviética, chega a Roma para, passando por Cardeal, escalar os degraus da hierarquia até chegar a Papa. Que o actor escolhido para a personagem seja *Anthony Quinn*, são mistérios que só a magia de Hollywood consegue desvendar! Mas o autor de *A Volta ao Mundo em 80 dias*, *Michael Anderson*, tem a rotina suficiente para dar esta outra volta às aparentes dificuldades que rodeavam a «credibilidade» de tal história...

O Barco das Ilusões (Sábado, 11.45, TV 2)

Chegamos a Sábado da Aleluia e já podemos cantar alto. E a bom som, que é o que sai deste *musical* de *Jerome Kern-Oscar Hammerstein*, na sua terceira adaptação ao cinema por *James Whale* a partir de um argumento curiosamente escrito pela última figura daquela dupla. Naturalmente um momento de entretenimento e descontração, com canções inesquecíveis como é o caso de *Old Man River* na impressionante voz de *Paul Robeson*.

A Batalha do Pó de Arroz (Sábado, 15.00, SIC)

A boa música e as boas canções continuam em primeiro plano neste filme dos anos 40 que, como se costuma dizer, retrata o lado menos conhecido (talvez porque pura e simplesmente fantasioso, mesmo na ficção mais imaginativa...) da conquista do Oeste americano: o papel desempenhado pelas cozinheiras! Porque de cozinheiras e empregadas de mesa se trata, servindo os clientes mais ou menos «fora da lei» dos *wagons-restaurante* dos comboios apontando em direcção ao Far West. Ao argumento, que não resiste à mais ténue inteligência, substitui-se, com vantagem, uma boa dose de canções, sobretudo as que estão a cargo de *Judy Garland*.

A Túnica (Sábado, 17.30, Quatro)

Aqui, o canastrão de serviço neste primeiro *cinemascope* bíblico da história do cinema é *Victor Mature*. E estaria tudo dito se não fosse, apesar de tudo, de realçar algum esforço de bom senso que se descortina na adaptação e encenação deste exemplar de um «género» habitualmente tão conduzido às necessidades do espectáculo. Outra nota que as referências recordam: a nomeação para o *Oscar* de *Richard Burton*, aparentemente uma nomeação cujos critérios de exigência (pelo que vemos no filme) não eram, à época, tão exigentes, rígidos e inflexíveis. O filme, embora rodado em *écran largo* para o cinema, também foi, ao mesmo tempo, filmado no formato normal destinado à sua passagem em televisão. Onde, provavelmente, acaba por resistir à pequenez do mesmo.

Os Estranguladores da Índia (Sábado, 01.30, Canal 1)

Depois das já famosas «alternativas» para a *Sessão Dupla I*, que a RTP democraticamente coloca à escolha e decisão do espectador ao princípio da madrugada dos sábados, hoje - talvez por causa da quadra - apresentam-se-nos três comédias bem mais inocentes e



Eddie Murphy, em estado puro, no «Caça-Polícias»



«pacote» dos melhores nomes negros do espectáculo e do cinema norte-americanos.

As Coisas Mudam (Quarta, 21.30, Quatro)

Protagonizada por alguns dos mais sonantes nomes do actual filme de gangsters, em particular através do excelente desempenho de Don Ameche, o filme passa-se nos habituais, truculentos e violentos meios da Mafia, mas é temperado por uma dose de algum refinado humor, a que não é estranha a subtil escrita do excelente argumentista que é David Mamet, aqui também desempenhando as tarefas da realização. Não é excepcional, mas, se bem nos lembramos, vê-se com bastante agrado.

Entre o Céu e o Inferno (Quarta, 23.10, TV 2)

Trata-se, provavelmente, do início de um ciclo dedicado a um dos maiores nomes do cinema japonês - Akira Kurosawa - seguindo-se, aliás, ao ciclo que a RTP já dedicara a Misoguchi. Neste primeiro exemplar da arte do realizador, temos uma prova do seu interesse pelo romance negro americano na sua transposição para o cinema japonês. O argumento aqui fica a demonstrá-lo: um malfetor, julgando raptar o filho de um rico industrial, acaba por raptar o filho do seu motorista. Mas o resgate é pago e o filme segue a par e passo a investigação que é levada a cabo pelo comissário da polícia. Não é do mais indispensável na obra do realizador, mas importa revê-lo.

Cinema

	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Drácula de Bram Stoker	★★★★	★★★★	★★★★
B Imperdoável	★★★★	-	-
C Maridos e Mulheres	★★★★★	★★★★★	★★★★★
D Perfume de Mulher	★★	-	★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A - Real. Francis Ford Coppola - Alfa/Club (13.45, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Amoreiras/4 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Quarteto/4 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) - Lisboa.
- B - Real. Clint Eastwood - Cine 222 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); King Triplex/3 (14.00, 16.30, 19.15, 21.45) - Lisboa.
- C - Real. Woody Allen - Londres (14.00, 16.30, 19.00); Quarteto/1 (14.45, 17.00, 19.15, 21.45, 24.00) - Lisboa.
- D - Real. Martin Brest - Alfa/3 (14.00, 17.30, 21.00, 00.20); Amoreiras/1 (14.00, 16.45, 21.30, 00.20); Mundial/2 (14.00, 16.45, 21.30); Quarteto/3 (15.00, 18.30, 22.00); S. Jorge/3 (15.00, 18.00, 21.00) - Lisboa.

Teatro

AUDITÓRIO NACIONAL CARLOS ALBERTO

Porto. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **O COMISSÁRIO DA POLÍCIA**, de Gervásio Lobato, encenação de Júlio Cardoso.

CASA CONVENIENTE

Lisboa, R. dos Remolares, 48 (ao Cais do Sodré). De 4ª a dom. às 21.30. **MENINA JÚLIA**, de Augusto Strindberg, encenação de Fátima Ribeiro.

CHAPITÔ

Lisboa, Costa do Castelo. Tel 878225. De 5ª e 6ª às 22.00, sáb. às 18.00 e 22.00. **TETE, SONHO, ILUSÃO & CIA**, texto e encenação de Fernando Gomes.

TEATRO ABERTO

Lisboa, Praça de Espanha. Tel. 7970969. De 3ª a sáb. as 21.30, dom. às 16.00. **A ÓPERA DE 3 VINTÊNS**, de Bertolt Brecht e Kurt Weill, versão de João Lourenço e Vera San Payo de Lemos, coreografia de Olga Roriz, encenação de João Lourenço, pelo Novo Grupo e actores e músicos convidados.

TEATRO DO BAIRRO ALTO

Lisboa, Rua Ten. Raul Cascais, 1-A. Tel. 3961515. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **PRIMAVERA NEGRA**, textos de Raul Brandão, adaptação de Eduarda Dionísio, encenação de Luís

Miguel Cintra, pelo Teatro da Comucópia

TEATRO DO CALVÁRIO

Lisboa, Rua Leão de Oliveira, 1. Sáb. e dom. às 16.00. Tel. 3639974. **O SOLDADINHO DE CHUMBO**, adaptação do conto de Hans Christian Andersen, encenação de Fernando Gomes, pelo TIL- Teatro Infantil de Lisboa.

TEATRO DA MALAPOSTA

Loures, Rua de Angola - Olival Basto. Tel. 9373299. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **DESCENDENTES DE KENNEDY**, de Robert Patrick, encenação de Rui Mendes, pelo Teatro da Mala-posta.

TEATRO MARIA MATOS

Lisboa, Av. Frei Miguel Contreiras. Tel. 8497007. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **PORTUGARU-SAN**, de Wenceslau de Moraes, encenação de Silvina Pereira.

TEATRO NACIONAL S. JOÃO

Porto, Praça da Batalha. **PASSA POR MIM NO ROSSIO**, texto e encenação de Filipe La Feria.

TEATRO DA TRINDADE

Lisboa, Largo da Trindade, 7-A. Tel. 3423200. De 3ª a sáb. às 21.00, dom. às 16.00. **OS HOMENS**, de Miguel Esteves Cardoso, encenação de Graça Lobo.

angélicas do que as «facas e alguidares» que nos têm proposto nas últimas semanas. Mas, como não podia deixar de ser, a RTP volta logo a seguir à sua «crença natural», nesta *Sessão Dupla II*. A referência apenas aqui fica para se ver (e ler) o que (e como) a própria RTP promove: «um excelente thriller inglês em atmosfera de grande evocação de época (...) que se debruça de forma fascinante sobre a atracção do Mal e o êxtase do assassinio». Estão a apanhar o subtil engodo?

Um Dia em Nova Iorque (Domingo, 15.00, SIC)

Já transmitido há algum tempo pela RTP - e, na altura, aqui devidamente realçado - resta-nos lembrar estarmos em presença de uma das obras-primas do género, fabulosamente posta em cinema e coreografada por Stanley Donen e Gene Kelly e com este e, ainda, Sinatra, Ann-Miller e Vera-Ellen nos principais protagonistas. 24 horas de licença em Nova Iorque na vida de três marinheiros (e seu pares), numa série de inesquecíveis sequências de bailados e canções, do melhor que Hollywood nos ofereceu no género, ainda por cima numa encenação particularmente moderna face aos «esquemas» da época - com as câmaras e os bailarinos e os cantores a saírem para a rua pela primeira vez, muito antes de *West Side Story*. Naturalmente, a rever mais uma vez.

Um Lugar de Sonho (Domingo, 16.00, Quatro)

Um telefilme para crianças, com excelentes referências, em que o mundo dos adultos é visto pelos olhos de uma menina de nove anos, com o seu fascínio por *Peter Pan* de permeio.

O Mundo Fantástico de Oz

(Domingo, 16.20, Canal 1)
Quase meio século passado depois das aventuras filmadas de Judy Garland e os seus amigos Homem de Lata, Leão e Espantalho em *O Feiticeiro de Oz*, eis que os Estúdios Disney regressam ao *Mundo Fantástico de Oz* e, com eles, a «heroína» Dorothy, agora acompanhada por novos amigos: uma galinha, um robot, uma cabeça animada e um alce aviador. Um divertimento para os mais miúdos.

Hello, Dolly! (Domingo, 21.30, Quatro)

Não será este filme que, seguramente, trouxe a fama a Gene Kelly ou sequer a acrescentou. Aqui, o coreógrafo, bailarino e actor está atrás das câmaras a dirigir *Barbra Streisand* e outras «figuras», como *Walter Matthau*, na adaptação de uma peça de grande êxito na Broadway, mas cuja versão para o cinema deixou muito a desejar. Dá para passar o tempo e, naturalmente, para ouvir alguma da boa música da partitura de *Jerry Herman*, mas convenhamos que não chega.

Os Três Renegados (Domingo, 22.50, Canal 1)

Numa semana falha de «filmes duros» em grande estilo, eis um clássico tema «duro» mas tratado em forma de comédia: um western com argumento que faz lembrar outras cenas e outras personagens de idêntico recorte. Três aventureiros, dos quais um mais esperto do que os outros dois, e um roubo de esmeraldas traficadas do México para os EUA, durante uma longa caminhada a cavalo. E uma mulher ávida de casar, que não olha a meios para conquistar qualquer um dos três. Mas, em vez de risos, apenas sorrisos. E amarelos.

Um Príncipe em Nova Iorque (Segunda, 21.30, SIC)

O jovem príncipe de uma família real africana vem até aos EUA para tentar arranjar uma esposa. Uma comédia romântica à maneira antiga, encenada com desenvoltura e algum humor por *John Landis* e com *Eddie Murphy* numa personagem algo diferente do habitual, embora sem esquecer os inevitáveis *gags*, em que é acompanhado por *Arsenio Hall* e *James Earl Jones* - ou seja, um

PALAVRAS CRUZADAS

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1															
2															
3															
4															
5															
6															
7															
8															
9															
10															
11															
12															
13															

Horizontais: 1 - Inferioridade em número; pessoas que praticam atletismo. 2 - Prefixo designativo de negação; graceja. 3 - Aqui; ave de rapina; início (fig.); clima. 4 - O princípio (fig.); salto brusco do cavalo. 5 - Estaleiro; discípulo; palha seca. 6 - Ermida fora do povoado; pedra de altar; castigos. 7 - (Ernst ...), físico austríaco, mostrou o papel da velocidade do som em aerodinâmica; deixe de andar. 8 - Maldição; único; corda. 9 - Aragem; separa de outro; origem. 10 - Partida; remoinho na água. 11 - A tua pessoa; acreditar; direcção do navio; prefixo de oposição. 12 - Dois romanos; Gálio (s. q.). 13 - Aquosas; trave grossa e curta para sustentar tábuas.

Verticais: 1 - (Jorge Soares de ...), sertanista português do séc. XVII, que pesquisou e explorou minas de metais preciosos em Itabaiana, Paraguá e Sabarabuçu; fracções. 2 - Sufixo de agente; Rutério (s.q.). 3 - Laço apertado; adoeceria; Érbio (s.q.). 4 - Arma branca, de lâmina curta e larga, com dois gumes. 5 - Crespo; mau cheiro; membrana ocular colorida. 6 - Invento; representação mental de uma coisa. 7 - Rebola; gastar. 8 - Planeta do nosso sistema solar. 9 - Médão; aroma. 10 - Farrapo; arrenda. 11 - Planta liliácea da China; reverenciar; nota musical. 14 - Sódio (s.q.); letras da palavra «giz». 15 - O m. q. espinhaço (pl.); verdete formado à superfície dos objectos de cobre.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

Horizontais: 1 - Jacaré; Hamburgo. 2 - Amaro; sermão. 3 - Caio; tri; suas. 4 - Ovo; Douro; GS; mu. 5 - Be; fora; pré; bar. 6 - lã; ut; nó; serra. 7 - VI; ocaço; me. 8 - Raios; eu; ré; Ur. 9 - Ais; ola; pala; Ag. 10 - Ta. Ul; resto; oba. 11 - Inês; lie; edil. 12 - Acenai; avena. 13 - Tremeram; éforos.

Verticais: 1 - Jacob; Crato. 2 - Amável; aia; ar. 3 - Caio; Avis; ice. 4 - Aro; io; unem. 5 - Ró; dou; solene. 6 - Torto; ser. 7 - Grua; ceaz; ia. 8 - Ir; nau; el. 9 - As; opôs; psiu. 10 - Mês; orate. 11 - Bruges; elo; af. 12 - Umas; em; evo. 13 - Rás; breu; Oder. 14 - Go; mar; rabino. 13 - Murat; galãs.

XADREZ

CDV - 8 de Abril de 1993

PROPOSIÇÃO N.º 1993X027

Por: V. G. PAVLENKO
La Dépêche du Midi, 27-VIII-78

Pr: [5]: Ps.b7, ç6-Bç8-Ta8-Ra7
Rf: [6]: Pç5-Cb4-Ts.g7, h3-Dg8-Rf4

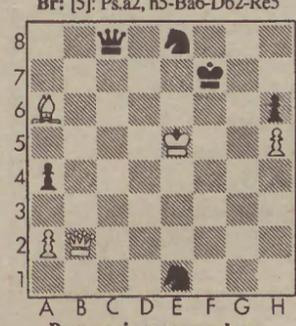


Mate em 2 lances

PROPOSIÇÃO N.º 1993X028

Por: A. S. KAKOVIN
L'Italia Scacchistica, 1960

Pr: [6]: Ps.a4, h6-Cs.é1, é8-Dç8-Rf7



Brancas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CDV

N.º 1993x027 [V.G.P.H.]: 1. Tb3, blocus.
1. ..., Rb8; 2. Cç6++ 1. ..., Bjoga; 2. Ta3++ 1. ..., Tb8; 2. Ta3++
N.º 1993X028 [A.S.K.]: 1. Df2+, Ré7; 2. Dh4+, Rf7; 3. Df4+, Ré7; 4. Db4+, Rf7; 5. Bç4+, Rg7; 6. Dé7, Rh8; 7. Df8+, Rh7; 8. Dg8++. Se 1. Bç8, Cd3+g.Dama. Se 4. ..., Rd8; 5. Dh4+, Rç7; 6. Dç4 e g.

A. de M. M.

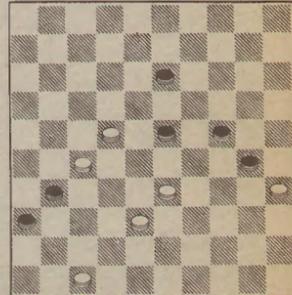
DAMAS

CDV - 8 de Abril de 1993

PROPOSIÇÃO N.º 1993D027

Por: P. KLEUTE (1926)

Pr: [6]: 13-23-24-30-31-36
Br: [6]: 22-27-33-35-38-47



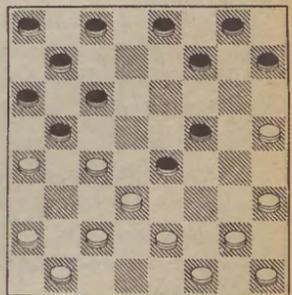
Brancas jogam e ganham

PROPOSIÇÃO N.º 1993D028

Golpe N.º 1393

Por: H. F. SHEARER, 1892

1. 10-13, 21-18; 2. 13-17, 22-19; 3. 11-15, 19-14; 4. 6-11, 23-20; 5. 3-6, 27-23; 6. 12-16, DIAGRAMA



Pretas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CDV

N.º 1993D027 [P.K.]: 1. 22-18, (23-12*); 2. 38-32, (X); 3. 47-41, (36x47=D); 4. 32-28, (47x29); 5. 28x19, (24x13); 6. 35x33+
N.º 1993D028 [H.F.Sh.]: 6. ..., 18-13; 7. 9-18, 25-21; 8. 18-25, 31-27; 9. 11-18, 20-11; 10. [comem], 23-20; 11. 16-23, 28-3=D+
Se 7. 11-8, 20-11; 8. (...), 23-20; 9. 16-23, 28-3+

A. de M. M.

Tempo

Céu pouco nublado e vento fraco. Neblina matinal.



a talhe de FOICE

Pedagogia

A nossa sorte é termos um primeiro-ministro que é professor e ainda por cima das economias. Se assim não fosse, quem é que nos havia de ensinar a pedagogia da recuperação? Suponhamos por momentos que nos tinha calhado em sorte um pintor. Podia convir durante uns tempos; ele era a novidade, ele era a pincelada genial, ele era o sentido estético. Mas, fatal como o destino, lá havia de chegar o dia do pintar a manta e do borrar a pintura, estádio por de mais reconhecido como antecâmara do para a próxima cá te espero, o meu voto não apanhas tu e outras coisas que tais.

Se fosse um marinheiro não seria melhor. Passados os tempos do ao leme da nação, levar o país a bom porto, seguir contra ventos e marés, cairíamos de certeza no mete água por todos os lados, está a afundar a economia, não há bóia de salvação que nos valha. Com um professor doutor é outra louça. Quando tudo parece estar a desabar, há sempre um último reduto: a pedagogia. Ninguém brinca com a pedagogia, muito menos se for de recuperação. Quando se quer dizer mal de alguém, não se engrossa a voz para acusar - você é um pedagogo!

É bem verdade que os eruditos podem tentar a versão latina (você é um pedagogo!), ou grega (você é um paidagógos!), mas para além de ser pouco convincente, o mais certo é que poucos entendam a intenção.

Por isso mesmo é que Cavaco Silva, professor e pedagogo (não vem a propósito lembrar o possível significado de pedante, por manifesto despropósito) se lembrou de ir à televisão dar uma aula de pedagogia. Ao preço a que estão as explicações, para já não falar nas propinas, o menos que podemos ficar é agradecidos.

Por uma daquelas razões que a razão desconhece, de um momento para o outro desatou tudo a protestar. Da malta da ferrugem ao pessoal das barracas, dos colarinhos brancos aos doutores de toga, dos alentejanos aos minhotos, dos cidadãos aos rurais, das gentes do mar aos caçadores, dos agricultores aos jornalistas, anda tudo num desatino de forças de bloqueio e a engrossar as fileiras de crentes na iminência do descalabro do oásis de sucesso.

Impunha-se, naturalmente, uma atitude. Para acalmar os ânimos, serenar os espíritos, iluminar as trevas.

Terça-feira foi o dia D. Com o conhecido espírito de sacrifício que se lhe reconhece, Cavaco Silva falou sozinho com milhões de portugueses.

Podemos finalmente dormir descansados. Agora, à cabeceira de cada português, há uma pedagogia da recuperação a permitir encarar o presente e o futuro com outros olhos.

Eu, por exemplo, percebi finalmente porque é que Pedro Caldeira, acusado de abuso de confiança, furto qualificado, burla, foi transformado em 'star' dos audiovisuais, que não perdem pitada da lágrima ao canto do olho, do bifinho com batatas fritas, da camisolinha de marca, do penteado à galã. O homem não está preso. Está a recuperar com o chefe.

Resolvido está também o mistério de ZéZé Beleza, o mano, que em liberdade condicional anda num frenesim pela Tailândia, Malásia e Hong-Kong em viagem de negócios, a ganhar a vidinha como representante de uma empresa de import/export.

Depois da lição de pedagogia entendi tudo. De recuperação em recuperação lá seguem, cantando e rindo, os negócios da china.

■ AF

PCP comenta Cavaco As desculpas de mau pagador

1. A comunicação do Primeiro-Ministro, para além de testemunhar uma vez mais a sua estrita preferência por monólogos televisivos e a sua continuada fuga a qualquer confronto democrático de opiniões, traduziu-se sobretudo numa tentativa de sacudir responsabilidades e de acenar com factores ilusórios de esperança procurando assim atenuar a desconfiança, a preocupação, o descontentamento e protesto que justamente crescem na sociedade portuguesa como resultado directo da política e das medidas do Governo, da sua recusa em enfrentar, com verdade e seriedade, a realidade e os problemas nacionais e da sua teimosa insistência na política errada que está na origem do agravamento da situação económica e social do País.

2. A propósito de «palavras demagógicas e pouco sérias», o PCP recorda que o Primeiro-Ministro que - escamoteando as responsabilidades fundamentais da sua política no agravamento dos problemas nacionais - hoje novamente veio atribuir exclusivamente as culpas às repercussões de uma conjuntura económica externa recessiva é o mesmo Primeiro-Ministro que durante anos e anos de conjuntura externa favorável sempre proclamou que tudo eram méritos e êxitos do Governo do PSD e nada

era reflexo dessa favorável conjuntura internacional e dos fundos comunitários. E é também o mesmo Primeiro-Ministro que, já mais recentemente, apesar da evolução desfavorável da conjuntura externa, proclamava a sua «democracia de sucesso» e o «oásis» português.

3. De igual modo, não tem qualquer fundamento a propaganda que Cavaco Silva voltou a fazer dos tão célebres quanto desacreditados «pacotes» enquanto instrumentos de resposta eficaz à recessão económica e à degradação social.

A verdade, é que o já extenso folhetim dos «pacotes» e dos «milhões» assenta em grande parte em truques e artifícios que vão desde o apresentar como uma concentração ou disponibilização imediata de recursos financeiros o que, em rigor, são verbas comunitárias já previstas para atribuição ao longo de vários anos até ao propagandear meras linhas de crédito como se fossem subsídios ou ajudas a fundo perdido.

4. A comunicação do Primeiro-Ministro espelha não uma vontade de rectificar mas a de persistir numa orientação e num caminho

manifestamente errados, não a preocupação de responder a prementes problemas dos trabalhadores, dos cidadãos e da actividade produtiva mas a insistência em que sejam os salários, o emprego e as condições de vida da população a pagar os erros do Governo. Em suma, enquanto o País sofre, se inquieta e reclama uma nova política, o Primeiro-Ministro e o Governo do PSD investem na propaganda e nas desculpas de mau pagador.

5. O PCP não duvida nem da capacidade dos portugueses nem da sua confiança em si próprios e no futuro de Portugal. É também exactamente por isso que, em número crescente e com crescente convicção, não confiam no Governo do PSD e na sua política e mais confiam na razão das suas aspirações e na eficácia e potencialidades do seu protesto e da sua luta.

7 de Abril de 1993

O Gabinete de Imprensa do PCP



Situação social leva delegação do PCP a Belém

Uma delegação do PCP, composta por Carlos Carvalhas, secretário-geral do partido, Octávio Teixeira e Domingos Abrantes, encontrou-se sexta-feira no Palácio de Belém, a seu pedido, com Mário Soares, para transmitir ao Presidente da República as conclusões da última reunião do Comité Central no que respeita à situação social, política e económica do País.

«Manifestámos a nossa grande preocupação com o agravamento da situação social, que tem tendência a evoluir negativamente», diria Carlos Carvalhas aos jornalistas à saída da reunião, acrescentando: «só nos dois primeiros meses do ano houve cerca de 20 mil despedimentos, o que é brutal!». Perante esta situação, o secretário-geral do PCP diria que «são necessárias medidas de emergência (e nós apresentamos um pacote de 17 medidas efectivas e concretas) que devem de imediato ser aplicadas para dar uma resposta a esta crise» em contraponto aos «pacotes de demagogia, alongados no tempo, que poderão servir para efeitos mediáticos mas não respondem a uma situação grave na agricultura, na indústria ou no turismo; uma situação que atinge hoje, praticamente, todos os sectores».

Carlos Carvalhas, em resposta a um jornalista, defenderia ainda o realinhamento do escudo porque «este escudo caro dificulta o desenvolvimento do investimento e das exportações», assinalando os milhões de contos gastos em divisas para manter esta situação.



Encontro de delegações da CGTP e do PCP

Uma delegação da CGTP-Intersindical Nacional encontrou-se, a seu pedido, com uma delegação do PCP na sede nacional dos comunistas. O encontro surge enquadrado num conjunto de contactos institucionais que a CGTP mantém após a realização do sétimo congresso da central sindical.

A delegação da CGTP era composta pelo coordenador da Executiva Manuel Carvalho da Silva, e pelos membros da Comissão Executiva, Américo Nunes, Manuel Lopes, Emídio Martins e Jerónimo Rodrigues.

A delegação do PCP foi chefiada pelo secretário-geral do Partido, Carlos Carvalhas, e incluía o presidente do Conselho Nacional, Álvaro Cunhal, e os membros da Comissão Política, Domingos Abrantes e Jerónimo de Sousa.

Fuga a manifestantes Cavaco só fala só

Na sequência de uma visita ao Norte do País, o primeiro-ministro Cavaco Silva tinha programado uma visita a Braga às Jornadas Regionais de Agricultura que ali decorriam. No entanto, a notícia que cerca de mil agricultores, a que se juntariam centenas de trabalhadores e empregados em indústrias da região que atravessam situações de despedimentos massivos ou declaração de falência, aguardavam há algumas horas a chegada de Cavaco Silva terá levado o primeiro-ministro a desistir da visita.

No final da concentração, representantes da CNA - Confederação Nacional da Agricultura e da União dos Sindi-

catos de Braga (USB) lamentaram a falta do governante, tendo o coordenador da USB afirmado mesmo que Cavaco Silva «tem receio de ouvir as reclamações dos trabalhadores» só se deslocando a locais onde não corre riscos de ser confrontado com a grave situação social que se vive no País.

A CNA, em comunicado, lamentou a «falta de comparência» do primeiro-ministro e diz que «esta situação de fuga ao contacto directo e ao diálogo» acaba por «reforçar a necessidade» de todos os agricultores irem a Lisboa no próximo dia 26 para a concentração nacional convocada por aquela confederação.

Carta do PCP para desbloquear impasse no Parlamento

A situação de bloqueio informativo à Assembleia da República decidido pela comunicação social, depois do PSD ter imposto restrições à circulação de jornalistas no Parlamento, criou um impasse que poderá vir a ser resolvido depois da iniciativa dos deputados do PCP, terça-feira passada, de enviar uma carta aos diversos grupos parlamentares e à Associação dos Jornalistas Parlamentares onde se propõe «a criação de um grupo de trabalho, no âmbito da Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares para proceder à análise da situação e à procura de uma solução justa e adequada», tal como resulta de um voto no mesmo sentido anteriormente apresentado pelo PCP e que foi aprovado por unanimidade.

O PCP salienta que «para que o Grupo de Trabalho possa cumprir o seu mandato, deve manter o diálogo com todas as partes interessadas, nomeadamente com representantes da Associação dos Jornalistas Parlamentares».

«Sendo certo que na origem desta crise está a posição que o PSD tomou quanto à circulação dos jornalistas, o desafio que esta proposta consubstancia dirige-se em primeiro lugar ao Grupo Parlamentar do PSD», diz ainda a carta do presidente do Grupo Parlamentar do PCP, Octávio Teixeira.

Depois das posições intransigentes do Grupo Parlamentar dos social-democratas, que estiveram na origem do bloqueio informativo à actividade do Parlamento imposto pelos jornalistas, a notícia entretanto recebida na nossa Redacção de que o PSD tornou pública uma primeira reacção positiva à proposta do PCP (a última de uma série de iniciativas com o mesmo sentido), poderá levar a futuros desenvolvimentos que venham a, finalmente, superar o problema.